



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

CRISLAINE VENCESLAU DE ANDRADE

**MULHERES QUILOMBOLAS DE POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO
(GOIANA/PE): Trajetórias de Vida e Mobilização Política**

Recife
2023

CRISLAINE VENCESLAU DE ANDRADE

**MULHERES QUILOMBOLAS DE POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO
(GOIANA/PE): Trajetórias de Vida e Mobilização Política**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Antropologia. Área de concentração: Antropologia

Orientador: Professor Doutor Pedro Castelo Branco Silveira

Recife

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

A554m Andrade, Crislaine Venceslau de.
Mulheres quilombolas de Povoação de São Lourenço (Goiana/PE) : trajetórias de vida e mobilização política / Crislaine Venceslau de Andrade. – 2023.
141 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientador : Pedro Castelo Branco Silveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2023.

Inclui referências e anexo.

1. Antropologia. 2. Mulheres negras. 3. Mulheres quilombolas. 4. Relações de gênero. 5. Comunidades tradicionais de pesca. I. Silveira, Pedro Castelo Branco (Orientador). II. Título.

301 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-205)

CRISLAINE VENCESLAU DE ANDRADE

**MULHERES QUILOMBOLAS DE POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO
(GOIANA/PE): Trajetórias de Vida e Mobilização Política**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Antropologia. Área de concentração: Antropologia.

Aprovado em: 29/8/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Castelo Branco Silveira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profa. Dra. Ana Claudia Rodrigues da Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Profs. Drs. Rita de Cassia Maria Neves (Examinador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Às Mulheres Quilombolas de Povoação de São Lourenço! Em memória: Dona Nanô.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o Deus que eu tenho descoberto, que é diferente do que me ensinaram nas igrejas. Agradeço a mim, ao meu sagrado e a minha mãe, Eliene Venceslau Gomes, pelo cuidado. À Narcélia Silva de França por estar sendo companheira em todo o processo do mestrado.

A Professora Doutora Maria da Conceição Carvalho, por ter incentivado a continuação a jornada acadêmica. Sou grata por todas as conversas e atenção.

As mulheres Quilombolas de Povoação de São Lourenço, por ser o motivo desse trabalho existir, em especial a Narely Santos, Gedalia Maria, Edjane Faustino, Cecilia Goveia, Erika Patricia, Maria de Lourdes de Lima (Dona Pequena), por terem aceitado participar dessa pesquisa.

A Jeiza Saraiva por pensar em um projeto e colocar esforços para realizá-lo o ORI-entação ajudou muito a estruturar meu pré- projeto. As pessoas que me aqueceram de alguma forma no processo de todo mestrado, desde Italo Soeiro que leu meu pré- projeto e disse para eu tentar aos que estão comigo até a defesa. Segue alguns nomes que marcaram essa trajetória: Minha amiga e antropóloga Isabel Cristina, que me apresentou a antropologia e acompanhou com muito carinho cada fase dessa pesquisa, meu orientador Pedro Silveira, que encheu de brilho e muita luz os momentos que me orientou e estava sempre pronto a conversar, obrigada pela flexibilidade e disponibilidade, você conseguiu tornar tudo mais leve.

As professoras que escolhi para a qualificação Ana Cláudia e Fabiana Maizza. Ana Cláudia, obrigada pelo olhar sensível e observações que me ajudaram a seguir nesse trabalho. Fabiana Maizza, Obrigada pelas aulas de Gênero e feminismo e pelas indicações de leituras.

A Vânia Fialho por acreditar em mim e me dar suporte me incluindo no grupo de pesquisa Laboratório de Ação Coletiva e Cultura (LACC - UPE), onde conheci muitas pessoas dedicadas e comprometidas com pesquisa, entre elas a Hosana Celi. Hosana, muito obrigada por todas as leituras coletivas e oficinas de metodologia.

Aos colegas que levarei para a vida, Jaciane Silva, Maurilio Nogueira, Diorge Santos, Fábio Cunha pelas risadas e desabafos por estarmos pesquisando e sendo desvalorizados no país. À CAPES, por ter me proporcionado bolsa mestrado com bolsa de Setembro de 2021 a fevereiro de 2023.

“[...] Muitas mulheres já disse: já tenho o que fazer, marisco e sururu eu vou tirar pra vender” (CUNHA, 2010, p. 5).

“Vamos minha gente, vamos nos apresentar, nós somos quilombolas do Quilombo Catucá”. (Letra de Coco da Mestra Dadá Quilombola, no prelo).

RESUMO

Este trabalho analisou como se configura a questão quilombola em Povoação de São Lourenço (Goiana-PE) a partir da articulação etnográfica da vida concreta das mulheres da comunidade com a categoria legal de reconhecimento de direitos. Procurei perguntar as mulheres da comunidade quilombola pesqueira de Povoação de São Lourenço sobre seus modos de existir, percebendo de que forma resultam em mobilização política. Dialoguei com aproximadamente 20 mulheres, em especial, com três que contaram suas histórias de vida e atuação política nas áreas de saúde, educação e justiça social. A pesquisa foi feita por meios etnográficos, com a utilização de procedimentos comuns à pesquisa antropológica, como o acompanhamento do cotidiano da comunidade, incluindo acompanhamento de moradoras em suas práticas, conversas informais e participação em eventos públicos. Além disso, a pesquisa apresenta uma dimensão autorreflexiva, pois é informada por meu lugar como mulher negra quilombola.

Palavras-chave: mulheres negras; mulheres quilombolas; relações de gênero; comunidades tradicionais de pesca.

ABSTRACT

This work analyzed quilombola issues in Povoação de São Lourenço (Goiana-Pernambuco State, Brazil) based on the ethnography of the concrete life of women in the community and the legal category of recognition of rights. I spoke with women from the quilombola fishing community of Povoação de São Lourenço and asked about their modes of existence, analyzing how their ways of existence result in political mobilization. I dialogued, in particular, with three women, who told me their life stories and their political activities in the areas of health, education and social justice. The research was carried out by ethnographic means, using common procedures to anthropological research, such as accompanying the everyday life of the community, including going along with residents in their practices, taking informal conversations and participating in public events. Furthermore, the research has a self-reflective dimension, as it is informed by my place as a black quilombola woman.

Keywords: black women; quilombola women; gender relations; traditional fishing communities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização de Povoação de São Lourenço	13
Figura 2 - Yasmim Monteiro remando na maré	41
Figura 3 - Mapa do Sítio e Engenhos próximos a Povoação de São Lourenço	51
Figura 4 - Tabuleiro costeiro (acima Povoação de São Lourenço e abaixo o Rio Goiana).....	51
Figura 5 - Igreja Matriz de São Lourenço e Praça Benedito Carneiro	53
Figura 6 - Fachada da Igreja de Rosário dos Pretos e ao fundo a Igreja Matriz de São Lourenço de Tejucupapo com pequenas casas de taipa ao redor	56
Figura 7 - Ruínas do Engenho Megaó de Baixo (2004)	62
Figura 8 - Ana Lúcia e Edjane no mutirão de construção da sede da AMPPSL	72
Figura 9 - Trabalho de campo em fevereiro de 2022	77
Figura 10 - Gedália na reunião de organização da Semana da Consciência Negra na escola quilombola de Povoação.....	80
Figura 11 - Decoração da frente da escola em março de 2023.....	81
Figura 12 - Censo da População de 1872 – Paróquia de São Lourenço de Tejucupapo.....	89
Figura 13 - Card do encontro regional das mulheres quilombolas da Mata Norte e Metropolitanas de Pernambuco.....	98
Figura 14 - Cecilia e Conceição criando as peças	103
Figura 15 - Reunião da CONAQ com participação do LACC, sobre protocolo de consulta	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AMPPSL	Associação das Marisqueiras (os) e Pescadores (as) da Povoação de São Lourenço
AQPSL	Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço
BA	Bahia
CEACQ	Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
Covid-19	Coronavirus disease 2019
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPP	Conselho Pastoral da Pesca
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LACC	Laboratório de Estudos Sobre Ação Coletiva e Cultura
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PE	Pernambuco
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PE-49	Rodovia 49 de Pernambuco
PB	Paraíba
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PNCS	Projeto Nova Cartografia Social
PSF	Programa Saúde da Família

RESEX	Reserva Extrativista Acaú-Goiana
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza
TO	Tocantins
UPE	Universidade de Pernambuco
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
USF	Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

1	MUTIRÃO - CONSTRUÇÃO COLETIVA ATÉ A/DA PESQUISA.....	13
2	MULHERES NEGRAS, MULHERES QUILOMBOLAS.....	26
3	HISTÓRIA LOCAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EM POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO.....	50
4	TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES EM POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO.....	90
4.1	HISTÓRIAS DE VIDA, HISTÓRIAS DE LUTA: UM OLHAR SOBRE HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES QUILOMBOLAS DE POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO.....	101
4.1.1	Edjane Agostinho da Silva.....	107
4.1.2	Josilene Maria Bandeira Venceslau.....	109
4.1.3	Narely Carmo dos Santos.....	114
4.2	REFETINDO SOBRE AS HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES QUILOMBOLAS DE POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO.....	121
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
	REFERÊNCIAS.....	132
	ANEXO A - ANÚNCIO DE JORNAIS.....	140

1 MUTIRÃO - CONSTRUÇÃO COLETIVA ATÉ A/DA PESQUISA

“ Eu não consigo ficar fora do meu próprio caminho”.

Gloria Anzaldúa

Como é ser mulher quilombola? Esta é, sem dúvida, uma pergunta que pode trazer respostas muito variadas. Como é ser mulher na comunidade quilombola pesqueira de Povoação de São Lourenço, no Litoral Norte de PE? E, ainda: como as formas de existir como mulher quilombola em Povoação de São Lourenço resultam em mobilização política?

Figura 1 - Mapa de localização de Povoação de São Lourenço



Fonte: Elaborado por Tiane Souza (2023) para esta pesquisa.

Nesta dissertação, busco, a partir de um referencial antropológico, responder a estas perguntas. Analiso como se configura a questão quilombola em Povoação de São Lourenço a partir da articulação etnográfica da vida concreta das mulheres da comunidade com a categoria legal de reconhecimento de direitos. Desse modo, procuro descrever a vida cotidiana neste que é o meu lugar, com ênfase nas histórias

de vida das moradoras, em suas dinâmicas familiares e em seu engajamento em atividades de trabalho e sociabilidade. Procuo também recuperar o processo histórico da mobilização em torno do reconhecimento da comunidade como quilombola, incluindo o papel das mulheres nesse processo. Por fim, identifico de que maneiras a categoria quilombola é compreendida e mobilizada pelas mulheres em São Lourenço

Para alcançar tais objetivos escolhi, como caminho metodológico, seguir os passos de pesquisadoras quilombolas como Elionice Sacramento (2019) e Ana Cláudia Matos da Silva (2019), a Ana Mumbuca. Nesse sentido, a pesquisa incorporou elementos autobiográficos, somados à perspectiva antropológica de estabelecer práticas de pesquisa que reposicionam o ponto de vista inicial da pesquisadora, deslocamento que se deu durante a pesquisa, por a pesquisadora sentir-se afetada por forças que afetam os outros (FAVRET-SAADA, 2005; GOLDMAN, 2003).

São Lourenço tem hoje uma população aproximada de 3.185 habitantes, totalizando 915 famílias (USF, 13/09/2023). Trata-se de uma comunidade quilombola pesqueira, beneficiária de uma reserva extrativista. A relação com às águas e com o manguezal, as questões urbanas, as relações de parentesco, políticas, discussões religiosas, a mobilidade no território e as relações de gênero e geracionais, compõem um panorama complexo que auxiliam na compreensão sobre o que é ser quilombola em Povoação de São Lourenço. Para compreender este panorama, tive sempre em mente a necessidade de descrever as especificidades das relações com o território e do modo de existir das mulheres nessa comunidade.

Em termos da produção acadêmica em antropologia, esta etnografia traz vivências e experiências de mulheres quilombolas, tendo portanto a pretensão de produzir elementos que permitem ampliar a compreensão geral conceitual sobre as mulheres quilombolas e as comunidades quilombolas, em sua diversidade e suas especificidades, intencionando disponibilizar material para futuras pesquisas.

Além disso, como devolutiva à comunidade desejo com a pesquisa fornecer subsídios para contribuir com a organização política e comunitária em Povoação de São Lourenço, como devolutiva à comunidade, ao buscar mostrar quem somos para saber potencializar o que temos e alcançar o que se almeja, pois ter consciência da realidade na qual se vive se torna fundamental no processo de mobilização política e identitária. Enfim, espero, além de ampliar a compreensão geral conceitual sobre as mulheres quilombolas, e com isso incentivar a organização comunitária.

Sou Crislaine Venceslau de Andrade, nasci em Tejucupapo, Goiana-PE no dia 12 de outubro de 1997 e moro desde meus primeiros meses na comunidade de Povoação de São Lourenço, que foi reconhecida oficialmente como comunidade remanescente de quilombo em 2005. Tejucupapo é uma localidade vizinha, o nome Tejucupapo é conhecido pela história das heroínas de Tejucupapo, em 1646 no dia 23 de abril, mulheres participaram de um conflito armado em defesa de sua terra e família. A região que compreende Goiana é composta por pessoas com ancestralidade africana e indígena, grande parte de minha família é quilombola de Povoação de São Lourenço, local que fazia parte da área de abrangência dos Quilombos de Catucá, quilombo itinerante que ocupou grande parte da Mata Norte de Pernambuco e que é referenciado por pessoas da comunidade que identifica a formação da comunidade a este quilombo (CARVALHO, 1991).

Minha mãe tinha 16 anos quando nasci, foi mãe solo até os meus 11 meses, quando casou com o pai do meu irmão para poder me manter. Ela conta que outubro é um mês de muito sol e o enxoval do centro espírita dado em Tejucupapo contemplava apenas cinco fraldas de pano e o sol foi minha sorte, pois enxugava facilmente no varal e às vezes ela não lavava só colocava para enxugar e reutilizar.

Quando meu irmão nasceu eu tinha dois anos de idade, e minha mãe 18. Ela permaneceu casada até meu irmão ter cinco anos e assim o deixou com sua avó paterna e eu comecei a morar em casas de conhecidos para ela ir trabalhar como doméstica em Recife-PE. Fui uma criança travessa por querer minha mãe por perto e não poder ter. Lembro que descumpria todas as regras ditas a mim nas casas em que morei e quase sempre era devolvida no fim do mês, quando minha mãe chegava no quilombo, dia também em que ela penteava meu cabelo, trançava e me batia por eu não ter me comportado durante o mês.

Depois de uma semana meu cabelo estava totalmente assanhado e eu frequentava a escola com ele como estivesse, então as outras crianças puxavam e riam de mim. Em 2013, saí da escola do quilombo para estudar na escola da Praia de Pontas de Pedras, localizada a 12,8 km de Povoação de São Lourenço. Eu já tinha alisado o cabelo para pentear sozinha desde os 11 anos, mas ele tinha ficado seco, sem vida e quebrado, além de eu não ter creme de pentear sempre, então continuaram rindo do meu cabelo.

Sempre fui uma boa aluna e isso me ajudava a sofrer menos desde a infância, por ter sempre outros alunos por perto pedindo ajuda na maioria das vezes. Em 2015,

consegui participar do Programa Ganhe o Mundo¹ e ficar cinco meses do ensino médio no Canadá, na cidade de Rivers, Manitoba.

Na casa da família em que fiquei, fui obrigada a seguir todas as regras ditas, desde ter apenas duas horas de uso de equipamentos eletrônicos até conseguir dormir às 22 horas, acordar às 8 horas, passar o dia inteiro na escola. Em casa, me sentia obrigada a ficar na sala conversando e jogando jogos de tabuleiro, mesmo nas ocasiões em que estava com cólica, precisando deitar e ficar sozinha. Era uma rotina e uma disciplina muito diferente da que eu estava acostumada no Brasil.

Não era novidade ficar apenas em casa e na escola e ir para a igreja aos domingos. A igreja e os livros sempre foram para mim modos de sair de casa e da escola. No quilombo, quando criança, às vezes eu fugia para o rio com meu irmão, que foi criado solto com rios e cavalos, mesmo sabendo que ficaria de castigo depois.

No Canadá, uma vez eu fugi para almoçar em um restaurante na cidade, próximo à escola, com outras intercambistas e um colega de classe. Depois ouvi várias reclamações na casa, mas já estava perto de voltar para o Brasil. A experiência de ter ido ao Canadá foi muito importante. Apesar de todas as regras, eu tenho muitos elogios à família com quem fiquei. Eles me trataram exatamente igual como tratam seus filhos.

Na escola do Canadá, ainda, senti olhares tortos e distanciamento por eu ser preta, brasileira e mulher, portanto puta. Essa percepção tem como fundamento as ideias coloniais e machistas sobre as mulheres negras, que eram e, ainda, são vistas como objetos sexuais ou como reprodutoras de mão de obra, educadoras e domésticas na casa dos brancos. Beatriz Nascimento (2007) converge com essa informação ao apresentar como as mulheres negras foram vistas ao longo do tempo desde a escravização como Ama de leite, babá, prostituta e foram sempre direcionadas a trabalhos que remetem a servidão. Ser prestadora de serviço é a realidade de muitas mulheres negras nos dias atuais, Sueli Carneiro (2019) artigo originalmente publicado em 1985, expõe que as mulheres negras economicamente ativas estão em comércio e atividades auxiliares e infelizmente o cenário não teve grandes mudanças dentro do campo que estudo.

¹ O Programa Ganhe o Mundo é um programa da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, instituído em 2011, que visa dar a experiência de intercâmbio a alunos da rede pública que estejam no segundo ano do ensino médio (MORAES, 2023).

Sofri assédio de alguns alunos e alunas que me perguntavam coisas íntimas sem nem me conhecer. E assim experimentei na pele coisas não diferentes do que senti em outros lugares fora do quilombo.

Em 2015, de volta ao Brasil, fui terminar o ensino médio em Pontas de Pedra e, em 2016, fazer minha graduação em Turismo, em Recife-PE. Descobri o fascínio e a fetichização que os colegas da minha graduação tinham pela palavra quilombo e comecei a usar isso ao meu favor, já que antes minha experiência era de que ser quilombola era algo visto de forma pejorativa (e ser negro, então, nem se fala).

Ao entrar na faculdade, fiquei surpresa ao perceber que ao menos na academia reafirmar minha identidade como quilombola não trazia afastamento e discriminação. Em outros contextos, já cheguei a dizer que morava em Tejucupapo para não dizer que moro em Povoação de São Lourenço, local que é o quilombo, principalmente em entrevistas de emprego, da mesma forma que já ouvi pessoas de/da favela dizerem que pegavam endereço de amigos para colocar no currículo, quando procuravam emprego.

Nesta época, eu já participava das questões comunitárias no quilombo tão efetivamente quanto aqueles que podiam se afirmar com coragem em todos os espaços, mas eu sentia a necessidade de me embranquecer para frequentar espaços embranquecidos. O processo de embranquecimento é além da estética, pois inclui a negação de identidade e cosmovisões para seguir padrões hegemônicos de pensamentos e formas de estar nos ambientes (FANON, 2008; KILOMBA, 2019).

Comecei a participar das atividades da Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço (AQPSL) em 2016 quando me associei com o interesse de ser mais uma associada e fortalecer a associação sendo mais um número para os representantes puderem apresentar quando estivessem procurando apoio em outros lugares. Só em 2021, ao iniciar o mestrado em Antropologia que senti vontade de concorrer na eleição da diretoria e deixar de ser uma pessoa que apoia as iniciativas com o nome e CPF para ser uma das mulheres que também busca reivindicar em outros espaços soluções para as demandas da comunidade. Já que eu já ocupava o espaço de associada e de pesquisadora, aproveitei a oportunidade de sentir na pele o que é ser representante comunitária e tal atividade me ajudou na observação participante.

Voltando a falar de minha experiência no ensino superior, algo que ainda poucas pessoas do meu povo experienciam, pois a maior parte encerra suas jornadas

acadêmicas ao concluir o ensino médio. Na faculdade de Turismo eu via olhos brilharem ao eu afirmar minha identidade quilombola e preta, principalmente em aulas de geografia, história, antropologia e sociologia. Lá eu descobri a possibilidade de me apropriar de todas as questões que o universo da pesquisa possibilita e me vi interessada em apresentar o que me perpassa de forma a chegar nos meus e nos outros. Minha monografia de conclusão de curso se ateve em observar o que me pertence, os atrativos e possibilidades históricas de se ter um turismo, que respeite a reorganização local, limitações e capacidade de receber pessoas, um turismo autossustentável no quilombo.

Naquela pesquisa, levantei uma lista de possíveis atrativos de interesse histórico-cultural dentro da comunidade e a viabilidade de contemplar segmentos turísticos tais como o ecoturismo, turismo de base comunitária e o educacional, com o objetivo de dar retorno financeiro ao quilombo e preservar a cultura e garantir o bem estar social.

Porém, saber da viabilidade e dificuldades de gerir o turismo em uma localidade não é o suficiente, há estudos prévios em outras áreas relacionadas que devem ser levados em consideração, entre eles está o que me aparecia de forma gritante: a urgência de entender mais sobre as dinâmicas sociais locais e articulações em torno do ser quilombola, viver em um quilombo e viver em um quilombo com todas as suas especificidades.

Foi então uma grande surpresa ver que eu poderia trabalhar com quem sou. Meu primeiro contato com a antropologia foi na graduação com uma das pessoas da banca de defesa da minha monografia, a Professora Renata Danielle Torres Bonifácio que é socióloga. Concluí a graduação em 2018 e em 2019 conheci uma antropóloga que fez pesquisa na minha comunidade, a Isabel Silva que tem sua dissertação referenciada nessa presente pesquisa. Ela me apresentou a possibilidade de prestar um projeto para a seleção do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Percebi então que minhas realidades e vivências também devem ser compreendidas e que com métodos de pesquisa e teorizações eu também produzo conhecimento e auxilio outras pessoas a legitimar questões propícias a negligência e invisibilização.

Portanto, eu posso e irei deixar rastros, registros de histórias de vida e epistemologias do quilombo onde surgiu no mundo, através de conhecimentos

adquiridos em um espaço minimamente alcançável que é a universidade e essa é parte da minha história de vida. Só tenho a agradecer as mulheres que aceitaram o desafio de compartilhar suas histórias.

Assim, a partir de minha própria vivência na comunidade e do olhar antropológico que passei a ter a partir de meu ingresso no Mestrado, optei por acompanhar o cotidiano e manter diálogo com mulheres de Povoação de São Lourenço.

Eu, mulher preta, bissexual, quilombola, saindo do meu lugar o mínimo de vezes para estudar, me sinto privilegiada em poder escrever sobre as outras que até certo ponto também sou eu. E que, entretanto, por não serem eu e terem suas próprias experiências e trajetórias de vida, seguem ainda sendo outras.

Esta pesquisa foi realizada durante a pandemia de Covid-19 e durante o governo Bolsonaro, entre os anos de 2021 e 2023. Diferente de outros colegas, pelo fato de pesquisar em minha própria comunidade, e estando à frente de ações da AQPSL, não tive muitas limitações na realização presencial de meu trabalho de campo. Tive, entretanto, algumas dificuldades financeiras. Não tive bolsa nos primeiros seis meses do mestrado, por conta da extensão das bolsas dos colegas que ingressaram no ano anterior, devido à Covid-19. Os cortes na educação do governo Bolsonaro também favoreceram que não houvesse recurso para quem estava ingressando. E, na escrita final do trabalho, ao solicitar prorrogação de prazo, também estive sem a bolsa de estudos, que era minha única fonte de sustento durante o mestrado.

Durante a pesquisa, tive o apoio de minha mãe para auxiliar em atividades domésticas, principalmente na cozinha. O único papel que eu desempenhava era o de estar na universidade e na pesquisa dentro da comunidade. Todavia, durante a escrita final desta dissertação, minha namorada se acidentou. Eu precisei cuidar e me hospedar na casa dela durante um tempo para auxiliar nas atividades domésticas, dado que o acidente foi um corte na mão, que a impossibilitava de executar atividades simples, incluindo todas as relacionadas ao cuidado do lar.

Eu me senti sobrecarregada e cansada. Os prazos aumentaram ainda mais o meu estresse. Me vi como as mulheres que eu pesquisei. Dá angústia pensar que existem pessoas que acham bonito e romantizam a sobrecarga imposta às vidas das mulheres negras, que tem o papel de pai, mãe, amiga, cuidadora e provedora do lar.

Mesmo com uma carga tão pesada ainda conseguem tempo para cuidar de si e de toda a comunidade. Eu me vi nesse lugar durante a escrita final dessa dissertação.

Meu primeiro desafio na pesquisa foi a adaptação ao ambiente acadêmico e às aulas, que eram remotas devido à pandemia, ler a bibliografia das disciplinas e escolher coisas relacionadas que pudessem me dar um aporte teórico para fazer aquilo que eu havia proposto durante a seleção do mestrado. O meu projeto sofreu algumas mudanças e redirecionamentos. De início, eu havia planejado escrever sobre porque muitas pessoas em Povoação de São Lourenço não compreendiam a questão quilombola, envolvendo questões tanto identitárias como de acesso à direitos.

Contudo, no início desta pesquisa, fui entendendo que o que estava em jogo era mais do que as pessoas compreenderem algo objetivo. Fui também percebendo a necessidade de se falar mais sobre o protagonismo feminino, muito presente na comunidade, entendendo ainda que a participação política tem também uma dimensão dos fazeres cotidianos. E também fui percebendo meu interesse e facilidade maior de explorar o universo das mulheres. Além disso, meu orientador realizava já, há alguns anos, pesquisas sobre pesca artesanal na região e no período da pesquisa era Conselheiro na Reserva Extrativista Acaú-Goiana (RESEX), tendo já um olhar sobre algumas questões de lutas das mulheres na pesca na região.

Durante o trabalho de campo, foi um desafio me ver em meio a uma nuvem de informações. Dados relacionados a pesca, às mulheres, quilombo, feminismo procurei me concentrar no cotidiano geral das mulheres, com os cuidados domésticos e também com o movimento de prover financeiramente suas casas, com o cuidado com os filhos e para com o território, o meio ambiente e ensinar as crianças, ensinar os mais próximos esse respeito e cuidado. Também prestei atenção às lutas por direitos, por existir com dignidade.

Foi uma tarefa nova para mim me ver com diários de campo, documentos e entrevistas. E entre tantas coisas que encontrei, filtrar e concatenar para caber em uma dissertação. Ao juntar as entrevistas, os relatos histórias de vida e todas as informações inerentes a feminismos e ser intermediadora de tais falas, tanto que em alguns momentos eu demonstro tal dificuldade e opto por manter as falas originais das entrevistas para deixar com que elas falem por si só, já que é algo que tanto nos foi negado.

Por estar dentro da comunidade desde sempre, tive dificuldades no campo por ser uma mulher negra da própria comunidade, então aconteceu de as pessoas darem

menos crédito, devido a elas não acreditarem tanto assim em pesquisas, por quase sempre pesquisadores não levarem resultados para lá, sem dar qualquer devolutiva, apenas chegam, extraem e vão embora. Sendo assim poucas eram as que queriam falar no início.

Quanto à minha participação em eventos públicos e atividades coletivas, minha presença no ambiente não interferiu nas festas, mas em reuniões, sim, pois eram espaços nos quais eu era notada como alguém fazendo pesquisa. Em eventos, por mais que todos soubessem da minha pesquisa, eu me misturava como moradora também. Eu ouvi que, por eu ser da comunidade, eu não tinha o mesmo conhecimento das pessoas que vieram de fora. Como se eu não tivesse acesso às mesmas coisas. Frases como: “É a filha de Valdene, ela estuda e não deve saber de muita coisa, não”. “A vi crescer”. Assim, ao invés de minha condição de moradora do lugar facilitar a pesquisa, por eu ter conhecimento sobre o que estava pesquisando, conhecimento sobre o lugar, ela dificultava o acesso às pessoas, como se eu fosse perguntar o que já sabia.

Quando eu dizia a algumas pessoas que queria ficar o dia, ouvir e ver como era a vida das mulheres, como era o cotidiano dessas mulheres, elas ficaram perguntando: “Mas você já conhece, mas você está nesse espaço há muito tempo, qual necessidade teria?”. Na verdade, muito do que eu pesquisei em minha própria comunidade, eu aprendi que ainda não conhecia.

Tive a experiência de fazer um filme etnográfico na comunidade auxiliando três antropólogos em formação, assim como eu. Durante a ida para alguns locais os quais eu havia frequentado como pesquisadora durante dois anos, percebi a diferença de como pesquisadores de fora eram aceitos de forma mais rápida. Principalmente a mulher branca que estava na equipe².

Por ser uma pesquisadora do local, vi e tive experiência de deslegitimação do meu corpo na área da pesquisa e também fora do quilombo. Por eu ser uma mulher preta, em muitos lugares que eu cheguei me foi perguntado quem estava me pesquisando. Com frequência, fui vista como objeto de estudo e não como pesquisadora, como se eu não tivesse capacidade de escrever e de também fazer

² Na equipe havia uma mulher negra, um homem negro e gay e uma mulher branca. As pessoas se dirigiam rapidamente à mulher branca para entender, ouvir sobre o que era a pesquisa deles. E que também era minha, por textos do meu Zine intitulado “Atravessamentos”, onde falo sobre situações que me atravessam de forma poética, a comunidade é a base do filme por eu escrever poesia sobre o lugar que vivo. Também costumo colocar minha escrita literária no Instagram @soueuquemconto.

parte da universidade. Até quando participei de algumas atividades na universidade, pesquisadores chegavam me perguntando sobre o meu campo como se estivessem me pesquisando. Como se estivessem fazendo uma pesquisa prévia, perguntavam: “o que tem na sua comunidade, conta um pouco da história, eu gostaria de visitar, você quer ser intermediária?”. Não era uma conversa sobre meu processo de pesquisa como acontecia entre eles. As pessoas conversavam comigo procurando opções de projetos dentro do lugar dentro de onde eu estava atuando, sem me incluir. “Lá tem alguma dança e eu poderia fazer um projeto?”.

Então assumir o meu lugar como pesquisadora foi um dos grandes desafios em estar pesquisando dentro do meu lugar. Me desafiei a pesquisar sobre o lugar em que sempre estive e utilizar teorias para vê-lo com olhar antropológico, apropriando-me de conhecimentos e histórias, informações antes negadas a mim por um sistema segregador que seleciona quais histórias e conhecimentos chegariam ao meu ouvido e acesso. E ao de vocês leitores também.

Tive também mais um desafio, o de conseguir observar de forma crítica o que eu já via todos os dias. Inclusive o que eu estava vivendo na AQPSL. Por também ser o meu cotidiano, eu normalizava muitas situações do que era existir, do que era viver, ser e estar no ambiente que eu sempre estive e havia momentos em que as leituras em antropologia e sobre o feminismo negro eram o que norteava tudo junto com o caderno de campo. Muitas vezes escrevia no caderno de campo o que acontecia e não via a importância de registrar certos acontecimentos. Importância que só observei na hora de selecionar os dados para a escrita. Então só depois que até eu mesma fui ver realmente a importância de se ter um diário de campo e participar daquelas ações humanitárias, distribuições de cestas básicas e arrecadação de sorteio para compra de remédios, e do cotidiano de trabalho delas. E de compartilhar a experiência da pesca, sentir na pele como funciona, pelo menos alguns dias.

O estranhamento aconteceu, por exemplo, ao acompanhar a vida das mulheres na maré, visto que eu não trabalho nessa área de mangue. Apesar de conhecer a realidade, o viver faz toda a diferença. Nas vezes em que eu fui para a maré, que descii a ladeira e subi com peso de carregar mariscos, conversava sobre assuntos do cotidiano, como por exemplo: como estava a casa delas, o que elas iriam fazer quando chegassem em casa, sobre dar conta e se sobrecarregar com as tarefas domésticas e trabalho para garantir o sustento de suas famílias. O envolvimento dessas mulheres em cada atividade, na dança Coco de Roda, em ensinar as crianças.

Acompanhei também a busca por captação de cestas básicas para beneficiar famílias que mais necessitam de auxílio; A presença em reuniões representando as categorias das comunidades; O esforço de informar e mostrar que haviam pessoas interessadas do quilombo em assuntos como degradação ambiental e recursos de pesca e não deixar que outras pessoas determinem as suas vidas. Foram momentos que me ajudaram a compreender melhor como essas realidades se interligam ao movimento de articulação política das mulheres na comunidade.

A pesquisa que aqui apresento incluiu o acompanhamento do cotidiano da comunidade quilombola de Povoação de São Lourenço entre novembro de 2020 e dezembro de 2022, atenta a eventos públicos que envolviam mobilização comunitária e às discussões que envolviam a questão quilombola. Como vice-presidente da AQPSL, participei de algumas atividades, especialmente as relacionadas aos cuidados com a pandemia de Covid-19, como a vacinação e distribuição de cestas básicas. Acompanhei também os seguintes eventos: Festa da Semana da Consciência Negra; curso sobre empreendedorismo do grupo de artesanato Quilombolas de São Lourenço e atividades da área de saúde. Além disso, como dito acima, acompanhei atividades de mariscagem de mulheres pescadoras da comunidade e também a página de artesanato da comunidade no Instagram e a participação do grupo na Fenearte.

Ao longo da pesquisa, me aproximei de três mulheres como interlocutoras principais, tive conversas e realizei entrevistas, entre fevereiro e agosto de 2022. Essas mulheres são envolvidas diretamente em ações políticas, seja em associações ou em grupos que se juntam em ações sociais, as quais foram acompanhadas por mim, durante os dois anos de Mestrado. Quando apresentei meu projeto de pesquisa a diversas mulheres em Povoação, entre tantas, foram elas que se dispuseram a participar como lideranças prestativas que são.

Essas mulheres são Edjane Agostinho da Silva Evangelista, Josilene Maria Bandeira Venceslau e Narely Carmo dos Santos. Edjane é liderança da pesca artesanal junto com muitas outras mulheres que a apoiam. Narely trabalha na área de educação, sendo apoiada pela instituição AQPSL. Josilene é trabalhadora da Saúde atua como uma das agentes comunitárias de saúde em Povoação de São Lourenço.

Outras mulheres também aceitaram conversar, passar o dia comigo em companhia, como foi o caso de Gedália Maria Venceslau da Silva, líder comunitária e representante da Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades

Quilombolas de Pernambuco (CEACQ), e de Cecília Gouveia, líder do grupo de artesanato, e também estive com algumas mulheres marisqueiras da família de Edjane.

Para além do processo político de reconhecimento de direitos, as mulheres de Povoação de São Lourenço têm vivências específicas em suas trajetórias familiares, e em suas atividades de trabalho, seja na maré, seja como domésticas, como operárias de indústrias que se instalaram recentemente na região e em outras atividades. Essas trajetórias de vida, por um lado, marcam a especificidade das mulheres quilombolas de Povoação de São Lourenço. Por outro lado, essas trajetórias se relacionam ao universo das estratégias e possibilidades de vida das mulheres negras na sociedade desigual, racista e patriarcal em que vivemos.

Escolhi pesquisar mulheres quilombolas para negritar, destacar, tornar mais visíveis vivências antes silenciadas ou colocadas como meros elementos na história. A fala de Angela Davis diz muito sobre as formas com que as mulheres se movimentam e como elas movem toda a comunidade.

A escrita dessa dissertação é minha forma de me movimentar contra o apagamento e me posicionar em lembranças históricas de memórias de lutas coletivas das mulheres em Povoação de São Lourenço. Venho requerer a continuação da ocupação de nossos registros escritos em espaços acadêmicos, que está acontecendo ao longo do tempo por pessoas de grupos não privilegiados ao terem acesso a esse espaço de poder, de fala e de escrita como na história de Gloria Anzaldúa (1987). Vivo sendo pontes, passando por fronteiras entre o que a academia acessa e o que eu acesso como membro de uma comunidade tradicional de quilombolas e pescadores.

As histórias de vida dessas mulheres também passam por minha história. É o que me levou a fazer essa pesquisa.

Esta dissertação se divide em quatro capítulos. Após este capítulo introdutório, o capítulo 2 traz um panorama sobre territórios quilombolas e modos de existir quilombola, trazendo as especificidades das mulheres quilombolas à luz dos escritos de autoras negras e quilombolas. No capítulo 3, apresento a comunidade quilombola de Povoação de São Lourenço, contemplando elementos da história e memória e a descrição do processo da luta por reconhecimento. Abordo, é claro, a participação política das mulheres. Mobilizo aqui entrevistas com lideranças, buscando suporte também em documentos e outros materiais bibliográficos.

No capítulo 4 será apresentado a conversa com minhas principais interlocutoras, mulheres com histórias entrelaçadas porém ritmos de vida diferentes, tendo em comum o fato de serem moradoras da mesma comunidade quilombola. Através de entrevistas e observação participante apresentamos as histórias de vida dessas mulheres. E, por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2 MULHERES NEGRAS, MULHERES QUILOMBOLAS

A categoria quilombo parte da referência histórica a um termo de origem bantu usado, no passado, pelo Estado, para designar coletivos de negros com formas relativamente autônomas de organização, à margem do modelo colonial de sociedade escravista. Nesse contexto, os quilombos eram vistos como uma ameaça ao poder central e deveriam ser destruídos, e de fato o poder colonial dedicou grandes esforços para eliminá-los, contexto representado, por exemplo, pela destruição do Quilombo dos Palmares, na região da Serra da Barriga, em Alagoas, por tropas governamentais, no final do século XVII (CARNEIRO, 1958).

Durante o século XX, essa categoria quilombo foi apropriada pelo emergente movimento negro como índice de resistência política e cultural. Abdias do Nascimento (1980) foi um dos intelectuais que ajudaram a popularizar a ideia de quilombo como um modo afrocentrado de resistência e organização comunitária. A ideia de quilombismo trata da mobilização política a partir da experiência histórica e cultural da população afrodescendente (NASCIMENTO, 1980). Esse conjunto de ideias e práticas do movimento negro correlatas ao quilombismo influenciou a inclusão da referência à regularização das terras quilombolas na Constituição Federal de 1988.

No artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), é garantido às comunidades remanescentes de quilombo o direito à regularização dos territórios por elas ocupados. Este dispositivo legal criou, do ponto de vista do Estado, uma nova categoria de sujeitos de direito no Brasil, “as comunidades remanescentes de quilombo” (BRASIL, 1988).

O artigo constitucional, entretanto, não deixou claro quem seriam as pessoas que preencheriam essa categoria de direito. No processo de identificação das comunidades quilombolas, foram-se construindo parâmetros para este reconhecimento no diálogo entre direito e antropologia (O'DWYER, 2005), influenciados pelas demandas de coletividades que se apresentavam reivindicando o reconhecimento como quilombolas.

Nesse diálogo, houve, então, o que Arruti (1997) denominou de “ressemantização” do conceito de quilombo, ou seja, o reconhecimento da diversidade de situações concretas das coletividades que se colocavam como sujeitos de direito, para além da imagem de referência histórica que se tinha, pautada no Quilombo dos Palmares e outros quilombos do período colonial.

Esses novos significados incluíam os aprendizados políticos a respeito do reconhecimento de terras indígenas (CUNHA, 2009), em que a caracterização de quem é indígena se guia por critérios de identidade étnica (BARTH, 2000). Além disso, o conceito de quilombo incorporou uma série de conceitos referentes aos estudos de “comunidades negras rurais”, como “terras de preto” e “terras de santo” (ALMEIDA, 2006), que foram úteis, mas não suficientes, para dar conta da diversidade de situações que surgiam.³

Recentemente, a partir da liderança política das mulheres quilombolas, elas começaram a ser percebidas como parte do quilombo e a ter suas práticas vinculadas à perspectiva do significado de quilombo ao a cultura ser característica de identidade quilombola (ALMEIDA, 2022). O quilombo pode ser pensado como um ambiente feminino de cuidado, organizado e gerido por mulheres através das ações construídas coletivamente.

Vale ressaltar que as práticas femininas vão além da política partidária e políticas públicas, passando por cosmopolíticas: mulheres quilombolas muitas vezes são as principais guardiãs e professoras das práticas e conhecimentos das comunidades.

Apesar do artigo 68 se referir especificamente ao processo de regularização fundiária dos territórios quilombolas, sua inclusão na Constituição também abriu espaço para a concretização de uma série de outras demandas reprimidas das populações afrodescendentes, também derivadas do processo de exclusão, que se desdobraram a partir da questão fundiária (BRASIL, 1988). Este é um dos dispositivos que torna possível reconhecer a necessidade de reparação histórica pelas consequências da condição de escravização imposta às populações africanas e afrodescendentes no Brasil, que persistem desde o fim do período escravocrata.

No campo conceitual sobre os quilombos, as teorias da etnicidade foram importantes para sinalizar, no diálogo com o meio jurídico, quem são os sujeitos de direito abrigados sob a categoria “comunidades remanescentes de quilombo”. A partir da ideia de “grupo étnico” e como consequência da ressemantização, o critério da autoatribuição passou a ser entendido como referência para a certificação de

³ Estima-se que existem 3.524 (três mil quinhentas e vinte e quatro) comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares, e, conforme outras fontes, esse número pode chegar a cinco mil (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2008).

comunidades quilombolas pelo Governo Federal, com a promulgação do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Em 2020, Pernambuco apresentava 196 comunidades quilombolas autodeclaradas e reconhecidas pelo Estado, cada quilombo tem suas histórias de fundação, assim como formas de adaptação ao meio ambiente onde se localizam, vivendo de formas distintas, sendo a agricultura familiar um modo de vida em comum.

As informações seguintes foram retiradas da Nota Pública 01 da CEACQ: em defesa da vida das comunidades quilombolas em tempo de pandemia de Covid-19.

Pernambuco tem 196 territórios Quilombolas somando mais de 500 comunidades Quilombolas e uma população aproximada de 250 mil Quilombolas e grande parte das comunidades quilombolas vive da agricultura familiar e a outra parte encontra-se impedida de produzir por não terem seus territórios regularizados. Ambas demandam ações mais emergenciais, como a inserção nos programas de renda mínima, distribuição de alimentos e materiais de primeiras necessidades (CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE, 2020, p. 1).

Com a Constituição e o Decreto tem-se, portanto, uma conjuntura em que milhares de comunidades diversas em modos de vida de todo o Brasil apresentam-se e são reconhecidas como quilombolas, cada qual com suas especificidades, referências culturais e ecológicas.

A maioria dessas comunidades não têm suas demandas devidamente atendidas, nem em termos de regularização do território, nem de outras políticas públicas. No entanto, há uma mobilização política quilombola e iniciativas em articulação com outras organizações. Há, ainda, um processo de acomodação entre as categorias do Estado definidas pela legislação quilombola, e as próprias referências, categorias e modos de viver cotidianos dos habitantes das diversas comunidades quilombolas.

A partir de 2003, surgiram outras políticas federais para quilombolas, para além da regularização fundiária (ARRUTI, 2009), que apontavam para outras carências e reivindicações dessas coletividades em áreas como a educação, a saúde, o crédito e as políticas assistenciais. Essas políticas não aconteceram de maneira aprofundada, assim como os processos fundiários não têm sido concluídos e há uma quantidade mínima de comunidades quilombolas com seus territórios titulados.

O que se agravou no período de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, com um governo declaradamente antiquilombola, os recursos para concretização dessas políticas foram contingenciados ou cortados.

A partir do início do terceiro governo Lula, em 2023, quando esta dissertação está sendo concluída, nasce a esperança da retomada das políticas públicas para as comunidades quilombolas, fato evidenciado pela nomeação de algumas lideranças quilombolas para cargos administrativos em diferentes ministérios, sabe-se que ainda vai demorar muito para que os direitos sejam efetivados de forma a atender todas as demandas das comunidades.

O movimento quilombola tem se organizado em pautas mais amplas, que levam à retomada por autores de conceitos ligados ao quilombismo (FAGUNDES, 2020). A produção de diferentes territorialidades quilombolas pode ser vista como a reconstrução criativa, ao longo das gerações, de um modo de vida em relação com o território, após o desenraizamento causado pela escravização e pela diáspora de pessoas negras.

Um dos fatores da distinção de modos de vida, é a heterogeneidade das práticas epistêmicas adquiridas pelos ancestrais na terra onde formou-se o quilombo e também as misturas de memórias culturais de cada lugar, países do continente africano os quais as pessoas sequestradas, escravizadas, trazidas para o Brasil pertenciam. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2007), as principais regiões de países oriundos de pretos trazidos ao Brasil por meio do tráfico transatlântico foram de Costa do Marfim e Angola, dentro dessas áreas estão Moçambique, Luanda e Benin.

A diversidade de povoamento quilombolas, formam também diversidade de mulheres quilombolas isso se deu devido às diversas experiências vivenciadas por cada uma, pois é sempre bom lembrar que as pessoas escravizadas traziam consigo memórias e modos de fazer cultural que foram utilizados na tentativa de seguirem seus costumes e manterem suas afetividades, englobando o que tinham acesso no novo ambiente e o que se conseguia trazer desde sementes até cantos e rituais.

As mulheres traziam sementes nos cabelos para plantar junto com suas vivências com o intuito de repassá-las aos seus no espaço que foram obrigadas a viverem, criando uma nova habitação com novos pertencimentos e ressignificados ao fincar vínculos com a terra e território por intermédio da territorialidade. Little (2002, p. 3) conceitua territorialidade da seguinte forma: “Defino a territorialidade como o

esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu 'território' ou '*homeland*'.

Portanto, territórios são lugares onde a cultura é disseminada, espaços de sobrevivência e aprendizado, onde vive o ser humano e a natureza. Tais lugares são elementos e ferramentas de transmissão de saberes que são continuados pela oralidade e pela prática do "saber fazer", termo utilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), na construção do conceito de referência cultural e a criação do Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC) para documentar os patrimônios culturais.

A Constituição Federal de 1988, no art. 216, entende que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico brasileira (BRASIL, 1988).

Portanto, os conhecimento quilombolas constituem formas de vida diferenciadas de acordo com cada território, os modos que os integrantes pensam e existem tem relação direta com o que aprenderam e onde vivem, então cada povoação tem suas particularidades, modos de viver e se relacionar com o ambiente os quais estão inseridos.

O processo de organização quilombola não pode ser visto apenas pelo viés das políticas públicas estatais, mas também deve ser pensado a partir da diversidade de formas próprias de organização e trajetórias específicas dos diferentes quilombos existentes em muitos locais do Brasil.

A palavra quilombo nomeou várias coisas ao longo da história da humanidade, cada significado foi definido segundo as situações de cada tempo e a economia e cultura de cada época. De certo que a formação de quilombos é um marco na capacidade de resistência e organização, vivo na memória coletiva que reafirma a identidade negra no Brasil ao povo negro (NASCIMENTO, 2007).

Beatriz Nascimento (2007) trouxe em seu estudo sobre a mudança do significado do termo quilombo ao longo da história o compreendendo como instituição

em si; abarcando nesse significado os próprios indivíduos. Para a autora a partir do século XV foram vistos como grupos de negros no comércio escravista; no século XVII como acampamento de fugitivos; como alternativa ao sistema colonial escravista; no século XX como passagem para princípios ideológicos e símbolo de resistência contra as formas de controle; desde os anos 70 em manifestação artística principalmente o teatro e letras de música como o desejo utópico de uma sociedade melhor onde houvesse igualdade, e por último temos a definição atual de ser toda a instituição de pessoas negras na busca pela valorização da cultura e raça negra.

Nesse sentido, as diversas formas de ligação com o território, as suas ecologias e suas histórias trazem elementos para pensar as comunidades quilombolas a partir do quilombismo, forma de ativismo com o objetivo central de fortalecer a consciência de raça e história dos povos negros panafricanos, seja reivindicando as manifestações de suas culturas ou em lembrar sempre a origem e formação dos quilombos para manter viva as memórias que geralmente são apagadas para não sabermos de onde viemos e assim não nos conhecermos e não sabermos planejar nosso futuro como povo que faz parte de grupos com histórias diferenciadas, Nascimento (1980) afirma ter os grupos/quilombos aceitos na sociedade como os afoxés, escola de samba etc. e os não aceitáveis que são os territórios criados no esforço pela liberdade contra o sistema escravista colonial que oferecia “um estado de terror organizado contra eles”, portanto o quilombismo busca uma sociedade baseada no respeito a igualdade sem exploração econômica opondo-se a sociedade capitalista e de classe ou seja o comunitarismo e cooperativismo.

Os negros têm como projeto coletivo a ereção de uma sociedade fundada na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos, na liberdade; uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo. Uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e os deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas as quais serviriam unicamente para procrastinar o advento de nossa emancipação total e definitiva que somente pode vir com a transformação radical das estruturas vigentes. Cabe mais uma vez insistir: não nos interessa a proposta de uma adaptação aos moldes de sociedade capitalista e de classes (NASCIMENTO, 1980, p. 215).

Santos (2015) apresenta alguns conceitos criados por ele para pensar os modos próprios e diversos de existir sendo quilombola. Destaco os seguintes: biointeração, cosmovisão e transfluência.

Quilombolas na maioria das vezes são formados por mestres e mestras que o ensinam a interagir com a biodiversidade e práticas de manejo dentro do território acreditando viver no quilombo a comunhão prazerosa da biointeração, sendo a biointeração o contrário do desenvolvimento capitalista. Conforme Santos (2015, p. 37), “Seguindo a orientação das mestras e mestres, ninguém podia pescar para acumular, pois melhor lugar de guarda os peixes é nos rios, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo”. Esse modelo de pensamento abrange a cosmovisão, o ver o mundo a partir de sua pluralidade, percebendo e respeitando os elementos que os rodeiam, com respeito a natureza e preservação dos bens/patrimônios como sagrados que envolvem a cosmografia.

Pode-se entender como uma cosmografia, o conceito apresentado por Little (2002, p. 254):

Utilizo o conceito de cosmografia (Little, 2001), definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

Os africanos já possuíam formas de pensar encontradas em comum com os povos indígenas. Os indígenas muito ajudaram na construção dos quilombos ao partilharem seus conhecimentos sobre os lugares nativos deles, as interações de difusões e partilhas fortaleciam os vínculos nos territórios e a adaptação dentro dos espaços e paisagens, o que produzia mecanismos de tecnologias de sobrevivência dos negros e indígenas contra qualquer sistema autoritário que pudesse dizimá-los e tirá-los a liberdade de reproduzir seus viveres (ANTENOR, 2011).

O fato da ajuda indígena lembra o conceito de transfluência, também explicado na obra de Santos (2015), que consiste na interação entre grupos diferentes de pessoas e o meio ambiente para manter o equilíbrio necessário para a existência de ambos.

Apesar do movimento quilombola e especialmente de mulheres quilombolas serem abraçados por processos de transfluências com o movimento de mulheres indígenas e terem demandas em comum com o feminismo negro, as mulheres quilombolas têm reivindicado o respeito as suas formas próprias de experiência e vivências nas percepções de mundo e formas de agir.

As mobilizações das mulheres quilombolas somam múltiplas experiências de resistência feminina, gerando a reformulação das narrativas e concepções sobre os quilombos, antes centradas nas narrativas masculinas, vistos como locais de guerra, começam a ser observados como uma organização que inclui e acolhe culturas pensadas como pertencentes à identidade feminina a partir da ideia de cuidado e pertencimento como forma de lembrar os quilombos.

Mariléia Almeida (2022) converge com essa perspectiva e apresenta tal processo como “feminização dos quilombos”, que consiste no reconhecimento dos aspectos culturais vistos como femininos de acordo com normas pensadas pela sociedade patriarcal que centraliza determinadas ações às mulheres principalmente as ligadas ao cuidado e emoções, então imaginar o quilombo como objetivo de cuidados que ultrapassam o cuidado para com povos humanos, passando por cuidados cotidiano de responsabilidade com a terra, a biodiversidade e a transmissão de saberes que resulta em formas femininas de fazer política através do cuidado e epistemologias femininas subverte o antigo modo de ver os quilombos a partir de uma lógica preconceituosa de criminalização, força e violência. Portanto, os afetos e pertença para com si mesmo, o território e os que habitam nele, motivam mulheres a estarem em atividades de mobilizações políticas.

Atualmente podemos observar a presença das mulheres no movimento quilombola, nas lideranças das associações e como associadas apoiando as mulheres líderes na reivindicação por um lugar melhor para seus familiares e para elas, além das questões de igualdade de gênero. Agora não basta participar das lutas como mulheres nas frentes de tantas mulheres que sofrem algo pontual que sofremos, queremos e estamos exigindo nosso próprio movimento e espaço que pode beneficiar as que sofrem algo em comum conosco.

Nos últimos anos muitas mulheres quilombolas têm se destacado como lideranças políticas das comunidades a exemplo de Givânia Maria da Silva, do quilombo de Conceição das Crioulas em Salgueiro-PE, que fez parte da equipe de transição para o governo Lula 2023 no grupo técnico na área de igualdade racial para a população negra e é cofundadora da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). E também tem tantas outras que lutam dentro do território nas ações comunitárias e associações. Givânia tem também se destacado na produção de pesquisas sobre os quilombos, além dela, dou também como exemplo de Elionice Sacramento e Ana Mumbuca.

Sendo Elionice Sacramento uma mulher negra Quilombola e desde sua infância vivencia as atividades da pesca, as quais afirma ser mestra na nossa cultura e na universidade também⁴.

Ana Cláudia Matos da Silva (Ana Mumbuca), em 2019, em sua dissertação, conta que é importante saber o que os opressores sabem, mas não esquece da dificuldade na escrita por nós quilombolas não termos a cultura da escrita e sim da oralidade, as obras escritas por mulheres quilombolas costumam ser escritas próximas às falas, pois é dessa forma que sabemos nos comunicar e nos comunicamos bem assim, visto que todas pessoas são capazes de entender. Dominamos a nossa própria forma de escrita e utilizamos a escrita como instrumento para com primazia narrarmos nossas próprias histórias⁵.

Essas acreditam no poder da educação e da conquista de espaços de decisão como instrumento para a luta das mulheres quilombolas na superação de opressões e na manutenção de formas de viver.

Essas mulheres, como muitas mulheres quilombolas não se autotransformam como feministas, já que lutam por elas e pela localidade incluindo os homens quilombolas, apesar de serem mulheres e terem como pauta a igualdade de gênero e serem contra a misoginia e tudo que as excluem dos espaços; devido às ideias defendidas e disseminadas pelo sistema colonial marxista racista e sexista na sociedade que vivemos, mulheres negras são desumanizadas ao serem pensadas como fortes, corajosas e determinadas, que suportam dores e vivem em uma batalha sem fim para superar os descasos ao sofrerem opressões de gênero, raça e classe (CARBY, 1997; GONZALEZ, 1984; HOOKS, 2015).

Essa é a realidade de muitas mulheres quilombolas que além de serem mulheres negras estão envolvidas em outras lutas coletivas como direito à qualidade de vida nas comunidades. Por isso volto a dizer: as lutas políticas de mulheres quilombolas são por melhorias não só na vida das mulheres, mas na qualidade de vida de todos os moradores dos agrupamentos quilombolas (SACRAMENTO, 2019; SILVA, 2019).

⁴ Elionice Sacramento é mestra em Sustentabilidade Junto aos Povos e Terras Tradicionais pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, desde 2019.

⁵ Durante a leitura dessa dissertação, é possível que a leitora ou leitor encontre repetições devido minha forma de escrever e explicar o mundo ser influenciada pela oralidade e também ser uma forma de ligar as idéias e correlaciona-las ao longo do texto.

O feminismo negro e a luta das mulheres indígenas são movimentos que contemplam em parte as mulheres quilombolas, por apresentar luta pelo território, dificuldades e traços identitários em comum como a relação territorial e os sentimentos de repressões causados pelo racismo e sexismo. Os movimentos dialogam, apesar de nenhum dar conta de pensar a perspectiva da mulher quilombola.

A reivindicação das mulheres quilombolas precisam ser entendidas de forma separada das outras mulheres, pois se dar por conter diferenças em suas realidades apesar de haver elementos de luta em comum englobados nas lutas de outras mulheres. As diferenças são meios para entender e respeitar as necessidades do outro de forma a mudar as realidades estabelecidas, por isso a importância de considerar os processos de cada grupo de mulheres lembrando o conceito de interseccionalidade.

Nos últimos anos houve um grande debate sobre interseccionalidade na formação de um feminismo negro (CRENSHAW, 2015). E mulheres quilombolas têm escrito em seus estudos sobre os debates do feminismo negro em relação às suas questões.

A interseccionalidade pode ser entendida como ferramenta analítica de intersecção de sistemas de poder hegemônico como pode ser percebido pelas situações experienciadas por mulheres negras e por mulheres quilombolas, no caso dessas mulheres é importante levar em consideração as categorias étnicas, raciais, de sexo, classe e gênero. Fazendo assim uma análise mais precisa sem invisibilizar as realidades que se interligam e formam mulheres com identidades próprias que são multiplamente marginalizadas.

A teoria da interseccionalidade nos ajuda a entender processos que interferem em nossas vidas como mulheres negras ao considerar diferentes formas de poder, fatores determinantes na vida de grupos de mulheres negras (COLLINS; BILGE, 2020).

No âmbito do direito, Giovana Carvalho (2021) utiliza os escritos de Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw sobre interseccionalidade para aplicar na realidade das mulheres quilombolas afirmando que as mulheres quilombolas são afetadas pelas relações de poder de forma diferenciada.

Teorias do feminismo negro como a da interseccionalidade nos faz refletir em que medida o feminismo negro contribui para pensar as questões trazidas por

mulheres quilombolas, e em que forma os debates das mulheres quilombolas podem contribuir para novas perspectivas do feminismo negro.

Para pensar sobre feminismo negro não posso deixar de considerar questões pensadas a partir de outros países escritas por mulheres negras. Citam-se aqui Bell Hooks, Audre Lorde, Patrícia Hill Collins e Hazel Carby. E daqui do Brasil citam-se Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento.

Nos Estados Unidos e no Brasil, o feminismo não surgiu do grupo de mulheres mais vitimizadas pela opressão machista, considerando as mulheres negras como pertencentes ao grupo não ouvido e invisibilizado, apesar de ser o mais afetado pelas violências sentidas pelas mulheres que iniciaram o movimento feminista.

As mulheres brancas tinham o mínimo poder de iniciar discussões, exatamente por sofrerem menos abusos. Invisibilizando as demandas das mulheres negras que não tiveram acesso à informação e foram ensinadas a se conformar com a situação de subalternização e violência como se fosse uma predeterminação (HOOKS, 2015). A primeira onda do feminismo deu início a discussões e obras em que se limitavam a demandas de mulheres brancas com formação universitária. As teorias que fundaram o feminismo foram escritas como se outros grupos de mulheres fossem inexistentes.

Esse movimento foi fortalecido pela inacessibilidade de grande parte das mulheres negras e pessoas pobres a universidade, editoras e meios de comunicação, esses indivíduos posteriormente não tiveram acesso a conhecimentos de política feminista e mesmo com a exclusão e invisibilização dessas mulheres, as mulheres brancas apresentavam-se falando por todas as mulheres do mundo.

O feminismo negro é um movimento que vem se contrapor ao modelo de feminismo citado acima, Hazel Carby (1997) afirma que o feminismo negro é marcado pelas reivindicações de mulheres negras que ao serem colocadas em pauta vão contra visões imbuídas de ideologias classista, racistas e até sexista de mulheres brancas, homens brancos e não brancos.

O feminismo negro trouxe o entendimento de que os movimentos de mulheres negras podem melhorar a sociedade através do respeito à subjetividade de cada pessoa, o que traz à luz a necessidade de criação de organizações, para pensar e articular caminhos em interesses comuns entre os grupos de mulheres e respeitando as diferenças como força motriz e sobretudo incentivar a mudança do feminismo para que esses grupos possam falar (LORDE, 1979).

As mulheres negras viram no movimento feminista negro a possibilidade de minimizar forças opressivas na vida de cada pessoa. Ao terem a iniciativa de querer falar e criar movimentos feministas próprios para defender suas demandas pois as solucionando resolvem também demandas de outros grupos de pessoas que sofrem das mesmas situações, tornando assim o mundo menos injusto, portanto, as mulheres negras têm o olhar diversificado quanto às formas de opressões, pois possuem uma perspectiva da sociedade com poder de compreender outros grupos (HOOKS, 2015).

Algumas das opressões a serem consideradas na vida de mulheres quilombolas são os impactos da degradação e invasão territorial que atingem a saúde física e mental dos pertencentes aos povos tradicionais, além de destruir a cultura e modos de vida tradicionais, fazendo com que os remanescentes de quilombo vivam formas de resistência desde a fundação dos quilombos até a atualidade.

Essas formas de resistência são reproduzidas pelas mulheres quilombolas através das redes femininas.

As redes femininas significam que as mulheres negras são figuras-chave no desenvolvimento de estratégias de sobrevivência, tanto no passado através de períodos de escravidão e colonialismo, e agora, enfrentando um estado racista e autoritário (CARBY, 1997, p. 127, tradução nossa).

No Brasil, faz tempo que enfrentamos uma cultura racista e autoritária, visto que o país pratica “o mito da democracia racial”, mas sabemos que não somos todos iguais independentemente de cor e a miscigenação não diminuiu o racismo. As mulheres negras são vistas no carnaval como objetos sexuais e durante o ano como domésticas e subalternas, prontas para servir e não mostradas em público. A imagem da mulher negra aqui é colocada em lugares de submissão e prestadora de serviço, mucama, babá, mãe preta, prostituta. Enquanto o homem negro, esposo, irmão, filho das mulheres negras, são colocados em situações de criminalização e ambos homens e mulheres negros/negras são expostos a condições de racismo ambiental e estrutural, ao serem colocados em habitações não habitáveis sem condições mínimas de higiene (GONZALES, 1984).

Beatriz Nascimento (2007), ao pensar o lugar social da mulher negra no Brasil, apresenta muitas das principais questões para as mulheres negras como a desigualdade de classe, racismo e sexismo. A autoestima da mulher negra é alvo de agressões corporais sendo objetificada e até vista como feia e também sofrem

agressões psíquicas, pois não são vistas muitas vezes como produtoras de conhecimento acadêmico, antes só produzido por homens brancos e depois por mulheres brancas. As mulheres negras não são absorvidas com frequência no mercado de trabalho em atividades não relacionadas à servidão nem mesmo escolhidas para casamento.

A autora argumenta que a falta de acesso à educação de qualidade resulta no fato explícito das mulheres negras não serem selecionadas com frequência para empregos e posições de relação com o público, essa realidade identifica os efeitos do racismo sobre diversos aspectos de nossas vidas (NASCIMENTO, 2007). Ser mulher negra na cidade deixa exposta a condição de sofrer racismo velado e não ter o perfil da empresa para ser contratada mesmo tendo pleno conhecimento para exercer a função, mesmo morando perto do local onde está localizada a empresa.

Pode até ser contratada por uma empresa por meio do sistemas de cotas e tornar-se uma das poucas nesses espaços. Uma situação que exemplifica bem isso, são as vendedoras de shopping que muitas vezes moram em favelas bem próximas. E dentro desses espaços ouvir que é moreninha mesmo sendo retinta, com isso acaba iniciando uma tentativa de se camuflar no ambiente e reproduzir o racismo ao outro preto que entra na loja. Sobre a tentativa de se camuflar no ambiente e embranquecer, ver os escritos de Fanon (2008).

As mulheres não quilombolas não têm suas imagens diretamente vinculadas à escravização, pelo menos não de forma aberta, então não sofrem racismo de forma escancarada, mesmo sentindo as diferenças e discriminações por tudo que é preto e vem do continente Africano.

Por isso alisar o cabelo já foi opção para mim, para não sofrer discriminação em espaços cheios de brancos. Enquanto uma mulher quilombola é diretamente vinculada ao período de escravização e se faz perguntas racistas abertamente sobre o corpo e história dela. Nossa dor é exposta, sinônimo de pobreza e preguiça e muitas de nossas práticas são demonizadas e inferiorizadas, por serem de negros e da África.

As mulheres negras da favela sofrem entre outras formas de racismo: o racismo ambiental. Isso é evidenciado pelo descaso e esquecimento do poder público, o que gera diversas tragédias ambientais a exemplo do desmoronamento de barreiras e muitas mortes. Já grande parte das mulheres quilombolas dependem do meio ambiente para tirar o sustento e morrem com a investida do racismo ambiental que ataca e não esquece dos seus territórios, até mesmo as dos quilombos urbanos. Cada

lugar tem sua história e implica nas formas de exclusão e direitos negados, além das diversas formas de relações afetivas com os territórios através de movimentos políticos.

O governo legaliza um genocídio ao aprovar processos de desenvolvimento destrutivista com alto índice de desmatamento e a produção de substâncias agravadoras de câncer e causam mais mortes dos moradores da terra tradicional e também dos que se alimentam das produções do agronegócio, tudo isso dentro dos territórios ancestrais.

O que é a continuação da exploração e roubo dos recursos naturais e aumento da dívida histórica impagável conosco, enquanto resistimos com nossas vivências sobrevivendo mesmo com tudo tentando tirar nossas vidas, seja nos matando ou tirando nossas formas de existir.

Sendo assim, a principal singularidade das mulheres quilombolas está na intensidade que sentimos o racismo e todas as outras formas de violências sentidas por outros grupos de mulheres, como falta de acesso às informações e a educação formal de qualidade e até a inexistência de escolas dentro dos quilombos.

As mulheres quilombolas vem reivindicando a sensibilização a contextos em que elas estão inseridas, como conflitos territoriais e supressão de direitos pela falta de políticas públicas que as diferenciam de outras mulheres e de outras pautas do feminismo, seja ele da primeira onda com as mulheres brancas ou o feminismo negro. A mulher quilombola possui experiências e significados diferenciados como a questão territorial, fundiária e ambiental. De acordo com esta perspectiva, as mulheres quilombolas são diferentes das mulheres negras que vivem em áreas urbanas ou em outros contextos de vida, com relação afetiva direta com o meio ambiente. Tais ideias são defendidas por Givânia Maria da Silva, Maria Aparecida Mendes, Amária Campos de Sousa, Débora Gomes Lima e Maria Aparecida Ribeiro de Sousa, no livro *Mulheres Quilombolas* organizado por Selma Dealdina (2020).

As questões relativas a mulheres quilombolas não estão contempladas pelo feminismo branco tampouco, em parte, pelo feminismo negro. Se considerarmos certas especificidades e suas relações com elementos simbólicos, como por exemplo os territórios, a cura, a relação com a socio-biodiversidade; a influência dos lugares, das regiões geográficas, dos biomas; a relação com a religião e aspectos culturais de forma mais ampla, vamos perceber que ainda há ausência de abordagens teóricas que aproximem as discussões correntes dos feminismos à realidade das mulheres quilombolas (Givânia Maria da Silva) (SILVA, 2020, p. 55).

Essa conexão com o território, com os lugares, e com as relações ecológicas que podem ou não envolver relações com o sagrado, é uma das características da especificidade das mulheres quilombolas.

Paredes (2010 apud GUZMÁN; TRIANA, 2019) traz a ideia de femininos comunitário com o fim de pensar a mulher que vive em comunidade com afetos e pertença. A autora acredita que a diferenciação de gênero entre homem e mulher é uma forma de controle neoliberal e o feminismo comunitário serve para ir contra o capitalismo, mantendo o bem viver dentro das comunidades em favor do modo de vida vivido pelo grupo. Esse conceito se aproxima muito do que é vivenciado pelas mulheres das comunidades tradicionais.

O pertencimento comunitário, mesmo que urbano e desconectado do meio ambiente, é abordado por outras autoras do feminismo negro, como Bell Hooks e Angela Davis.

Quando olhamos para a história, compreendemos as diversas opressões a que as mulheres estão submetidas e também percebemos o cruzamento de raça, gênero e classe. As opressões de classe, raça e gênero (DAVIS, 2016) geram uma maior vulnerabilidade em nós. Se somos pretas, pobres e urbanas, temos um perfil de opressão que pode ser agravado quando somos mulheres, pretas, pobres, pescadoras e de território tradicional (SACRAMENTO, 2019, p. 73)

A relação com o território é uma das coisas que aproximam as questões das mulheres quilombolas com as questões das mulheres indígenas no Brasil e em outros países da América Latina. Relação essa vista acima neste capítulo e apresentado melhor ao longo dessa dissertação. As formas de vida dos povos quilombolas baseiam-se em ocupação territorial para uma plena reprodução de qualidade de vida com saúde física e mental. Não é novidade que precisamos da natureza para estarmos vivos, mas para povos tradicionais vai além de estar vivo, pois há significados religiosos e afetivos nos elementos do lugar onde se habita.

Elionice Sacramento (2019), do estado da Bahia, com sua experiência como quilombola participante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, e Ana Mumbuca (2019) do estado do Tocantins, baseada nos conceitos de Santos (2015) do estado do Piauí, falam como quilombolas que vivem em regiões diferentes do Brasil sobre diversas formas da relação entre ancestralidade, ecologia e ligação com o território.

Figura 2 - Yasmim Monteiro remando na maré



Fonte: Acervo pessoal de Narely Santos (2014).

No litoral do Nordeste, parte das comunidades quilombolas caracterizam-se também como comunidades pesqueiras (SACRAMENTO, 2019; SILVA, 2013), Isto significa que estas comunidades desenvolvem muitas de suas formas de ligação com o território a partir de relações com as espécies e fenômenos ligados à maré.

De acordo com Elionice Sacramento (2019), a relação das mulheres da comunidade de Conceição-BA com a maré é uma forma de apontar a territorialidade, visto que quando as mulheres estão em seus territórios não sentem-se pobres, pois vivenciam o que chamam de “contrato com as águas”, sem patrão, sem senhor, trabalhando para elas, por elas e pela família, vendo a maré como “seu supermercado”.

Então, pela importância das relações com o meio ambiente, se preserva o ecossistema com formas de preservação ensinadas pelas mais velhas.

Mergulhando nas águas da ancestralidade, conseguimos entender e tentar partilhar os conhecimentos próprios de nossa gente. As escolas regulares/padrão não nos falam de luas, marés e ventos, muito menos nos ensinam a valorizar nossos conhecimentos ancestrais. São os nossos costeiros de pesca e mariscagem nossos primeiros e principais espaços de aprendizado (SACRAMENTO, 2019, p. 170).

Ana Mumbuca (2019) também tem no quilombo Mumbuca, Jalapão-TO referências de ancestralidade e feminina, sua quarta avó indígena, Jacira que ajudou na fundação do quilombo, as mulheres do quilombo mumbuca são classificadas por Ana como “quilombistas”, pois como já visto, as ideias de feminismos não as contemplam em suas amplitudes e complexidades e as pautas de lutas nunca foram totalmente iguais.

Outra situação que se repete em outros quilombos e na história de Ana Mumbuca é a especulação imobiliária, dessa vez com a construção de resorts. E seu povo também sofre com invasão territorial, quase foram expulsos de suas terras devido a criação do parque estadual do Tocantins. Aqui percebe-se que a ação contra os territórios não ocorre apenas por meio da iniciativa privada, o Estado brasileiro também atua neste sentido quando as suas ações não visam a manutenção dos modos de vida da população quilombola. Apesar das leis direcionadas aos povos quilombolas, o modelo desenvolvimentista de economia empregado no Brasil vai contra em larga medida ao seu bem-viver.

As mudanças na vida dos quilombolas com leis do parque estadual do Tocantins e a invasão no território antes cuidado pelos quilombolas tem causado grandes mudanças e desequilíbrio ambiental, ambiente este essencial para os quilombolas devido às ligações e dependência para as águas dos rios, caça e plantação, tem também o capim dourado usado para artesanato e apropriado como cultura do estado.

Com isso, estão fazendo um desserviço à ecologia praticada durante muitos anos pelos ancestrais, práticas de manejo utilizadas pelos quilombolas como o uso do fogo e outras formas de manejo, que depois foram alvo de estudos e onde se comprovou os benefícios a natureza de algumas práticas proibidas pelas regras do parque.

O autorreconhecimento como quilombola é o que viabiliza a permanência dos quilombolas de Mumbuca no seu território ancestral, luta iniciada com a ajuda de Ana por saber ler e escrever.

Elionice Sacramento (2019) apresenta o caso do quilombo o qual ela faz parte, Conceição de Salinas-BA, onde os empreendimentos geram impactos imensuráveis ao território e conseqüentemente ao modo de vida das mulheres e de todos os quilombolas, pois criam camarão/camarão poluindo os rios, atrapalhando a produção dos pescados e expondo o povo pesqueiro a poluição, alteram e assoreiam os rios,

modificam os ambientes de o sustento dessas mulheres. Os impactos e conflitos territoriais impactam as comunidades quilombolas, em especial a vida das mulheres, pois as mulheres marisqueiras são as primeiras a sofrerem em seus corpos imersos nas águas os impactos da poluição.

Os corpos das mulheres, que se confundem com os próprias movimento das marés, na conformação dos seus ciclos, são corpos que sofrem maiores impacto frente a perda do território, no processo de contaminação química e por dejetos, no extermínio dos homens negros e na prática de outras ações violentas impostas pelo capital (SACRAMENTO, 2019, p. 158).

O protagonismo das mulheres nas lutas territoriais tem a ver com o fato de que nós mulheres integrantes de comunidades classificadas dentro da categoria de povos tradicionais somos especialmente afetadas pelos processos de destruição dos territórios.

Um exemplo a ser mostrado é o de povos indígenas e quilombolas do sertão de Pernambuco, precisamente na cidade de Itacuruba, onde quilombolas e indígenas foram expulsos e realocados por causa da construção da barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga), usina hidroelétrica pertencente à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF).

Pessoas foram tiradas de suas terras sem que lhes fossem dada outra alternativa para vilas planejadas, tirando-os das roças e de próximo ao rio, o que causou uma violenta onda de suicídio, problemas mentais e dependência química (SILVA, 2021).

A primeira expulsão dos povos indígenas e quilombolas da velha Itacuruba, causou uma espécie de banzo, melancolia vinculada a condição existencial do negro escravizado no Brasil, minimizada ao resgatar conceitos africanos para dar sentido ao modo de existir. A tristeza sentida por esses pernambucanos era intensa, pois não tinha possibilidade de reproduzir a velha Itacuruba na nova, por não ter recursos naturais para manter os modos de vida anteriores. E atualmente resistem à construção de usinas nucleares (SILVA, 2018). A construção de usinas nucleares é mais uma ameaça a saúde física e agrava o sofrimento com mais uma ameaça de morte, nos territórios tradicionais tendo em vista que, os moradores morrem por conflitos fundiários se denunciam e morrem por destruição dos recursos naturais ou negligência no atendimento a serviços básicos se ficam calados.

Além do mais, agravou-se a insegurança para buscar direitos axiomáticos em comunidades tradicionais, devido a criminalização e morte de representantes de movimentos sociais e apoiadores contra a capitalização de territórios os quais a lei deveria proteger e manter os recursos naturais para as pessoas culturalmente capazes de preservar e a maior prova disso é os povos estarem em lugares ricos de recursos naturais mesmo já tendo vivido várias gerações sustentadas por aqueles elementos. Só assim haveria justiça ambiental (BARRETTO FILHO, 2020).

A necropolítica, política da morte, é bem visível no Brasil com mecanismos de biopoder, que dar soberania de decidir quem vive e quem morre. A vida nas comunidades tradicionais e sua luta por sobrevivência evidencia bem o conceito de “Direito de matar”, discutido por Mbembe (2016) que é baseado no conceito de Foucault “Direito de matar”, ao utilizar esse conceito Mbembe (2016, p. 128) tem como um de seus fundamentos a definição de biopoder de Foucault:

Na formulação de Foucault, o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico – do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo”.

Estes territórios são ocupados por diversos tipos de empreendimentos industriais e agroindustriais que compõem o que Anna Tsing (2019) chama de “paisagens em ruínas”. Estas paisagens tem suas relações ecológicas simplificadas por poluição e desmatamento, entre outros impactos, que tornam mais difíceis as atividades pesqueiras. Muitas vezes são expulsos de seus territórios para a implantação destes empreendimentos, a defesa dos territórios quilombolas pesqueiros torna-se, assim, uma maneira de defender ao mesmo tempo um modo de vida e um conjunto de relações ecológicas das quais este modo de vida depende.

O caso do quilombo da Ilha de Maré-BA, exemplifica a situação descrita acima, onde as fábricas contaminam os rios e pagam multas que não trarão a qualidade da natureza de volta, conseqüentemente matam pessoas aos poucos envenenadas com os químicos consumidos pelos frutos do mar e expõem pessoas em risco na atividade de pesca (ZAGATTO; SOUZA, 2020).

Situação semelhante vivem outras comunidades ribeirinhas e favelas próximas a barreiras, a situação também não é fácil, por perderem tudo, restando apenas a vida, porém não a vida de todos, já que há pessoas que morrem soterradas, afogadas ou com doenças a longo ou curto prazo transmitidas pela água suja de lixos e ratos.

No que se refere a mudanças climáticas e desastres ambientais, os negros e pobres são os mais impactados negativamente e por ter menos representatividade no poder político os deixam em estado de vulnerabilidade tornando esses grupos de pessoas os primeiros visivelmente atingidos, pois a humanidade toda é atingida pelo planeta terra ser afetado.

O êxodo rural deixa explícito que favelas são extensões de aldeias e quilombos, não que nesses espaços tenham apenas pessoas com fenótipo de negros, porém é o fenótipo de pessoas mais desfavorecidas e estão em maior quantidade nesses espaços além de serem grupos que sofrem de forma desproporcional todo e qualquer risco causado pela implantação de indústrias poluidoras e até mesmo de lixões dentro e próximo aos territórios.

Entre tantos acontecimentos no Brasil, trago como exemplo a tragédia causada pelo rompimento da barragem de rejeito de Fundão da Samarco Mineração, no município de Mariana, Minas Gerais, no dia 5 de novembro de 2015 que de acordo com (WANDERLEY, 2015) atingiu fortemente em comparação com os outros lugares atingidos, dois subdistritos, Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, o primeiro com 84% da população negra, e o segundo com 80%.

Podemos trazer como estratégia de imobilização dos territórios e facilitação da exploração o fato de favelas, quilombos e aldeias dificilmente serem mostradas em mapas. Como disse Acselrad (2013), o mapa é um instrumento de dominação hegemônico apropriado pelos movimentos sociais e grupos antes subalternizados para o processo de automapeamento participativo e há disputas simbólicas encarnadas nos mapeamentos e conexões socioterritoriais na articulação de mapeamento, que abrange relação com a terra, identidade e as práticas políticas.

Portanto, a criação de vazios demográficos é um dado efetivado através da não inserção de comunidades negras no mapa, o que caracteriza racismo e injustiça ambiental, pois ao serem invisibilizadas ficam propensas ao modelo de desenvolvimento que vai contra o modelo de vida dos habitantes e contra o seu bem viver.

A má repartição de ônus e bônus do desenvolvimento gera a falta de justiça ambiental e a prática do racismo ambiental.

O conceito “racismo ambiental” se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta idéia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor (BULLARD, 2005).

O racismo ambiental acontece pelo fato de quanto mais preto e pobre se é, torna-se mais propenso a ser vítima de crimes ambientais. Uma das formas de combate ao racismo ambiental seria a demarcação de terras dos povos tradicionais, este é um caminho para a manutenção do planeta terra, e com isso se alcance um mínimo de justiça social. A demarcação de terras dos povos tradicionais é um caminho para manter o planeta terra.

Na prática, a falta de demarcação de terras quilombolas e indígenas dá poder e legítimas ações de necropolítica resultantes nas situações descritas acima, deixando pessoas sem ter onde morar, restando apenas locais de alto risco como próximo a rios e barreiras. O reconhecimento da importância desses povos com base no princípio da autoidentificação é importante para a mobilização social em torno desses territórios que fundamentaram suas lutas no reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas, que constitui um direito constitucional.

A não demarcação das terras afetam a vida das mulheres quilombolas e também de todas as mulheres que vivem nesse espaço por ter singularidades, por estar em território e cultura dentro de um quilombo sendo por tanto diferente das mulheres negras que vivem em áreas urbanas ou em outros contextos de vida e podem ter pautas e bandeiras de lutas diferenciadas como a luta por políticas básicas e direitos que às vezes outras mulheres não têm, como nesse trecho em que a Elionice Sacramento pede políticas públicas de educação para seu lugar, provavelmente educação específica.

Aos 14 anos, depois de um desfile cívico, fiz o primeiro discurso em Praça Pública exigindo políticas públicas de educação. A partir daí fui fortemente atacada e perseguida pela comunidade escolar e pelas autoridades locais que tentaram a todo custo me calar. Não lembravam eles que muito azeite de dendê, muito sarnambi e muita mandioca nutriram minha existência e não seria qualquer coisa que me faria calar. Além do mais, o fato de eu pertencer à raça a qual pertencço me impõe compromisso com a luta. Luta em casa, na escola e na sociedade sempre marcou minha vida. Na família precisei

denunciar meu amado pai por violência doméstica (SACRAMENTO, 2019, p. 25).

Analisando as dissertações das duas mulheres quilombolas, Ana Mumbuca e Elionice Sacramento e também levando em consideração minha experiência como mulher negra, quilombola, participante do movimento quilombola e associativo e também como pesquisadora sobre mobilização política de mulheres em um quilombo, entendo que nossas principais questões como mulheres quilombolas são: Qualidade de vida para nós e os das comunidades quilombolas; Reconhecimento e não apagamento de nossos feitos; Luta contra todas as formas de dominação sofridas pelas mulheres e intensificadas nas mulheres quilombolas. Essas são as principais bandeiras levantadas pelas mulheres quilombolas no movimento quilombola e em todas as áreas de suas vidas.

O feminismo negro contribui para pensar as questões trazidas pelas mulheres quilombolas na medida que visibiliza situações vivenciadas por nós, visto que grande parte das mulheres quilombolas são negras. Então as conquistas das mulheres negras são nossas também. Essas conquistas são vistas e sentidas em maior medida quando saímos do território e vemos mulheres negras nos atendendo em espaços de decisão.

As pautas das mulheres negras são nossas também, pois se a forma de olhar mulheres negras mudar também diminuirá a opressão de gênero e de raça da mulher quilombola, e por conseguinte a de classe por a maioria das mulheres negras e quilombolas serem da classe trabalhadora, no entanto, as conquistas pensadas pelo Feminismo Negro em territórios não quilombolas não são o suficiente devido às especificidades das questões das mulheres quilombolas.

Tais questões podem contribuir para novas perspectivas para o feminismo negro à medida que tem suas necessidades respeitadas e a ideia de interseccionalidade aplicada. Dessa forma as questões das mulheres quilombolas também serão consideradas e servirá para um melhor entendimento da diversidade de grupos de mulheres negras.

Estamos articulando e criando alianças em diferentes frentes junto a todas, porém de forma a não apagar nossas próprias histórias novamente. Então, aliados são bem-vindos desde que não usurpem nossas conquistas.

Somos aliadas de todas as estratégias contra as violências que sofremos seja o racismo junto à homens negros quilombolas que estão no movimento quilombola

conosco mas não sentem e não lutam contra as opressões sentidas por ser mulher, junto às mulheres e homens negras e negros não quilombolas que sentem o racismo e até a experiência de ser mulher preta, mas não sentem diretamente as aflições de depender de um território para sobreviver mesmo em constante ruína e prejuízos incomensuráveis.

E sempre que possível estamos junto às mulheres e homens indígenas, por terem a luta territorial tão arraigada quanto as nossas e nos instalamos muitas vezes perto ou junto a eles, mas eles têm legislações e movimento político próprios, os quais a articulação quilombola nem sempre é possível estar totalmente presente.

Os indígenas são os povos originários da terra que tanto nos recebeu e são pioneiros com conquistas que vamos alcançando aos poucos em passos curtos, mas que temos conquistado para aniquilar as mutilações e genocídio de nossos povos, cenário que temos em comum. As mulheres indígenas enfrentam situações semelhantes às das mulheres quilombolas na batalha contra o racismo ambiental, pois somos mulheres não brancas sendo expulsas de nossas próprias casas e terras.

As mulheres quilombolas são e procuram ser aliadas de todas as frentes que são sensíveis às causas que motivam o movimento próprio das mulheres quilombolas e assim participamos e é nossa vida política com a realização de nosso próprio movimento, cada vez mais estruturado e fortalecido com a presença das nossas na Universidade para a aquisição de conhecimento e em espaços de decisão como no político partidário. Acredito muito que devemos ocupar todos os espaços, nem que seja a mínima representação para que possamos falar e aprovar melhorias por nós, mesmo sabendo que trabalhar sendo minoria é continuar pedindo favor ao grupo que seja maioria no espaço.

Nosso lugar é todo o espaço que seja a nosso favor, com estratégias contra as violências, para que nosso movimento de mulheres quilombolas possa estar presente na articulação de todas as causas que nos favoreçam. Esse é o nosso movimento político. E nossas ações sempre foram políticas. Cuidamos, ensinamos e protegemos o que é nosso. Falo de forma geral utilizando como base outros trabalhos sobre mulheres negras e mulheres quilombolas, e de forma precisa sobre a comunidade quilombola Povoação de São Lourenço, onde realizei essa pesquisa. A política do zelo pelo que se tem para não adoecermos é muito forte nas ações das mulheres quilombolas pesquisadas neste estudo.

Essas mulheres estão em Povoação de São Lourenço, comunidade quilombola pesqueira localizada no Litoral Norte de Pernambuco, elas têm participação importante na vida comunitária e na organização política da comunidade. As histórias entrelaçadas dessas mulheres, contadas nos próximos dois capítulos, podem trazer elementos importantes para pensarmos as especificidades das mulheres quilombolas.

3 HISTÓRIA LOCAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES EM POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO

Neste capítulo escrevo sobre a história contada pelos mais velhos e que são também contadas em outros trabalhos acadêmicos⁶. Escuto essas histórias desde criança no território e outras estão em documentos, em livros e às vezes até em vídeos no YouTube.

O esforço aqui será para juntar nesse trabalho partes da história do meu povo do quilombo de Povoação de São Lourenço, para, em seguida, relacionar a participação política das mulheres em Povoação a história do quilombo o qual habitam.

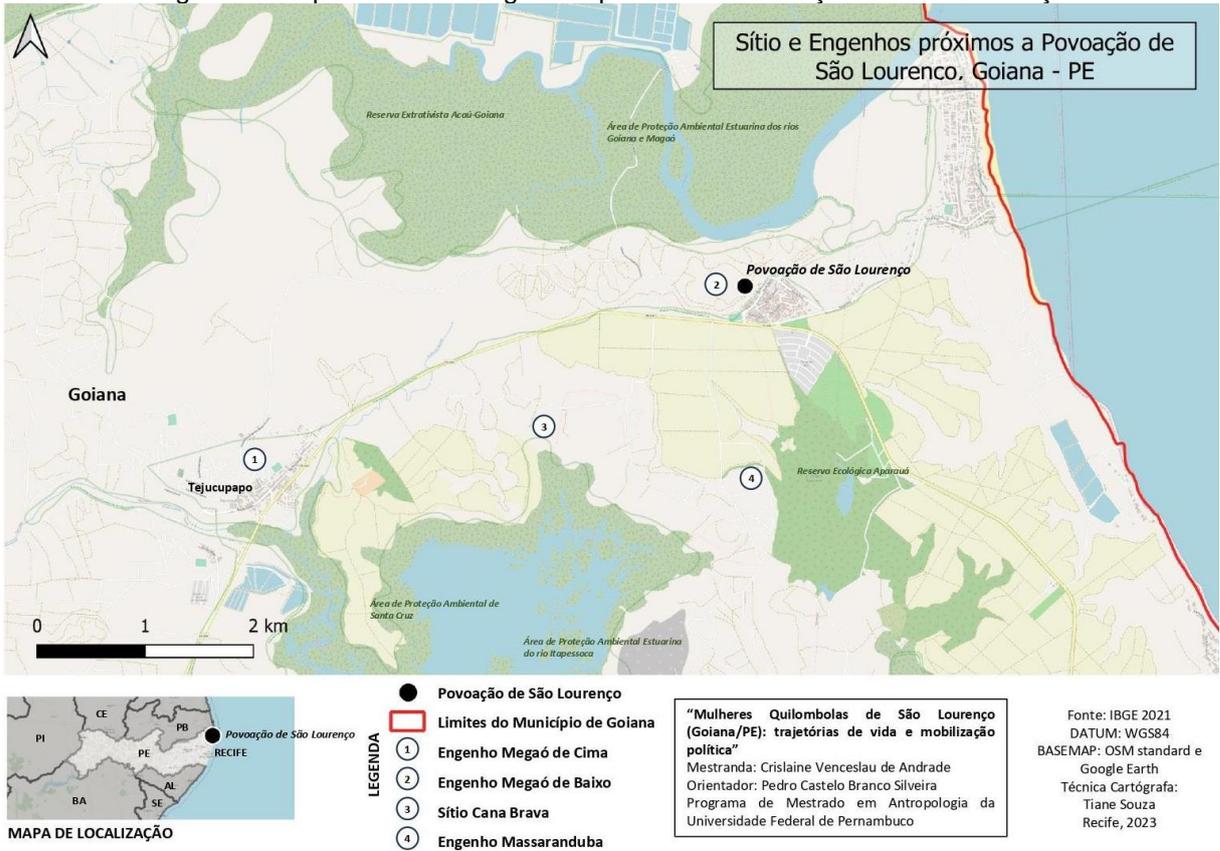
Povoação de São Lourenço é um lugar alto das localidades que compõem a área litorânea do município de Goiana, localizado depois de Tejucupapo vindo pela Rodovia 49 de Pernambuco (PE-49), é preciso subir ladeiras para chegar em nossa terra, o engenho Megaó de Cima fica entre as duas ladeiras entre Tejucupapo e Povoação, onde é realizado o espetáculo teatral das Heroínas de Tejucupapo.

Em Povoação temos ladeiras para chegar as praias de Carne De Vaca e Ponta De Pedras, o engenho Massaranduba fica no caminho para Pontas de Pedras e o sítio Cana Brava tem a entrada antes da de Povoação. Em Povoação, também tem ladeiras para o braço de mangue e para o engenho Megaó de Baixo, e também na entrada do sítio Cana Brava (Figura 3).

É comum ouvirmos nas conversas as expressões “somos de cima”, “os de baixo”. Isso se dá pois Povoação está situada em uma formação geomorfológica denominada tabuleiro de formação barreira, sendo povoação área da borda do tabuleiro costeiro da formação barreiras, definidos no trabalho de Vanessa Martins Lopes (2017) como relevos de topo plano entrecortados por vales estreitos e profundos cujas vertentes apresentam declividade alta (ladeiras).

⁶ Os trabalhos acadêmicos consultados que falam sobre a história de Povoação foram: Oliveira (2017), Silva (2008), Silva (2017), Silva (2013) e Targino (2012).

Figura 3 - Mapa do Sítio e Engenhos próximos a Povoação de São Lourenço



Fonte: Elaborado por Tiane Souza (2023) para esta pesquisa.

Figura 4 - Tabuleiro costeiro (acima Povoação de São Lourenço e abaixo o Rio Goiana)



Fonte: Da autora (2023).

O sítio Cana Brava é entendido atualmente pelo poder público como extensão de Povoação, visto que os moradores deste sítio são atendidos na escola e na unidade de saúde daqui e contados no cadastro CadÚnico quilombola. A extensão da área ocupada pelos moradores de Povoação envolve roças em Megaó de Baixo, o que levará a um aumento da identificação de terras tradicionalmente ocupadas para além da área onde estão as casas e é identificada como a comunidade quilombola de Povoação de São Lourenço, conseqüentemente o processo de regularização fundiária da comunidade quilombola identificará um território maior pois levarão em conta as terras tradicionalmente ocupadas, que de acordo com a legislação serão desapropriadas e indenizadas.

Sentimos a necessidade que as terras tradicionalmente ocupadas sejam desapropriadas por meio do pagamento de indenizações aos atuais proprietários que as ocupam hoje, mas esse tipo de regularização vai contra os interesses do modelo neodesenvolvimentista que visa a não demarcação de terras indígenas e quilombolas por serem terras comunitárias não capitalizável e que não pode ser explorada com fábricas que destroem a natureza e só aumenta o dinheiro do estado e dos mais ricos nem com a monocultura que também destrói o meio ambiente e tem o mesmo objetivo de enriquecer os mesmos grupos.

A chegada à Povoação de São Lourenço de Tejucupapo é por estrada asfaltada e marcada pela presença da cana-de-açúcar ao redor do percurso e a entrada calçada por paralelepípedo. A primeira coisa que vemos é um terreno vazio que é utilizado como quadra de futebol e a unidade descentralizada do Samu construída recentemente em 2023 para guardar as ambulâncias, em seguida tem a unidade policial, um local para esperar transporte público que fica próximo a placa onde está escrito “Bem vindos a Povoação de São Lourenço Terra de Quilombolas”.

Seguindo a estrada encontram-se muitas casas, umas próximas às outras, todas utilizaram tijolos e cimento como matérias-primas e no centro dessa avenida se vê primeiro o cemitério e de frente uma parede da fachada de uma igreja antiga, continuando a caminhada temos a praça e a Igreja Matriz.

Figura 5 - Igreja Matriz de São Lourenço e Praça Benedito Carneiro

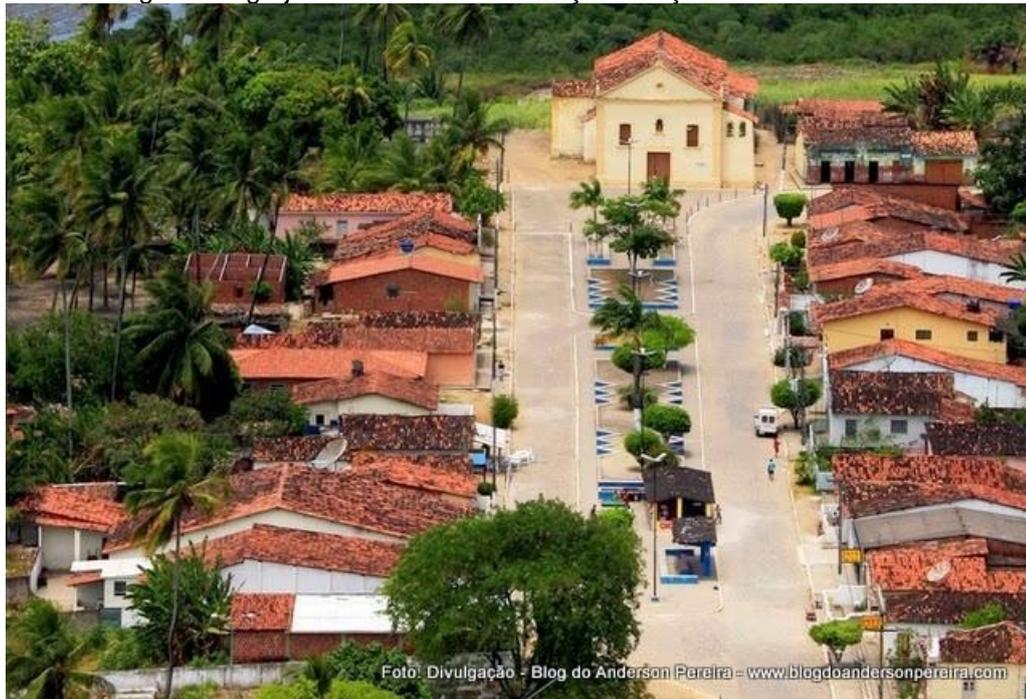


Foto: Divulgação - Blog do Anderson Pereira - www.blogdoandersonpereira.com

Fonte: Pereira (2013).

A Igreja Matriz é tombada pelo estado desde 1938 e tem⁷ registro desde 1555, é uma das igrejas mais antigas do Brasil. Ela ficou fechada de 2009 a 2013, visto que estava em processo de restauro feito pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE). Essa igreja é a igreja sede dos distritos, o pessoal católico cuida muito dela e é um dos monumentos que ajuda a datar a comunidade.

A fachada a qual me referi anteriormente, era da Igreja do Rosário dos Homens Pretos. Estou no apoio técnico de uma pesquisa sobre essa ruína, a colaboração de Apoio Técnico na Pesquisa de Extensão-PE, que acontece dentro do Projeto⁸ da Rede da Nova Cartografia Social do Brasil, no desenvolvimento e articulação em torno dos Centros de Ciências e Saberes junto aos Povos e Comunidades Tradicionais. O centro de ciências e saberes busca salvaguardar os conhecimentos e memórias dos povos

⁷ Muitas informações sobre os monumentos históricos vem de uma pesquisa feita para minha monografia intitulada "Inventário do Potencial Turístico de Tejucupapo e seu Subdistrito, a comunidade quilombola de São Lourenço-Goiana/PE: A terra das heroínas, lugar de resistência".

⁸ O que o Projeto de Cartografia Social da Amazônia (PPGSCA/UFAM – FUND. FORD) vem sendo desenvolvido desde Julho de 2005 coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida. Tem como objetivo dar ensejo à autcartografia dos povos e comunidades tradicionais no Brasil por meio de oficinas de mapas com agentes sociais das comunidades, Em 2006 o Projeto expandiu o mapeamento para fora da Amazônia com o Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (PPGSCA/UFAM – FUND. FORD – MMA – MDS) (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2023).

tradicionais através da produção de conhecimentos e articulação entre a academia e as comunidades para dar acesso a instrumentos que possibilitam a defesa e manutenção dos modos de vida nos territórios, visto que muitas comunidades tradicionais têm suas formas de vida e histórias invisibilizadas propositalmente para o avanço do modelo de desenvolvimento e utilização dos recursos naturais dos territórios.

Estou juntando documentos sobre os monumentos históricos de Povoação junto com Narely Carmo que também é da comunidade, estudante de história que terá sua história de vida contada no próximo capítulo dessa dissertação.

Uma foto antiga que me foi mostrada por Amara Betânia de Melo, membros da família Carneiro, fazendeiros que cultivam coco, a qual eu fotografei e que será mostrada mais à frente. Ela me disse que está lá na casa dela há muito tempo, talvez até de antes dela nascer. Ela mostrou durante uma entrevista no dia 10 de agosto de 2020, dia da Festa de São Lourenço, onde ela frequenta religiosamente igual a seus ancestrais que costumavam receber visitas e fazer churrasco em suas propriedades nessa data.

Povoação de São Lourenço antigamente, no tempo de infância da minha avó que hoje tem 96 anos de acordo com o registro de nascimento dela, mas naquela época muitas famílias pobres registravam seus filhos já grandes, então não se sabe ao certo qual é a idade da minha avó. Ela conta que Povoação era um sítio cheio de mangueiras com apenas as duas igrejas e depois quatro casas da família Carneiro construídas a tijolos, as quais dona Amara Betânia herdou e as casinhas todas de taipa nos terrenos doados. As doações de terrenos foi uma forma de ocupação, acredito que muitos terrenos foram doados pelo Padre e pelo Dono do Engenho, pois já haviam moradores quando a terra foi doada para à Igreja.

De acordo com a história de terra de santo que vou escrever e explicar em breve nesse capítulo ainda, Dona Amara Betânia também é entendida como herdeira de todas as terras da comunidade quilombola de Povoação de São Lourenço, onde estão as casas que os moradores habitam.

As famílias Maranhão e Carneiro são sempre citadas pelos moradores de Povoação como pessoas de posse, viviam da administração de terras sendo a família Carneiro dona de uma extensa plantação de coco e a Maranhão de cana-de-açúcar e que os negros, pobres trabalhavam e ainda trabalham para eles, agora em menor quantidade, nas plantações de coco subindo em coqueiros e cortando, cuidando das

árvores e coletando e descascando coco, cortando cana. A plantação de cocos atualmente é cultivada em outra parte de Tejucupapo chamada Carrapicho e Ibeapicu.

Os nomes Olavo Maranhão e Benedito Carneiro são frequentemente pronunciados, visto que Olavo Maranhão foi um dos senhores do Engenho Megaó de Baixo e dois espaços importantes da comunidade levam o nome Carneiro : A praça Benedito Carneiro e a escola Adélia Carneiro Pedrosa. Esta foi a segunda escola da comunidade, construída em terreno doado pela família Carneiro e com o nome da matriarca deles, pois a escola Basílio era pequena para a demanda da comunidade e parou de funcionar, a prefeitura deixou a casa desocupada e sem o nome do abolicionista. Na visita à Amara Carneiro de Melo, ela e Gedália me contaram sobre a escola Basílio Machado, a primeira escola da comunidade e que tinha o nome de um importante abolicionista de Goiana, datada de 09 de outubro de 1838. O objetivo da entrevista era fazer um inventário participativo para restauração da casa onde foi a primeira escola da comunidade, ela me recebeu em sua casa junto com Dadá, pois estudaram juntas e me mostraram fotos antigas da comunidade.

A casa que foi a escola Basílio Machado foi utilizada depois para diversos fins, como administração, central de telefonia, danceteria, unidade da Programação de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e, por último, anexo da Unidade de Saúde da Família (USF). Atualmente está sem o teto e prestes a cair.

O apagamento do nome da escola, a falta de cuidados com a casa que foi a escola e com a fachada da Igreja do Rosário dos Homens Pretos e conservação da Igreja Matriz é o retrato do desprezo às histórias dos negros e formalização das histórias dos brancos, mas a oralidade permanece e procuramos rastros e registros de nossas história.

Figura 6 - Fachada da Igreja de Rosário dos Pretos e ao fundo a Igreja Matriz de São Lourenço de Tejucupapo com pequenas casas de taipa ao redor



Fonte: Acervo pessoal de Amara Betânia de Melo (2023).

Como se pode notar através da Figura 6, e como minha avó fala, no tempo em que ela era criança tinha apenas uma reta em povoação com quatro casas de alvenaria da família Carneiro de Melo que comprou as terras ao padre, duas igrejas e casas de palha que depois foram construídas de barro.

No tempo de minha avó, a Povoação era apenas essa reta com duas ruas, a Matriz e a da Praia e o que dividia uma rua da outra era a Igreja Católica Matriz e as duas ruas tinham casas pequenas feitas de palha e depois foram feitas de barro. Sempre uma longe da outra, todo esse espaço que hoje são ruas e becos eram árvores, principalmente pés de manga. Até hoje nas matas de Tejucupapo tem muita manga, caju e abacate. No tempo dessas frutas sempre tem de muito nas casas a ponto de as pessoas venderem. Como a produção é grande, as famílias não conseguem comer tudo, a ponto de muitas frutas serem jogadas no lixo.

Essas ruas nunca estão vazias. Tem cães latindo a madrugada inteira e pessoas passando para as fábricas ou indo para o mangue, dado que a maré tem hora para pescar cada produto. De dia, têm as mulheres cuidando do cabelo das crianças, fazendo tranças e saindo para buscar marisco e outras tratando os frutos do mar em frente a suas casas enquanto crianças brincam de correr e até para aprender a tratar os produtos e ajudar os responsáveis por eles.

Minha avó adotiva paterna, Maria de Lourdes de Lima, 96 anos, conta sobre sua infância.⁹ Sua mãe veio, lá do sertão, já ela nasceu aqui em cima em Povoação em 1926 e cresceu com os pais trabalhando lá embaixo, no engenho Megaó de Baixo. Ela conta que fez de tudo. Trabalhou nas roças e na maré, testemunha uma vida sofrida, diferente das outras pessoas que falam de fartura quando se refere a maré e a roça ela fala de fome, que trabalhava muito para ter comida já que o preço dos frutos do mar na época era muito barato e o cultivo na roça demora até estar bom para comer, que saía cedo para a roça assim que o dia raiava e passava o dia dentro da água tirando marisco e tudo que o rio fornecesse e depois em casa tratando para vender, minha avó não fala com nenhuma saudade desse tempo e agradece muito pela aposentadoria dela. Conta sua história de vida junto com as histórias que ouviu dos pais dela sobre o início de Povoação.

Lembra que não tinha cama nem muitas roupas, trabalhava para comer, dormia em catatau (cama feita com varas e palha) e vestia roupa feita com pano de saco. A comida era o que pescava e plantava. Já seu pai trabalhava na cana-de-açúcar para os donos do engenho Megaó de Baixo. E complementa dizendo que aquilo¹⁰ (Povoação) não era lugar nem vida, lugar é agora, que ela é aposentada e Povoação deixou de ser um sítio cheio de mangueiras com apenas as duas igrejas e depois quatro casas da família Carneiro construídas a tijolos e as casinhas todas de taipa nos terrenos doados, essa é uma informação presente em várias das narrativas das pessoas com quem conversei.

Nas memórias reproduzidas pelos mais velhos e pela representante da comunidade, Gedália Maria da Silva Venceslau (Dadá), 60 anos, memórias também difundida através de entrevistas para trabalhos acadêmicos, Povoação antes era o Sítio Mangueirinha, um pedaço de terra cheio de mangueiras, coqueiros e duas igrejas a do Rosário dos Pretos e a matriz de São Lourenço de Tejucupapo. As pessoas moravam nos engenhos Megaó de Cima e de Baixo, e também ao redor até chegar nas praias, em outros engenhos como o Massaranduba, onde tem um sítio chamado Cana Brava.

⁹ As informações contadas por minha avó vem de memórias e registros de conversas que eu mesmo tive com ela, bem como de trechos de entrevista transcritos por Silva (2008).

¹⁰ Fala dita em entrevista "Mercadores da liberdade", publicada pelo canal Coletivo Gambiarra Imagens (2015).

Os mais velhos e Gedália também contam que o senhor do engenho Megaó de Baixo, Olavo Maranhão, percebeu que seu gado começou a morrer sem explicações e ele prometeu que se os animais parassem de morrer ele doaria as terras para o santo da igreja. E assim que os gados ficaram saudáveis ele doou as terras em agradecimento e o sítio Mangueirinha passou a ser do santo São Lourenço.

Com o tempo um padre vendeu as terras para Joca Carneiro e assim a família Carneiro, visto que “Santo, não come nem bebe nem fala, nem precisa de terra” fala dita por Dadá em várias entrevistas (SILVA, 2008).

Podemos entender e contar histórias parecidas como sendo terras de preto e terra de Santo, Almeida (2006). A partir da visão deste autor entende-se que as terras de uso coletivo que sempre foi de uso coletivo, mas foi doada a santo por quem se achava dono da terra que na prática era terra de indígena, como todo território brasileiro e/ou lugar que os quilombolas ocuparam e depois doada a santo como forma de desapropriar. Desde então as próximas gerações aprendem a contar histórias que beneficiam opressores e dão títulos de terras sem questionar, com incentivo da igreja que utiliza a fé como instrumento de angariar poder,

A ocupação dessa região remete desde a época da colonização, inclusive existem registros que dizem que nessa região existia uma Missão Jesuítica. A Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, era parte da Capitania de Itamaracá, portava produtos para o Recife e tinha igrejas e engenhos conforme aponta Andrade (1999, p. 103):

[...] formada por duas povoações, a de São Lourenço com duas igrejas, a Matriz de São Lourenço e a do Rosário dos Pretos, situada nas proximidades da costa, e a outra a cerca de nove quilômetros, onde foi construída a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos. Possuía cerca de seis engenhos de açúcar a tração animal, e grandes plantações de mandioca e de tabaco que eram exportados para o Recife e para os sertões do norte, em sumacas que entravam pela barra dos Marcos - canal de Santa Cruz - e subiam o rio Jaguaribe; era rica em pescado e dispunha de grandes coqueirais, muitas frutíferas e expressiva criação de gado bovino. A freguesia possuía nove capelas filiais, seiscentos e sete fogos e cerca de duas mil e seiscentos e trinta e seis pessoas de desobriga.

A festa de Povoação de São Lourenço também é uma referência importante para pensar a dominação portuguesa nessa região, pois se festeja o martírio de São Lourenço com a procissão da lenha, onde os moradores caminham segurando um graveto até a frente da igreja e queimam em uma grande fogueira para lembrar que São Lourenço foi queimado vivo. Além do grande número de engenhos. Marcos

Carvalho (1991), trata sobre os Quilombos de Catucá, ele fala que os quilombos se caracterizavam por serem nômades e ocupavam uma extensão que era desde a mata de Dois Irmãos até Goiana. O autor também fala que os quilombolas faziam incursões constantes nas comunidades para conseguir bens e saber das investidas da Província contra o quilombo. Sendo assim, é evidente que existe uma relação entre a população quilombola do Catucá e as comunidades negras que habitavam essa região.

A comunidade quilombola Povoação de São Lourenço tem uma narrativa que incorpora sua origem ao quilombo de Catucá. Na época que a comunidade foi reconhecida, para legitimar o pleito das comunidades era comum que as comunidades buscassem uma origem ligada a um quilombo histórico, como é o caso de Palmares e em Povoação, no quilombo Catucá.

No caso de Povoação de São Lourenço, sua história está atrelada também as Terras de Santo, que são terras que antes de serem doadas por alguém a um santo já eram terras tradicionalmente ocupadas e os recursos da terra já eram de uso coletivo comum tanto da Terra para plantio quanto a água para extração de alimentos, para habitação e produção. A doação ao santo tira o direito de propriedade dos grupos étnicos habitantes da terra. Almeida (2004, p. 6) fala que “Terra de Santo’ emergiu com a expulsão dos Jesuítas e com a desagregação das fazendas de ordens religiosas diversas”.

Quando seu Joca Carneiro morreu, quem ficou com as terras foi o filho dele, o famoso Benedito Carneiro, que seguiu doando. Começaram doando as terras para fazer casas dos trabalhadores que moravam pelas redondezas do Sítio Mangueirinha/Povoação de São Lourenço de Tejucupapo, que já tinha propriedades próximas em Tejucupapo.

Até hoje, Povoação de São Lourenço é registrada no Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como propriedade dos Carneiros, que têm 4 casas antigas na rua principal próximas à igreja. E as partes do Engenho Megaó de Baixo incluindo a água que sobe para a comunidade e roças pertence a usina de cana-de-açúcar e a ilha de Tariri, foi cedida pelo patrimônio da união para a empresa de carcinicultura. As demais ilhas hoje são parte da RESEX. Ilhas no mangue que faziam parte da área de abrangência que formavam quilombos Catucá

A história é narrada por Dadá, que descreve a história como se deu a doação de terras ao Santo e como a área foi ocupada.

Sou Gedália Maria Venceslau da Silva, mais conhecida como Dadá. Tenho 48 anos. Fala daqui de São Lourenço? Pra falar o processo quilombola, eu vou começar logo do início, tá entendendo? Como isso aqui era. Isso aqui segundo meus pais... isso aqui era o quê? Era o sítio, chamado sítio da Mangueirinha. Porque só tinha casa de um lado e casa do outro... e a mangueira ficava no meio. As casas eram distantes uma das outras, uma aqui outra acolá. Aí isso aqui pertencia a um engenho, Megaó de Baixo, que o dono daqui, o proprietário senhor Olavo Maranhão [...] Aí os gados dele tava morrendo, aí ele fez uma promessa ao santo, São Lourenço, que se os gados dele parasse (melhorassem) ele doava os figos da mangueirinha ao santo. Passaram-se anos, ele alcançou a promessa. Acredito né, que foi doado aí ele mandou fazer um quadrado no sítio, em cada ponto do quadrado ele colocou uma pedra e chegou e doou ao santo. Só que eu sempre digo: “santo não come, não bebe, não fala”. Aí não tinha como o santo cuidar dos figos, né. Aí ele entregou nas mãos de Fernando Patos que era o padre da época que fazia celebrações. Isso foi em que época? Isso foi em 1920... 1923. Só que em meados de 1923. A igreja já era construída? Já já, aí o padre Fernando, ele resolve vender o sítio do santo ao senhor Joca Carneiro, que era o homem que tinha poder, né. Poder eu digo é que tinha dinheiro, que era o homem mais rico na época que vivia no sítio. Então ele vendeu por 200 contos de réis ao senhor Joca Carneiro. Enquanto Sr. Joca compra, aí ele coloca a comunidade também, um sítio, que tá aparecendo também umas casa mais próxima da outra, aí ele resolve em homenagem ao santo colocar o nome de Povoação de São Lourenço. Daí o nome. A igreja se chamava São Lourenço? A igreja era de São Lourenço. Aí quando o padre vendeu o sítio da Mangueirinha ao Sr. Joca Carneiro, aí foi Sr. Joca Carneiro que deu e resolveu colocar o nome aqui de Povoação de São Lourenço, porque na época Sr. Joca Carneiro era o homem de patente né. Mesmo que não soubesse ler, mais comprava, né. Dizia que era coronel, assim... era o dono do sítio, era quem mandava, porque aqui viviam os negros, meus ancestrais (Gedália, liderança comunitária da Povoação de São Lourenço, 2010) (TARGINO, 2012, p. 78).

Targino participou da festa do padroeiro São Lourenço em 2012 e apresenta o folheto que recebeu na festa com a história de Povoação:

História da comunidade do Povoado de São Lourenço. Povoado de São Lourenço antigamente chamado de sítio da Mangueirinha porque só existia mangueira. As casas eram feitas de barro e cobertas de palhas, eram distantes uma das outras. O sítio da Mangueirinha pertencia ao engenho Megaó de Baixo. O proprietário Olavo Maranhão Vacásio, fez uma promessa ao Santo São Lourenço que era padroeiro do sítio da Mangueirinha porque seus gados estavam morrendo. Aí ele disse se meus gados pararem de morrer eu dou o Sítio Mangueirinha ao Santo São Lourenço. Passaram alguns dias os gados param de morrer, senhor Olavo Maranhão cumpriu a promessa, marcou um quadrado em cada ponta do quadrado colocou uma pedra, depois entregou Padre Fernando Passos que era padre naquele sítio, mais Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela, Bispo da Diocese de Nazaré junto com padre Fernando Passos achou-se dono e vendeu as terras que eram do Santo, para Joca Carneiro que pagou duzentos contos de réis. O senhor Joca Carneiro resolveu homenagear o Santo trocou o nome do Sítio Mangueirinha para São Lourenço, com passa dos tempos o lugar cresceu e tornou-se um povoado daí por diante ficou, conhecido como povoado de São Lourenço. Após a sua morte ficou como herdeiro seu filho Benedito Carneiro de Melo, data lavrada, em 24 de maio de 1943 (TARGINO, 2012, p. 239).

A relação de moradores de Povoação com o Engenho Megaó de Baixo está presente na narrativa de muitas das pessoas que eu entrevistei. O relato de Dona Tereza Fialho Santana, 85 anos de família de quilombolas registrado em uma entrevista dada ao canal do YouTube, Águia de Goyanna (2022) para o historiador Marcos Paulo, fala com afeto da casa grande de Megaó de Baixo e dos moradores dela, fala também que sua mãe foi empregada da casa e uma moradora da casa grande adotou ela como madrinha e que sua mãe não gostava da aproximação, evitando muitos presentes e comida, “mamãe reclamava e dizia que ela queria ficar comigo, minha madrinha Nonoca”. Ela fala ter sido uma criança muito amada e cuidada pela mãe e pela madrinha não lhe faltando comida nem roupa.

Era comum os mais ricos depois da libertação da escravatura adotar as crianças pedindo aos pais para batizar na Igreja Católica para ser padrinho ou madrinha da criança pobre para os pais serem gratos e depois as crianças trabalharem no lugar dos pais em alguns casos até na infância já começavam a fazer algumas atividades. Os ricos tratavam as crianças gentilmente dando comida, roupa, presentes, brinquedos e até atenção como foi no caso da relação de Dona Tereza com a madrinha dela moradora da casa grande de Megaó de Baixo, mesmo Dona Tereza afirmando ter uma boa relação com a madrinha, a sua mãe nutria uma desconfiança e tentava sempre manter certa distância pois não queria que Dona Tereza trabalhasse na mesma função que ela, empregada doméstica da casa grande.

A relação de Dona Tereza com a madrinha era boa, mas também tem casos como o do motorista Moisés de Itapissuma, ele me contou ser um dos afilhados de Benedito Carneiro e ter recebido do padrinho apenas trabalho, era uma forma de não ter ficado desempregado e que viu Benedito Carneiro poucas vezes na vida quando adolescente. Até hoje em Goiana o sistema de apadrinhamento é bem forte só que dessa vez pelos políticos, o conhecer alguém para indicar e os cargos comissionados tem sido motivos de denúncias dos concursados que não são chamados para trabalhar por o conhecido e afilhado de alguém estar ocupando a vaga.

Dona Tereza conta ter crescido no engenho e quando adulta, já casada, o pai dela faleceu e sua mãe conseguiu doação de terra em São Lourenço, pois funcionava assim: o trabalhador chegava até o senhor Benedito Carneiro e pedia um pedaço da terra do santo São Lourenço para construir sua casa, caso ele permitisse ele perguntava onde queria a casa e dizia se poderia construir e logo em seguida poderia

montar a casa. E assim Dona Tereza trabalhou como merendeira da segunda escola da comunidade, Adélia Carneiro Pedrosa.

Ela se emociona e diz que doeu muito quando demoliram as casas e a capela do engenho.

Chorei muito, com pena, porque eu gostava muito daquele lugar, muito, eu moro aqui, gosto daqui, mas eu não amo esse lugar não. Eu mesmo não gosto nem de visitar por perto, quando mais de ir lá, não tem mais nada, acabou tudo (Entrevista de Dona Tereza a Marcos Paulo) (ÁGUIA DE GOYANNA, 2022).

A casa grande foi demolida juntamente com as casas e capela durante a elaboração de um roteiro de filme sobre a obra de Gilberto Freyre, Casa Grande e Senzala (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1980).

Figura 7 - Ruínas do Engenho Megaó de Baixo (2004)



Fonte: Prefeitura Municipal de Goiana (2020).

Para iniciar esse capítulo situei Povoação por terra e para continuar irei situá-la por mar. Pelas águas, a rota para chegar em Povoação é a seguinte: somos conectados com os rios Megaó, Goiana e Canal de Santa Cruz, para chegar no quilombo de Povoação de São Lourenço e ao pedaço de mangue, pode ser vindo por Recife ou pela Paraíba. Sendo Acaú, a última praia para chegar, vindo da Paraíba.

De Acaú para Povoação atravessamos o Rio Goiana vemos águas escuras misturadas à tonalidade do mangue. No caminho vemos croas/bancos de areia onde se tira mariscos dependendo da altura das marés.

Já vindo de Recife até os mangues de Povoação, Itamaracá é o último lugar antes de chegar em Barra de Catuama em Goiana-PE, vemos as praias do litoral de Goiana: Barra de Catuama com águas transparentes, Catuama, Pontas de Pedras, ao chegar em Carne de Vaca a água escurece por estar perto dos mangues do Rio Goiana e chega-se à Povoação. Geografia esta que possibilitou a Povoação ser parte do quilombo Catucá e palco da invasão holandesa.

Os Quilombos de Catucá, foram um grande número de grupos de escravizados fugidos que formavam uma grande rede de vilas organizadas que se comunicavam entre si. Carvalho (1991, p. 2, grifo nosso) apresenta a extensão da Floresta do Catucá, área de abrangência dos quilombos de Catucá, da seguinte forma:

A **floresta** do Catucá serpenteava a área mais populosa da província, a zona da mata seca, ao norte do Recife. Cortada por muitas estradas e picadas, ela começava nos limites de Beberibe, antigo subúrbio do Recife, passava pelo sítio dos Macacos e por São Lourenço, mais a oeste da capital, lançando-se entre os engenhos costeiros e a serra a oeste do Recife em direção ao norte. Passava pelos mangues e rios da região, chegando não muito longe da costa em Paratibe e daí a Pasmado, perto da ilha de Itamaracá, até o povoado de Tejucupapo, próximo à vila de Goiana, já quase na fronteira com a província da Paraíba. **O centro do quilombo estava num pedaço** dessa floresta, situada entre as matas dos engenhos Timbó e Monjope, entre as freguesias de Paratibe, Paulista e Recife, um local de terreno acidentado, cortado por riachos e brejos, conhecido como Cova da Onça.

Nessa citação, Carvalho (1991) fala da floresta e sua extensão, pensando esses dados, o Catucá poderia ser a faixa de floresta de Mata Atlântica, que também era composta por vários engenhos. Por essa delimitação, Povoação de São Lourenço e toda a área de manguezais do Rio Goiana seriam parte dos quilombos do Catucá, de forma que parte considerável dos habitantes pretos desta região guarda descendência dos quilombolas de Catucá. A delimitação que Marcos Carvalho (1991) traz, sobre a extensão da floresta, mostra como os quilombos de Catucá, não era apenas um, se distribuía nessa extensão de terra.

Como já apresentado, a construção da narrativa de origem da comunidade do Povoação é reafirmada quando os moradores apresentarem-se e autodeclararem-se a partir do quilombo de Catucá, e seu discurso passa a incorporar uma ligação a esse quilombo oitocentista. Há nessa construção a intersecção do elemento histórico, da memória e da identidade. Esses três elementos estão presentes nas narrativas sobre Povoação. Essa relação se dá pelo fato dos quilombos de Catucá serem um exemplo de resistência negra ao sistema colonial da época.

Ao perguntar sobre a história de Povoação a Narely Carmo dos Santos, 26 anos, uma jovem Quilombola, graduanda em licenciatura em história e uma das mulheres entrevistadas neste trabalho, me indicou uma hemeroteca¹¹ onde foi possível encontrar alguns registros, entre eles, anúncios de procura de escravizados fugidos e anúncio de emprego para encontrar um feitor português para trabalhar no engenho Megaó de Baixo.

Feitor

Procura-se de um homem para feitor do engenho Megaó de Baixo, referindo-se português: a tratar na rua Bom Jesus, outr'ora da Cruz, n. 80 (JORNAL DO RECIFE, 1859).

Luiz

Em 9 do corrente mês desapareceu do engenho Megaó de Baixo, Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, o mulato Luiz que representa 25 anos, mais ou menos, natural da província da Parahyba, tem pés grandes, uma costura de talho num braço e o sinal bem visível do dedo polegar da mão esquerda cortado quase ao meio, proveniente de um golpe de foice descascando um côco. Quem o apreender e levar ao referido engenho ou nessa praça rua do Bom Jesus n. 30 será recompensado (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1870).

Há registro de um possível envenenamento de animais na área em 1963. A prática de incendiar plantações, armazéns de coco e até envenenar os gados dos donos de engenho, parece ser uma prática de resistência e atos de rebeldia que atravessa os tempos, o que deixa a possibilidade dos gados do senhor Olavo Maranhão terem sido envenenados.

Município de Goiana Engenho Megaó de Baixo: sobre o envenenamento de animais nesse engenho, de propriedade do sr. Hercílio de Souza Canto. nenhum registro consta na secretaria de segurança pública. Se prestada queixa de delegacia de Goiana, e a autoridade local deixou de levar em consideração também nenhuma reclamação foi dirigida a SSP. Em consideração constante do memorial serão procedidas sindicâncias junto aquela delegacia, a fim de apurar se houve omissão da autoridade ou retraimento do proprietário prejudicado. iguais providências serão adotadas de coqueiro, canaviais e de um galpão do mesmo engenho (ÚLTIMA HORA, 1962).

Os Quilombos de Catucá presentes em Goiana tiveram seu maior ataque do estado descrito detalhadamente no Jornal de Pernambuco publicado em 1898 a 1955, onde afirmam ter cercado os quilombos por todas as partes tanto por terra quanto por mar e atacado as ilhas e manguezais com a ajuda de dois quilombolas que se aliaram

¹¹ A hemeroteca está disponível em: <https://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

aos brancos com a promessa de terem uma vida sem precisarem fugir, nessa mesma matéria apresenta perguntas e respostas de uma conversa dos atacantes com os dois líderes quilombolas que ajudaram nas estratégias e estavam no ataque, entre as perguntas, destaco a sobre as mulheres: “_Muitas Mulheres? _Sim, muitas mulheres. Mulheres corajosas que sabem lutar e morrer” (PEQUENO JORNAL, 1898).

A história de resistência das mulheres da região, entretanto, vem de séculos anteriores. Em 1646, as mulheres lutaram contra a invasão holandesa que veio por mar, atacaram os holandeses com o que tinham em mãos, água quente com pimenta, estacas de pesca, madeira e tudo que tinham acesso e poderia matar, protegendo suas terras e filhos. A batalha das Heroínas de Tejucupapo é apresentada por Mello (1879), como acontecida em Povoação de São Lourenço de Tejucupapo, por ser um mirante natural e caminho, pelas águas, até Itamaracá.

[...] pretendem tomar por surpresa S. Lourenço, uma das nossas mais antigas povoações. Mas a ousadia como em outras muitas vezes custou-lhes caro, pois que os nossos sempre velavam e se dormiam tinham as armas às cintas; dormiam como guerreiros (MELLO, 1879, p. 77).

Essa história é contada com orgulho pelos moradores de Tejucupapo, e todo ano é feito um teatro em que estes encenam a batalha na qual as mulheres venceram holandeses que já haviam invadido e atacado Recife e Igarassu tentando ter o domínio da área dominada por portugueses como muitos homens haviam morrido nessas tentativas, os holandeses construíram o forte Orange em Itamaracá e chegaram em Tejucupapo quando procuravam terras para invadir. As mulheres da terra são consideradas as primeiras na história do Brasil a participarem efetivamente de um conflito armado em um ato heroico jamais esquecido e sempre recontado.

Hoje em dia as heroínas de Tejucupapo procuram vencer invasões com leis e com ações de articulações e associativismo. Buscam ter seguridade alimentar através da roça, pesca, auxílios governamentais e engajamento em busca da efetivação dos direitos específicos alcançados por meio do autorreconhecimento étnico e a valorização de seus conhecimentos e práticas. São mulheres que continuam buscando a liberdade de estar em suas terras e águas sem ameaça sem as ameaças causadas pela degradação ambiental para buscar sobreviver e criar seus filhos além de ajudar seus netos.

Em 2003, a comunidade de Povoação de São Lourenço iniciou um processo de orgulho da parte da história de luta contra a escravização, se autodeclarou quilombola, e permanece na luta por direitos com a ajuda de professoras locais sendo Elma Maria Celestino de Santana, Maria Gedalia e sua mãe Iveni as mais citadas quando o assunto é lembrar o período de autorreconhecimento juntas com o curandeiro, benzedeiro e boticário da comunidade já falecido Agripino Augusto, com o auxílio da professora Givânia Maria da Silva do Quilombo de Conceição das Crioulas, o Secretário de Ação Social da época, José Alfredo da Silva Júnior e o professor pesquisador Bartolomeu Tito Figueiroa de Medeiros - Frei Tito, que era antropólogo e auxiliou no processo burocrático para conseguir o certificado da Fundação Cultural Palmares (FCP) que foi conquistado em 2005.

Frei Tito coordenou o Inventário das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, realizado pelo IPHAN onde Povoação de São Lourenço estava incluída, que registraram os bens materiais e imateriais das comunidade com base em estudos antropológicos e históricos, porém, infelizmente esse projeto não foi concluído, pois no período foi feito o Inventário da Feira de Caruaru que posteriormente foi reconhecido como patrimônio nacional.

Tudo começou em 2002, quando Givânia Maria da Silva do Quilombo de Conceição das Crioulas entrou em contato com o Secretário de Ação Social de Goiana, José Alfredo da Silva Júnior, para ter informações sobre um quilombo na localidade e disse que o povo de Povoação conta uma história de ser quilombola e por isso precisava de dois representantes da comunidade para estar em uma reunião com povos de quilombo em Salgueiro. Então, Alfredo indicou Gedalia, nascida e criada em Povoação, professora na escola municipal e líder do grupo de jovens da Igreja Católica da comunidade e logo foi saber mais dos seus pais e dos mais velhos, qual a história da comunidade, onde ouviu que as famílias vieram da África e aqui era terra de preto. Assim, foi para Salgueiro-PE representando a comunidade junto com o curandeiro Agripino e depois iniciou-se um processo de emergência étnica e compreensão de que a história da comunidade está relacionada aos grupos quilombolas e população negra escravizada e liberta, e assim a comunidade passa a requerer os direitos étnicos relativos aos remanescentes de quilombo.

Os moradores ouviram que, ao estar em um lugar que remonta a um passado de escravização e opressão vivendo das formas que vivem, eles podiam ser

chamados de quilombolas. E então, se ser quilombola era ter as características que tinham, eles eram, assim foi feita a autodeclaração que levou ao certificado da FCP.

Toda comunidade quilombola tem sua associação quilombola, assim, em 2006, um ano após recebermos o certificado de autoconhecimento da FCP, Gedália com outras pessoas da comunidade, principalmente mulheres professoras, fundaram a AQPSL e começaram a receber projetos e pesquisas na comunidade, em seguida tantas outras mulheres iniciaram sua participação na associação tanto na diretoria e como associadas.

Aos poucos tendo contato com outros quilombos trocando experiências foi-se entendendo que ser quilombola era ter o direito de conquistar políticas públicas que antes não os alcançaram, como saúde, educação e moradia.

O autorreconhecimento da comunidade desencadeou uma série de ações como pesquisas e projetos sociais voltados às pessoas de Povoação como o início do grupo de artesanato quilombola de São Lourenço e a construção de algumas casas para os moradores. O que mais marca os moradores são as entregas de cestas básicas feitas na AQPSL vindas da secretária de assistência social de Goiana destinada à quilombolas e também durante o período de pandemia de Covid-19 em 2021 e 2022 houve cestas básicas vindas da FCP. Já as casas próprias foi um projeto da AQPSL junto com a Associação das Heroínas de Tejucupapo.

Durante o trabalho de campo distribuí algumas cestas básicas e funcionou assim, a AQPSL solicitou cestas básicas à FCP e a logística de ir buscar em Recife é solicitada à prefeitura de Goiana para trazer até a comunidade. Na distribuição, chegou a lista das pessoas cadastradas no CadÚnico quilombola para a associação comunicar quem eram tais pessoas para poderem receber o auxílio. Foram mil cestas básicas. A maioria eram mulheres negras que são mães solas. A relação da comunidade com essas políticas, é recebendo atendimento ou reivindicando as políticas acionando as categorias de quilombola e de trabalhadores da pesca.

A categoria jurídica de reconhecimento de direitos passou a ser inserida, entendida e articulada de início por um pequeno grupo da comunidade e em seguida a AQPSL foi aumentando o número de associados. Um dos fatos que impulsionaram essa participação foi a criação da Associação das Marisqueiras (os) e Pescadores (as) da Povoação de São Lourenço (AMPPSL), em 2011, que passou a ser identificada como uma organização política da comunidade e acionada pelos órgãos governamentais e outras organizações.

Neste processo, participaram mulheres que sabiam da história do lugar e das suas. Eram histórias que se repetiam. Dona Tereza era cozinheira igual a mãe; Dona Maria de Lourdes (Pequena) fazia de tudo na roça e no mangue, assim como sua mãe. Gedalia, por sua vez, é professora igual a dona Iveni, sua mãe, segunda professora de Povoação. As histórias se repetem junto com a história da comunidade e os moradores passaram a aprender a participar de articulações que mobilizam as identidades de quilombolas e pescadores, marisqueiras que possuem, com esperança de que o trabalho coletivo e reivindicações possam alterar a realidade da comunidade para melhor.

O processo de reconhecimento, pelo Estado brasileiro, de uma comunidade quilombola, passa por diferentes etapas. A primeira é o autorreconhecimento por parte da comunidade, expresso por uma solicitação à FCP, órgão do Ministério da Cultura. É aberto um processo onde são inseridos os documentos legais e exigidos pela norma vigente. A FCP, após análise, expede então um documento de certificação da comunidade, que já dá direito a serem beneficiários de políticas públicas para quilombolas. O passo seguinte, é a regularização do território que é uma das políticas públicas destinadas às comunidades, ela não necessariamente é algo direto após a certificação, o que acontece é que na maioria das vezes há uma correlação direta entre a certificação e abertura do procedimento administrativo junto ao INCRA para a implementação da política fundiária quilombola, conforme está normatizado pela Instrução Normativa Incra nº 57/2009, que tem como uma de suas bases legais o Decreto nº 4.887/2003.

Caso a comunidade decida abrir o processo no INCRA, a regularização é feita mediante as exigências da IN nº 57/2009, onde a principal peça técnica que fundamenta o pleito da comunidade é o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), onde, entre outras coisas, são definidos os limites do território a ser titulado. O processo de regularização fundiária tem prosseguimento com a emissão do Decreto que declara a área de interesse social para fins de desapropriação, momento em que os eventuais proprietários são indenizados e os moradores não-quilombolas precisam deixar a área. Por fim, ocorre a titulação do território, em que a documentação de propriedade do território é passada à associação que o representa (SOUZA, 2012)

A certificação é um processo rápido, que dura poucas semanas ou meses. O caminho até a titulação, entretanto, é longo, podendo durar anos e até décadas. A

partir da certificação, entretanto, as comunidades ganham visibilidade pública e podem passar a ter, em certa medida, maior controle de seu território, mesmo antes da regularização.

Povoação tanto tem a certificação quanto já tem processo aberto no Incra. O acesso a esses dois direitos estão ligados ao fato de a comunidade reconhecer sua história e conseqüentemente sua ligação com a ancestralidade negra. Por estar inserida na região da Mata Norte de Pernambuco, local que abrigou no século XIX um conjunto de áreas quilombolas conhecido como os Quilombos de Catucá, uma das mais importantes formações quilombolas do período (CARVALHO, 1991).

Na região, há ainda hoje diversas povoações de comunidades predominantemente negras ligadas às atividades pesqueiras e parcialmente subordinadas à atividade canavieira. Silveira (2020) afirma que a pesca artesanal no litoral de Pernambuco constitui um espaço de autonomia das populações de origem afro-indígena em meio à *plantation* canavieira. São Lourenço, entretanto, é a única comunidade do litoral Norte de Pernambuco que reivindicou o reconhecimento como quilombola, sendo, até agora, a única comunidade quilombola certificada na região, e com processo para regularização do território aberto no INCRA desde 2013.

Apesar da comunidade ser certificada pela FCP desde 2005, a comunidade ainda não tem o RTID finalizado, peça fundamental para dar prosseguimento ao processo de regularização de um território quilombola, e não está mobilizada em torno da regularização fundiária, tendo as ações de políticas públicas relativas ao reconhecimento, até o momento, se restringido. Não há perspectivas de que seja titulado em curto prazo, pois há pouca mobilização para a titulação devido ao medo de conflitos fundiários.

O trabalho das mulheres no ofício da roça e pesca fortalece as identidades e o ativismo das que entram na política comunitária e tem ajudado a desmistificar os termos quilombo e marisqueira para um maior pertencimento e lembram da importância da chegada de projetos específicos e a possibilidade de buscar recursos através das categorias de direitos tornando assim o papel articulador das identidades uma estratégia para a permanência de seus costumes e gestão territorial.

Além da identidade quilombola, há também uma identidade de Povoação como uma comunidade tradicional pesqueira, pois Povoação é reconhecida como uma comunidade tradicional pesqueira e essa identidade faz parte da sua formação histórica, social e política. Ser marisqueira é ter orgulho de ser forte e trabalhadora,

ouvi várias mulheres da comunidade dizendo “Eu tenho coragem de trabalhar na maré”, ser marisqueira é vivo, é sustento.

Já o termo quilombola ainda causa certo desconforto e desconhecimento, pois inclui ser negro em uma sociedade racista, ter descendência de pessoas vindas de África, um continente que a mídia só apresenta negatividade, pode ser visto como um não poder. Acrescenta-se a isso, a desvalorização por ser minoria em muitos espaços importantes. Se reconhecer como quilombola seria assumir sua relação com a terra em contraposição a tudo falado e pensado sobre quilombo, quilombo como um lugar ruim e de bandidos. Essa é situação em relação a identidade vem mudando paulatinamente, devido a mobilização política das duas associações em torno da questão identitária, como também a inserção de algumas ações relacionadas às políticas quilombolas, algumas das quais já foram anteriormente citadas.

As mulheres participantes do processo de autorreconhecimento tornaram-se atorras fundamentais e são reconhecidas por sua importância dentro da comunidade como pessoas conscientizadoras, pois atuaram no processo de mobilização em relação à identidade étnica da comunidade. A luta das quilombolas que também são marisqueiras foi pela construção da reserva onde as mulheres de Povoação junto com as das outras comunidades da reserva se juntaram para fortalecer o movimento de pescadores e após todos os pedidos na justiça conseguiram efetivar a RESEX.

Os moradores de Povoação de São Lourenço contam com mobilizações políticas além do movimento quilombola, por serem pescadores articulam as duas identidades e construíram uma rede através da AMPPSL, da AQPSL e da Colônia de Pescadores. Essa rede atua em diversos espaços institucionais como é o caso da RESEX, quando o problema é nas águas protegidas pela reserva; Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Conselho Pastoral da Pesca (CPP), quando precisam mobilizar com mais força um número maior de pessoas para reivindicar, como está sendo na luta contra as indústrias.

O caso da Tabulog representa bem essa articulação, o MPP do nordeste conseguiu adiar uma vez a audiência pública, o que deu oportunidade para os grupos conversarem entre si antes de comparecer a reunião, por muitas comunidades de pescadores nem se quer saber do projeto, que está em processo de licenciamento no município de Pitimbu na Paraíba para a construção de Dutos para transportar derivados de Petróleo em navios de grande porte.

As mulheres na comunidade quilombola Povoação de São Lourenço têm protagonismo político, costumam reivindicar seus direitos como pertencentes ao grupo de quilombolas e pescadoras e procuram melhorias para a coletividade. A exemplo de Edjane Evangelista, que, juntamente com sua irmã Ana Lúcia Gomes, trabalha como representante da AMPPSL.

As mulheres da maré, que são mulheres que cresceram vendo suas mães trabalhando na mariscagem e atualmente vivem do ofício e como beneficiárias do território aquático, participam de discussões em busca da sustentabilidade de suas práticas de sobrevivência. Costumam ser liderança e participam das reuniões e passam informações para a população. Elas reivindicam melhores condições de trabalho e qualidade de vida .

Essas mulheres juntamente com outras marisqueiras estão acompanhando e participando de ações que afetam direta ou indiretamente suas qualidades de vida no trabalho da pescaria ou como moradoras de comunidade quilombola no tocante à qualidade habitacional, aliando-se com a colônia de pescadores, prefeitura e movimento quilombola sempre que necessário.

A AQPSL também é um reflexo do papel ativo das mulheres, a participação de mulheres é mantida com a diretoria atual da AQPSL (março de 2021 a março de 2024) que conta com: Crislaine (autora desta dissertação) como vice coordenadora que em julho de 2023 assumiu a coordenação devido ao falecimento de Natanael Lourenço da Silva Fernandes que era o coordenador, Narely Santos (participante da pesquisa) como secretária; Angelina como vice-secretária; Maria José como tesoureira; Maria das Graças e Erika Patrícia como conselheiras fiscais. As mulheres na AQPSL costumam buscar acesso à direitos básicos a exemplo da vacinação contra Covid-19 e aquisição de cestas básicas, muitas vezes participando de todo o processo de aquisição de cestas básicas com solicitação às instituições públicas e privadas, procura de transporte para a logística e enfim chegar até a comunidade para ser distribuídas durante duas tardes e ir nas casas dos moradores colher assinaturas, quando necessário.

No dia 30 de janeiro de 2022, acompanhei as marisqueiras que estavam em um mutirão construindo a sede da AMPPSL, trabalharam organizando a comida, limpando o local e carregando telhas. Elas fizeram campanhas de arrecadação e sorteios para essa construção, visando ter acesso a projetos que só são possíveis a associações com sede e para ter um espaço de reuniões e organização para

reivindicar direitos e participar mais ativamente de ações da política que auxiliam no bem estar coletivo, como políticas públicas ambientais e a de atenção básica.

Ao observar tal iniciativa participei da campanha de arrecadação de três sorteios e aprovei um projeto de cinco mil para ajudar na construção da sede, no edital Estamos Juntas, realizado pela mandata coletiva de cinco mulheres codeputadas em Pernambuco e acompanhei as mobilizações das marisqueiras em busca de doações de materiais de construção dentro e fora da comunidade.

Nesse processo pude observar mulheres quilombolas de Povoação de São Lourenço trabalhando juntas para um bem comum, desenvolvendo cada uma a atividade que mais se identificava e gostava de fazer como estar em reuniões, cuidar da comida dos mutirões. As mulheres artesãs da comunidade doaram peças de artesanatos para serem sorteados, o que mobilizou outras mulheres a venda do sorteio de porta em porta, vendas na internet bem como a participação em outras atividades do mutirão como carregar telhas e concreto para ajudar na mão de obra da construção. Todo ato dessas mulheres faz parte do poder de mobilização política e são atos políticos que visavam o objetivo maior de ter uma sede para desenvolver as atividades da Colônia de Pescadores e AMPPSL.

Figura 8 - Ana Lúcia e Edjane no mutirão de construção da sede da AMPPSL



Fonte: Da autora (2022).

Temos mulheres que não são marisqueiras, pois trabalham de empregada doméstica em praias próximas ou em Recife e outras deixam a maré e estão costurando bancos de automóveis em uma das fábricas do polo industrial, que continua se instalando na cidade de Goiana, onde lá possuem outra noção de tempo

e trabalho, apesar do novo ritmo de vida delas, continuam presentes apoiando as mobilizações das outras mulheres e projetos que beneficiam o local seja com assinaturas em abaixo assinado, participação em pesquisas, ou mutirões e decisões coletivas nas associações.

Outras mulheres não ligadas diretamente a movimentos associativistas, também falam e procuram formas de solucionar problemas comunitários, tais como falta de água, saneamento e calçamento, reivindicando ao poder público e denunciando, em forma de vídeo, as dificuldades enfrentadas pela comunidade, assim acionando e pressionando a prefeitura. Como exemplo de registro dessas ações de reivindicações, temos vídeos de protestos no YouTube no canal do blog de Alvaro Melo, comunicador da cidade de Goiana. Em um dos vídeos datados de 2012, as mulheres do quilombo fazem uma participação no desfile cívico da escola, exigindo reforma e ampliação do prédio escolar, obra feita anos depois pela prefeitura, outros protestos são por lombadas físicas na estrada que dar acesso às praias de Carne de Vaca e Ponta de Pedras, trecho o qual os moradores transitam, para evitar atropelamentos, essa obra também foi realizada no local após fecharem a via de acesso às praias nos fins de semana, causando congestionamento que dificultava a chegada a Goiana e João Pessoa.

Outro grupo que tem causado bons impactos na comunidade é o de ação social, chamado Grupo de Missões, o qual participam várias mulheres empenhadas em ajudar moradores, seja através de sorteios para comprar remédios ou coleta de alimentos para distribuir entre os que mais precisam de auxílio. O Grupo de Missões é liderado por Cleide e seu esposo junto com jovens e quem quiser participar das ações na comunidade, o grupo promove doações de cestas básicas com quilos de alimentos pedidos de porta em porta dentro da comunidade, distribuições de sopa e sorteios para comprar remédios quando tem alguém precisando.

Percebemos, diante do que foi apresentado até agora, que em Povoação, existe uma diversidade de grupos onde as mulheres costumam ser líderes o que demonstra o protagonismo das mulheres em diversas situações ocasionadas pelas formas precárias de opressão e omissão de direitos básicos.

As associações e organizações comunitárias são lideradas por mulheres, portanto elas trabalharam na linha de frente no processo de reconhecimento étnico e têm participado efetivamente de lutas ambientais. A etnização dos grupos auxilia no combate à desigualdade ambiental, o que demonstra a importância de localizar as

experiências de participação política das mulheres a partir da ótica de 20 mulheres as quais são participantes desta pesquisa.

Tabela 1 - Algumas Mulheres Quilombola de Povoação de São Lourenço Participantes da pesquisa

Nome	Idade	Profissão	Grupo que participa
Almira Santana da Silva	58 anos	Agente Comunitária de Saúde	Quilombola
Ana Lucia Gomes	29 anos	Marisqueira	Coordenadora da AMPPSL, Quilombola, Colônia de Pecadores, Grupo de Missões
Claudione Ursulino de Barros da Cunha	52 anos	Professora/ Auxiliar de Limpeza na USF	Quilombola
Eliene Venceslau Gomes (minha mãe)	42 anos	Empregada Doméstica	Quilombola
Elienice Venceslau Gomes (minha tia)	40 anos	Marisqueira	Quilombola
Erika Patrícia dos Santos	36 anos	Marisqueira	Quilombola
Gedália Maria Venceslau da Silva	60 anos	Professora Aposentada	Coordenadora estadual quilombola
Joseilda Rafael da Silva	33 anos	Auxiliar de produção no polo automotivo Quilombola	Quilombola, marisqueira
Lucineide Santos	51 anos	Diarista/Doméstica	Marisqueira, Quilombola, Colônia de Pecadores, Associação das Marisqueiras
Maria de Lourdes de Lima	96 anos	Dona de Casa	Quilombola
Maridalva Bandeira Venceslau da Silva	Não informada	Diretora da escola municipal de Povoação	Quilombola
Rejane Melo	57 anos	Agente Comunitária de Saúde	Quilombola
Sílvia Cecília Gouveia da Silva	38 anos	Marisqueira e artesã	Quilombola Colônia de Pescadores, Associação das Marisqueiras
Iasmim Monteiro	24 anos	Marisqueira	Quilombola Colônia de Pescadores, Associação das Marisqueiras

Fonte: Conversas com moradoras quilombolas de Povoação (2023).

Haraway (1995) considera a localização do conhecimento como prática ante a objetividade imposta dentro da ciência e a favor da subjetividade existente nas dinâmicas sociais. Segundo a autora: “desmascaramos as doutrinas de objetividade porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões ‘corporificadas’ da verdade” (HARAWAY, 1995, p. 13).

As mulheres trazem visões situadas e corporificadas em uma comunidade quilombola e com corpos femininos no que tange aos modos de vida, relação com o território e luta por direitos, para destacar as especificidades culturais e territoriais.

Isso nos aponta a importância dos “saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”, sentido esse apresentado no capítulo 2 desta dissertação, a qual traz o conceito de cosmografia que compõem o regime de propriedade do grupo e “os vínculos afetivos que mantém com seu território, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (LITTLE, 2002, p. 254).

As mulheres em Povoação desenvolvem diferentes atividades profissionais entre essas atividades estão: a Pesca e mariscagem; Roça; Domésticas; serviço público, estudantes. Irei apresentar sobre as profissões que eu melhor acompanhei que foram as pescadoras e marisqueiras, as estudantes e as que exercem cargos públicos na saúde, educação e cultura.

As mulheres estruturam suas vidas de diferentes formas, tem as que tentam aproveitar o pouco da oportunidade de estudar, com o apoio de membros da família, tendo o mínimo para ser aprovada em algum programa que viabiliza descontos financeiros para o ingresso em faculdades privadas ou mesmo aprovação em uma universidade pública. Dessa maneira, aceitando o desafio de ter uma profissão diferente do ofício de seus familiares e talvez não encontrar emprego por existir critérios de seleção racistas e sexistas em empresas, condição que as obrigam a continuar procurando recursos em algum programa de pós-graduação e estudar para concursos.

Estudar e pesquisar a comunidade de dentro também é um ato político em defesa do conhecimento empírico adquirido pela ancestralidade e pelo respeito aos que não de vir, além de ser uma forma de ser e dar protagonismo aos atores sociais. Sacramento (2019) aponta a importância de ter estudantes quilombolas pesquisando dentro do quilombo, como é a situação vivida por mim e por Narely, que é uma das três mulheres entrevistadas, e outras jovens.

Essas mulheres precisam sair da comunidade para poder estudar, muitas voltam como professoras, enfermeiras e até pesquisadoras quando encontram oportunidade de trabalhar na comunidade. De início, é preciso coragem para sair do lugar que conhece e é conhecida e chegar a um curso superior com novas pessoas e exigências, então o medo de não dar conta torna-se uma constante principalmente quando se vem de uma educação básica deficiente e se é aprovada no Exame

Nacional do Ensino Médio (ENEM), por insistência e muita vontade, estudando em casa por não ter acesso a cursos pré-vestibulares.

Quando o morador do quilombo não vai morar em outro lugar, é preciso ainda mais força de vontade, pois tem um ônibus que faz todo o trajeto das faculdades em Recife que sai de Pontas de Pedra às quatro da manhã todos os dias transportando os alunos de São Lourenço e de localidades próximas e voltam para casa às 12 horas, também tem a opção de estudar à noite que o ônibus sai de Ponta de Pedras às 16 horas e chega em Povoação às 22 horas.

Elas vivem a rotina de qualquer estudante da zona rural, estudam no ônibus durante esse percurso diário e tem dificuldade de estagiar por morar longe e os entrevistadores não contrataram por esse motivo, ou pelo horário do ônibus que não passará próximo ao local de estágio. O que se torna mais um obstáculo na formação e na vida financeira dessas mulheres. Tem as que estudam em Goiana, porém tem poucas opções de cursos na cidade e são mais caros por ter menos concorrência que em Recife.

Além de toda pressão que é a vida acadêmica ainda tem o desafio ético de trazer resultados para a comunidade, desde a graduação em turismo escrevo e dou retorno a comunidade, pois minha monografia serviu de base para o grupo de artesanato iniciar e registrar uma rota turística dentro da comunidade, chamada Rota das Marisqueiras, o grupo de artesanato é composto por mulheres que estruturam suas vidas na coleta de mariscos e para uma melhor renda trabalham também na confecção de objetos e artefatos de moda. As integrantes do grupo de artesanato são quilombolas e marisqueiras, são mulheres que moram no quilombo, vão para a maré e são artesãs.

Elas têm representado a comunidade mundo a fora e fortalecido as identidades de marisqueiras e quilombolas ao lembrar a comunidade com orgulho que eles tem essas duas categorias de direito e etnicidade. Representar a comunidade nos espaços onde antes não sabiam de nossa existência é fazer política e trazer orgulho para os moradores fortalecendo o movimento de luta por direitos liderados por outros grupos de mulheres.

Tem as que não tiveram oportunidade nem tempo para continuar estudando e se dedicaram a aprender o ofício da pesca como é o caso de Edjane, também entrevistada nessa dissertação, e tantas outras marisqueiras. São mulheres de muitas habilidades no que faz, digo isso pois participei do trabalho das marisqueiras

acompanhando processos de catação e beneficiamento dos mariscos e outros frutos do mar, como aratu e sururu durante o mês de fevereiro de 2022, indo uma vez na semana.

Em minhas idas para observação participante com as mulheres de Povoação, vi que as mulheres vão para a maré em conjunto ou com o esposo e filhos crianças. As crianças brincam na água e também catam mariscos com cascos utilizando jerere e depois vão para uma parte seca separar os mariscos grandes para levar. Os esposos tiram e também ajudam a carregar, lembrando que grande parte dessas mulheres são mães solas e estão no mangue com suas crianças.

Figura 9 - Trabalho de campo em fevereiro de 2022



Fonte: Da autora (2022).

O trabalho de pesca é praticado por pessoas que vivem em vulnerabilidade social, desigualdades que tentam vencer mantendo-se vivos com os alimentos coletados da maré que utilizam para comer e vender.

O período em que eu fiz o meu trabalho de campo junto às marisqueiras acompanhando-as no trabalho de mariscagem foi no período de defeso do caranguejo sá. Uma das falas contra o racismo ambiental que ouvi foi “Conseguem defender os caranguejos de nós, mas não das indústrias”. Essa fala retrata como as políticas ambientais precisam levar em consideração a realidade vivenciada por quem precisa desse trabalho para garantir seu sustento.

Subimos todas na canoa e chegamos no banco de areia onde ficamos até a maré encher catando mariscos e conversando sobre o que acontece na comunidade

desde a ajuda a filha de Maria que estava internada no hospital com problemas renais até acontecimentos do mundo vistos em telejornais e questões familiares.

Após chegar em casa se cozinha o marisco com água em uma panela grande em fogão feito de barro no quintal ou entre dois tijolos, as duas opções são alimentadas por lenha que tiram dos troncos caídos das matas. Assim que a concha abre, as mulheres colocam em cima de uma superfície plana coberta por um plástico que higienizam com água e sabão enquanto esperam as conchas abrirem. E assim que escorrem a água utilizada na panela despejam o que foi catado para separar da casca. Geralmente é Marisco, taioba que é uma espécie de marisco e gatapu que é um molusco que vive no mesmo ambiente dentro de um búzio ambos comestíveis. Depois que são separados das cascas em uma tigela são lavados com água corrente e colocados em sacos de quilo que são sacos plásticos finos e transparentes em formato cilíndrico.

O mesmo acontece com o sururu quando chega do mangue, só que primeiro tem o processo de tirar o cordão umbilical, uma bucha que as conchas ficam presas como se fosse raízes. O sururu é tirado puxando com um espeto ou qualquer objeto pontiagudo enfiando na lama para baixo de uma das conchas enrolando e puxando. Quando as conchas estão grandes ficam para fora da lama e é assim que se identifica se está bom para tirar. Para pegar o sururu entramos no mangue com a maré baixa. O sururu fica grudado numa espécie de bucha, para retirá-lo da bucha pode se usar uma chave de fenda ou a ponta de uma faca enrolando a parte que vai segurar com borracha ou pano para não machucar a mão.

Outra forma de proteção é usar luvas. Antes de entrar no mangue, calçamos uma meia feita com pernas de calça jeans ou outro pano grosso disponível que chega até o joelho e amarrado com uma tira de pano para não sair dos pés ao andar na lama. Usa-se também uma lata de leite com alça feita de arame com pedaços de lenha queimando para fazer fumaça e afastar os mosquitos. Essa fumaça pode ser substituída por querosene, que é passada no corpo, pois as pessoas que em sua maioria não têm condições financeiras para comprar repelente. É preciso trabalhar com rapidez para dar tempo de colher o suficiente antes que a maré comece a encher, pois com a maré cheia fica difícil achar o caminho de volta pela lama.

Antes de adentrar o mangue na parte seca vemos os buracos onde os homens pegam guaiamum usando armadilhas feitas com latas de óleo ou usando redinhas feitas com fios de saco de carvão. O caminho dentro do mangue com a maré seca fica

mais fácil de andar porque tem o canal onde encontramos uma boa parte de areia firme para pisar.

Dentro do mangue tem as tocas de caranguejos, siris e aratu que são buracos dentro da lama. Os aratus moram nas raízes dos gaiteiros, árvores com raízes aéreas e descem para a lama para se alimentar. Para pegar o aratu usa-se um balde ou uma lata com alça grande para colocar comida dentro e esperar o aratu entrar para pegar a comida.

Também já ouvi que a captura do guaiamum é feita colocando armadilhas feitas com garrafa pet e liga de borracha nas tocas deles. Sabe-se se o goiamum é grande pela toca que encontra em ambiente que tem menos lama.

Já no caminho de volta pra casa, vem um alívio de saber que vai chegar em casa e descansar um pouco da longa caminhada. Apesar de ser bem cansativo, é também maravilhoso estar em contato com a natureza, sentar e parar para lanchar, curtindo o silêncio, contemplando a beleza do céu e o vento balançando as árvores. Senti vontade de ficar lá depois de colher os crustáceos devido a sensação de liberdade, apenas a natureza determinando que horas começar, que horas terminar. Sem cumprir ordens humanas, sem patrão.

Algumas das mulheres na comunidade quilombola Povoação de São Lourenço exercem cargos públicos na saúde, cultura e educação. Para representar essas mulheres eu entrevistei Josilene, que é agente comunitária de saúde e conversei muito com Gedália, professora aposentada e criadora do grupo de coco onde dança jovens e crianças também. Fui a alguns eventos da escola organizados por Gedália e sua irmã Maridalva da Silva que é a diretora atualmente.

A escola é um espaço em que o racismo é praticado, as mulheres o sentem desde criança. Vários foram os relatos de racismo vivido na escola por ser quilombola, preta ou ter mães e familiares marisqueiras e pescadores. É comum ouvir relatos que ouviram frases como “Cheira a mão dela, deve está com cheiro de mangue”,” Você mora naquele lugar de índio”; “Você vai acabar na maré igual a sua família”; “Lugar de negros da canela cinzenta”.

Figura 10 - Gedália na reunião de organização da Semana da Consciência Negra na escola quilombola de Povoação



Fonte: Da autora (2022).

Refletindo sobre o conteúdo racistas expressos nessas falas, trago aqui o pensamento de Bell Hooks ao analisar a relação entre o racismo e as classes sociais: “[...] apenas se analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista é que pode surgir uma compreensão profunda das relações de classe. A luta de classes está indissolúvelmente ligada à luta para acabar com o racismo” (HOOKS, 2015, p. 195).

As ações para enfrentar o racismo é composta por atos políticos dentro da comunidade como a organização da semana de conscientização da consciência negra realizada na penúltima semana de novembro pela diretora da Escola Adélia Carneiro Pedrosa que nos dois anos que ocorreram essa pesquisa foi Maridalva da Silva. A mesma decora a escola durante todo ano com primazia, incluindo uma placa grande com o certificado quilombola da comunidade e um cordel na parede escrito com letras legíveis contando a história de Povoação, e na entrada um banner com a foto de Reis Malunguinho.

Figura 11 - Decoração da frente da escola em março de 2023



Fonte: Da autora (2023).

Na área da saúde temos profissionais de saúde da comunidade trabalhando na unidade de saúde como enfermeira, técnica de enfermagem, assistente de dentista e duas mulheres que cuidam da limpeza e agentes de saúde. De homem temos dois agentes de saúde. De fora da comunidade só tem a médica, psicóloga, fisioterapeuta e dentista. Elas fazem as atividades que competem em seus trabalhos e ainda encontram tempo para prestar informações à comunidade se envolvendo como moradoras e afetadas por ter familiares e amigos na pesca.

As agentes de saúde estão cursando graduação em gestão em saúde pública, seus projetos de extensão que tem como público alvo marisqueiras, pescadores e quilombolas de Povoação que tem como objetivo pensar formas de disseminar informações sobre doenças de pele, candidíase e problemas pulmonares, essas doenças têm alguma relação direta com o trabalho na pesca, já que os fatores como exposição ao sol, o contato com a fumaça faz parte do trabalho na pesca. Nessas ações são feitas rodas de diálogos e atividades práticas na sede da AMPPSL e com a AQPSL, com o auxílio de material de desenho, vídeo e folheto. Devido a comprovação que a extensa exposição ao sol e a poluição ambiental causa problemas na pele dos pescadores, essas atividades são importantes para que a comunidade tenha acesso às informações e possa se cuidar e procurar os serviços de saúde quando necessário.

Então, Josilene, Almira e Rejane, graduadas em serviço social e especialistas em saúde pública com ênfase em Programa Saúde da Família (PSF), iniciaram uma nova graduação em gestão em saúde pública e criaram esses projetos de extensão

com o intuito de combater a falta de informação sobre os sintomas e até das formas de prevenção e quando procurar atendimento médico.

O acesso a essas informações é *sine qua nom* para um tratamento adequado e garantia de saúde pública a essa parcela da população e a forma mais eficaz dessas informações chegarem é através da conversa, pois muitos não tem habilidade em procurar informações, pois um número significativo de pessoas da comunidade não são alfabetizados formalmente.

Por isso é de grande importância pensar em fazer projetos específicos para a população de pesca artesanal para quem vive no quilombo de Povoação. Baracho (2016) aponta que o público alvo desse projeto sobrevive da extração de frutos do mar na RESEX, chegando a retirar toneladas dessa mercadoria.

É importante deixar registrado que há pescadores, colônia de pescadores, cortadores de cana, arraçoadores na carcinicultura, catadores de caranguejo e, além de operários que trabalham na fabricação de automóveis ou limpando o chão das fábricas. Mas para esta pesquisa, o foco é a atuação das mulheres.

Isso porque, mesmo podendo desenvolver diferentes atividades como meio econômico de vida, essas mulheres têm relações comunitárias e familiares que trazem questões em comum e que aumentam o envolvimento das mulheres em articulações políticas. E a realidade vivenciada pela mulheres de Povoação se coaduna com o pensamento de Bell Hooks (2015) que pensa as mulheres negras como o grupo responsável por moldar o feminismo, por terem o olhar diversificado quanto às formas de opressões, pois possuem uma perspectiva da sociedade com poder de compreender outros grupos.

As mulheres quilombolas, sendo a maioria negras em Povoação de São Lourenço, costumam casar mas não param de trabalhar, principalmente no beneficiamento dos pescados retirados no estuário do rio Goiana que hoje tem a qualidade das águas ameaçada pela chegada de indústrias. A maioria tem muitos filhos e iniciam a vida sexual cedo. É um lugar pequeno em que todos são conhecidos, grande parte recebe bolsa família e a infraestrutura local inclui energia elétrica fornecida pela Companhia elétrica de energia estadual com tarifas de baixa renda quilombola para as famílias quilombolas; as comidas são compradas pois tem poucas roças; água de fontes naturais; a comunidade dispõe de um reservatório pequeno e um poço artesanal de responsabilidade da Prefeitura e as casas são abastecidas por cisternas, chega água de 15 em 15 dias, sem tratamento. O reservatório está exposto

à poluição pois encontra-se localizado próximo a uma barreira com lixo e a plantação de cana; na comunidade não tem saneamento básico e as são fossas rudimentares. Essa situação faz com que grupos de mulheres reivindiquem e conquistem aos poucos melhor dignidade de vida para elas e os seus. Julieta Paredes (2010 apud SPYER; MALHEIROS; ORTIZ, 2019) entende tais situações como feminismo comunitário, por ter como base o cuidado com o coletivo.

O feminismo comunitário, conceito criado pela pesquisadora indígena boliviana Julieta Paredes é vivenciado em diversas comunidades tanto indígenas como quilombolas, a exemplo das comunidades Quilombo Conceição das Crioulas e Aldeia Atikum, as quais visitei em março de 2022 onde a liderança de mulheres negras em prol de direitos comunitários foi percebida com apenas uma visita.

Indo para a aldeia Atikum e para o quilombo de Conceição das Crioulas pude observar as mulheres envolvidas politicamente na luta a favor dos direitos dos povos. Essas mulheres trabalham em diversas áreas, são professoras, lideranças comunitárias, estudantes, artesãs e cozinheiras.

No quilombo, comprei uma boneca feita de fibra de coco que faz parte de uma coleção que homenageia mulheres que ajudaram de alguma forma a comunidade, vi vestidos com a coleção bordada e saias contando a história da comunidade em cordel que fala sobre as mulheres terem comprado a terra trabalhando na plantação de algodão. Vi mulheres nas roças, preparo de alimentos, produção acadêmica como pesquisadoras, liderança comunitária, artesãs, as mulheres atuam como educadoras, nutridoras criadoras e por fim mantenedoras de qualidade de vida ao ser base da organização e articulação política comunitária, através do incentivo de atores externos, seja nos projetos por instituições ou universidades.

A liderança feminina também é forte nas aldeias, vi professoras, cacicas, mães de caciques, a mulher liderança indígena tem papéis demarcados e respeitados pelos membros das tribos, seja no canto do toré, no cuidado com o alimento, organização de eventos, conselhos ou sendo escolhida como cacica. Dorinha em Carnaubeira da Penha, Dona Zenilda em Pesqueira no povo Xukuru do Ororubá, enfim, por onde passei vi mulheres assumindo papéis de liderança.

Em Povoação de São Lourenço as mulheres trabalham na roça, no mangue, cuidam de seus filhos, são líderes comunitárias, professoras, domésticas, geralmente detentoras de papéis maternos, cuidar, ensinar, nutrir e procurar melhores condições

para a comunidade se envolvendo em movimentos sociais que têm como bases a categoria quilombola e da pesca.

As mulheres têm assumido papéis de liderança, mas sem poder abandonar ou abdicar dos papéis esperados socialmente, casar, ter e cuidar dos filhos, além de muitas vezes irem trabalhar em Recife como cuidadora de casa e filhos de outras mulheres. Por mais que conquiste benefícios para a comunidade exercendo papéis de liderança, continuam sendo reconhecidas e respeitadas pelos outros papéis. O que configura um apagamento e silenciamento das mulheres como protagonistas de ações políticas para além das consideradas femininas.

O que vem sendo modificado, pois essas mulheres têm quebrado silêncios ao movimentarem-se politicamente com reivindicações e denúncias contra o sistema patriarcal que as inviabilizam ao produzirem conhecimento e exigirem participação em todos os espaços de poder.

As mulheres quilombolas viveram por muito tempo reprimidas pelo silenciamento, a boca pode ser pensada como alvo de tortura e dominação ao silenciar o que não se quer ouvir e negar a existência do sistema colonial por não ter quem denuncie. A denúncia é uma arma na revolução, manter pessoas negras caladas é uma forma de continuar exercendo a dominação e um modo de perpetuar o poder. Um dos exemplos de dominação e silenciamento é a máscara de Anastácia (KILOMBA, 2019).

Tal máscara foi uma peça muito concreta instrumentos um instrumento real que se tornou parte do projeto Colonial europeu por mais de 300 anos ela era composta por um pedaço de metal colocada no interior da boca do sujeito negro Insta entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da boca por duas cordas uma em torno do eixo e a outra em torno do nariz e da testa oficialmente a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos escravizados os comércios em cana-de-açúcar o cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era. Comprimetar um senso de modelos e de medo visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura (KILOMBA, 2019, p. 18).

Sobre o levante da voz feminina, acompanhei as denúncias feitas durante reuniões da RESEX sobre os modos inapropriados de catar crustáceos com gadanho, onde foi requerido que a gestão da reserva extrativista tentasse fazer a fiscalização. Isso é uma amostra de como elas se reúnem e procuram providências contra todo ato que prejudique a biodiversidade e a sociodiversidade seja lá quem o pratique e

principalmente contra o racismo ambiental sentido com mais força após a chegada de megaempreendimentos.

A situação de ser mulher negra e não ficar calada diante de situações impostas em um país que esconde os racismos a ponto de negar a existência, agindo de forma que segrega, domestica, invisibiliza e infantiliza pessoas negras. É desafiador denunciar tais situações quando somos vítimas delas (GONZALEZ, 1984).

As relações comunitárias, familiares e de trabalho são, por um lado, uma forma de política do cotidiano e, por outro lado, ajudam a explicar seu protagonismo nas representações políticas das associações e ação social. A questão quilombola se configura em Povoação como um dos polos de mobilização política, emaranhado com outras questões como a da pesca, e que em todo esse emaranhado as mulheres têm papel fundamental de liderança. Em um mundo de possibilidade para todas nós, nossas visões pessoais ajudam a fincar as bases de trabalho da ação política (LORDE, 1979).

Pensando nessa afirmação de Audre Lorde e nos dias que ouvi as percepções das mulheres de Povoação, nas idas ao mangue, casas e sede do grupo de artesanato, ouvindo e participando da produção do artesanato selecionando conchas, foi decidido ouvir nas entrevistas o que elas sentem sobre a participação feminina na política local, então, após sintetizar nesse capítulo ações políticas desenvolvidas pelas mulheres em Povoação de São Lourenço, segue abaixo a opinião das três entrevistadas sobre o assunto: Você considera que as mulheres se movimentam politicamente na comunidade?

JOSILENE: As mulheres tem sim participação política, estamos em todas as áreas buscando nossos direitos. A gente tem direito a saúde melhor; A educação melhor; A merenda melhor; Não que seja ruim, mas que poderia ser melhor e os direitos adquiridos que a gente até hoje que a gente tá querendo melhorar nossa comunidade em tudo, né. Então são vários direitos que eu posso até dizer que eu não conheço todos, mas pretendo conhecer mesmo eu me aceitando como quilombola, eu ainda preciso aprender mais, eu ainda preciso me aperfeiçoar muito mais sobre essa cultura.

NARELY: De acordo com o que eu vejo sobre política, elas participam totalmente, completamente, constantemente. Porque eu entendo política como tudo, tudo, né? E aí as mulheres estão em todos os lugares na comunidade, tudo, tudo, tudo, né? De modo em geral as mulheres estão em todo o ambiente, pronto, São Lourenço poderia significar as mulheres de São Lourenço, porque São Lourenço é São Lourenço porque existe as mulheres, então eu acho que as mulheres estão politicamente em tudo, desde, a construção da comunidade até a construção de uma casa, até a construção do CVT - Centro Técnico Vocacional até Associação das Marisqueiras e

várias outras coisas que do dia a dia formal as mulheres estão envolvidas em tudo.

EDJANE: Eu considero que a mulher se movimenta politicamente, tanto ela na partidária como também na social, né? Porque se a gente for olhar, nos movimentos sociais ou no movimento dentro de casa, são as mulheres chefes de família que resolvem tudo na sua maioria. Eu sempre digo que sempre dizem que a mulher é um ser frágil, mas eu não vejo fragilidade nenhuma, eu vejo é um ser de força, sabedoria, porque a mulher ela consegue cuidar de casa, de marido, de filho, de trabalho. Consegue fazer tudo isso e fazer muito bem e assim, quando eu participo das reuniões e até mesmo na religião na igreja, a gente ver que a maioria é mulher. A mulher ela faz tudo isso e ainda consegue participar das outras coisas. A mulher em si só ela é muito participante, agora só que em questão da política partidária a gente precisaria de mais mulheres, na política partidária, porque se tivesse mais mulher lá elas poderiam defender muito mais a gente que infelizmente a gente vai olhar que é a minoria.

EDJANE: Em questão de cuidar da família sim; em questão da Associação das marisqueiras sim, porque se a gente for olhar a associação de marisqueiras e de pescadores 80% ou mais dos associados são mulheres, aí eu vejo a força das mulheres dentro das organizações dentro do movimento social e por ser minoria na política, mas também dentro da política. O reconhecimento da comunidade como quilombola se eu não tiver enganada saiu em 2003, o processo, porque eu também participava de algumas reuniões, lá atrás com a que era presidente da associação (Gedalia) e assim aprender um pouco com ela, participava de alguns eventos e ela me deixava informada de algumas coisas, eu acho que é de extrema importância, porém a gente ainda tem que avançar muito porque isso é uma grande vitória que enquanto que tem muita gente no país, muitos povos no país que está tentando ser conhecido, e a gente já demos um passo que somos conhecidos agora a importância é a união da comunidade para buscar muito mais direitos que temos de fato e de direito, mas nós ainda não conseguimos acessar por conta de falta de informação, não digo informação do presidente nem de quem está, mas falta de informação da comunidade, dela abrir sua mente e colocar a importância de ser povos tradicionais quilombolas, a importância que isso tem e a garra que isso tem e a força também que isso tem. Quando a comunidade reconhecer isso e ajudar os líderes a gente vai avançar muito mais, é muito importante o conhecimento nessa comunidade.

Na fala de Edjane em resposta à pergunta sobre como vê a participação política das mulheres na comunidade, ela traz a importância do fato histórico que foi o autoconhecimento como comunidades remanescente de quilombo e de ser considerados povos tradicionais quilombolas, além do envolvimento das mulheres em ações cruciais para o bem estar comunitário.

Através das categorias de direitos, as mulheres têm trabalhado diretamente na defesa de direitos à saúde e bem viver para se estabelecer e manter o território. As suas visões corporificadas e situadas localmente em quanto mulheres negras com vínculos territoriais em uma comunidade quilombola e pesqueira motivam ações ligadas ao meio ambiente e qualidade de vida comunitária, o cuidado da família e também do território e suas culturas para manter as crenças ensinando para outras

gerações, seus ofícios e a importância de manterem-se vivos seja na profissão, na dança, no artesanato, movimentos associativistas ou organizações comunitárias.

As mulheres têm mantido culturas através de ensinamentos seculares sendo participantes em movimentos religiosos e estado em busca de informações que possam beneficiar de alguma forma amenizando os sofrimentos e facilitando a sobrevivência na comunidade. Essas mesmas mulheres estão atuando em todas as esferas na comunidade como áreas políticas estratégicas, saúde, educação, religião, associações, grupos comunitários em geral, mutirões construções de casas e da própria sede da AMPPSL.

As ações políticas das mulheres quilombolas de Povoação de São Lourenço são inspiradas nas ancestrais desde o ataque de estrangeiros tentando tomar o território, tempo que ocorreu a batalha das heroínas de Tejucupapo contra os holandeses que tentaram invadir as roças e levar alimentos do povo, e do período colonial de escravos onde as mulheres lutaram corajosamente com táticas de guerra para manter o quilombo funcionando longe dos ataques de senhores de engenho e governo. Faço essa afirmação ao lembrar trecho do jornal já citado acima sobre o fim do quilombo Catucá, que afirma a existência de mulheres aguerridas: “_Muitas Mulheres? _Sim, muitas mulheres. Mulheres corajosas que sabem lutar e morrer” (PEQUENO JORNAL, 1898).

Atualmente, a comunidade reconhece a ancestralidade negra que tem ligação com o período escravocrata, se organizam como quilombolas, e suas lutas políticas faz referência às lutas dos quilombos, principalmente o do Catucá que faz parte da memória da comunidade e é referido por muitas como sendo parte importante da sua história. Enfim, desde a ocupação territorial de Povoação de São Lourenço, antes de 1530, já que, em 1530, já haviam documentos da presença da igreja no local, as mulheres sentem a necessidade de se auto organizarem contra as injustiças em favor de si mesmas e de suas famílias.

As mobilizações políticas e articulações são alimentadas através das contações de histórias, principalmente durante o mês de Abril com a encenação teatral com os moradores de Tejucupapo como atores contando e em Novembro com a história do quilombo Catucá sendo apresentada nas ruas de Povoação de São Lourenço com mais ênfase.

Ser chamada de heroína, guerreira é símbolo de resistência entre nós e em todo Pernambuco fortalece a autoestima e ouvir a história do Quilombo Catucá e das

quilombolas que lutaram dentro dos mangues e matas faz com que entendamos a herança de poder resistir em meio a qualquer ataque se nos movimentarmos juntas respeitando nossas interseccionalidade.

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica no processo de entender a participação política das mulheres ao considerar as circunstâncias vivenciadas dos acúmulos de situações de privilégios estabelecidos na sociedade.

O que são desafios gerados por sistemas opressores caracterizam a luta e permanência de mulheres em atividades políticas em locais historicamente marginalizados, não sendo uma escolha a luta pela proteção à natureza na comunidade, que ultrapassam cuidados gerais em suas casas e conseqüentemente as colocam em movimentos políticos contra colônias. O que as colocam próximas a nomenclaturas como pescadoras marisqueiras e até uma que antes não era entendida (quilombola) como categorias jurídicas nas quais aos poucos se apropriam para a defesa pessoal e para defesa do território. Para defender crenças pessoais e comunitárias, com ações coletivas de enfrentamento ao racismo.

A história do sítio Mangueirinha com a família Maranhão do Engenho Megaó de Baixo como donos que por promessa transformou-se em Terra de Santo que ocorreu por volta de 1920 conforme Oliveira (2023). depois vendida pela igreja a família Carneiro, donos de grande parte de Tejucupapo com plantações de coco, não parece remontar a efetiva ocupação das terras por antes já ter no local indígenas junto com quilombolas apresentados na batalha de Tejucupapo em 1646 onde mulheres negras e mulheres indígenas moradoras de Povoação de São Lourenço e de toda vila de Tejucupapo, tornaram-se heroínas.

A presença da missão Jesuíta desde 1530 e da Igreja do Rosário dos Pretos mostram a força da Igreja Católica em Goiana e a expansão de igrejas por todo o território goianense para catequizar os moradores tradicionais da terra. Goiana é conhecida pela quantidade de igrejas históricas e duas estão em Povoação. Lembro também que Goiana é conhecida como a primeira cidade brasileira a libertar todos os escravizados por meio de um decreto na câmara no dia 25 de março de 1888 antes mesmo da Lei Áurea (GASPAR, 2011).

E essas pessoas “libertadas” continuaram trabalhando em troca de casa e alimento e até hoje é assim que vivem muitos povos pretos no Brasil, apenas para ter o que comer e onde morar, então Povoação de São Lourenço continuou sendo ocupada por esses trabalhadores e é assim no presente.

Silva (2013, p. 55) apresenta dados comprovando que em meados do século XIX, aumentou-se a participação de negros e pardos livres na atividade pesqueira:

Para exemplificar a modificação na condição de escravo, observa-se que os registros de dados do Censo da População de 1872 apontavam que na Paróquia de São Lourenço de Tejucupapo existiam 374 homens que exercia a profissão de pescadores, estes foram identificados como profissionais liberais, destes apenas dois eram escravos. Estes números apontam para uma presença negra marcante, e que em relação ao trabalho da pesca há a predominância de homens livres exercendo esse trabalho (Censo População de 1872). Outra informação a ser analisada nos dados deste censo refere-se à população negra registrada e sua condição. A população registrada era de 6.454 distribuídos entre brancos, pardos, pretos e caboclos. Observa-se que destes 1.158 foram identificados como pretos, sendo que 810 estava na condição de libertos e 348 escravos [...].

Figura 12 - Censo da População de 1872 – Paróquia de São Lourenço de Tejucupapo

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Raças			
			Branco	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens.....	2884	829	1632	406	17
	Mulheres....	3061	793	1846	404	18
	Somma.....	5945	1622	3478	810	35
Escravos	Homens.....	267	84	183
	Mulheres....	242	77	165
	Somma.....	509	161	348
Somma geral		6454	1622	3639	1158	35

Fonte: Silva (2013, p. 56).

Esse emaranhado de histórias deixo para ser ouvida em um relatório antropológico detalhado com participação de profissionais de história, geografia e antropologia o qual a comunidade ainda não teve acesso. O estudo antropológico para regularização do território da comunidade vai buscar a trajetória histórica da comunidade e sua relação com a ancestralidade negra relacionada à opressão histórica sofrida, suas relações territoriais, organização social, emergência da categoria étnica, a relação com o meio ambiente, dentre outras questões (BRASIL, 2003).

4 TRAJETÓRIAS DE VIDA DE MULHERES EM POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO

“Mas já que se há de escrever, que ao menos não se esmaguem com as palavras as entrelinhas”.

Clarice Lispector

Como exposto na introdução, no capítulo 4, conversarei com mulheres com histórias entrelaçadas, porém ritmos de vida diferentes, tendo em comum o fato de serem moradoras da mesma comunidade quilombola. Iremos, através de entrevistas e observação participante, apresentar as histórias de vida dessas mulheres. E refletir como essas histórias se relacionam com questões de identidade étnica, de gênero e de trabalho.

Pensando nos versos de Clarice Lispector, como alguém que iniciou com poesia, aprendeu a gostar de escrever e agora está escrevendo esta dissertação, penso que, já que é para escrever etnografia, que seja fiel ao que se vê e escuta, que as palavras sejam utilizadas para se conhecer a realidade sem romantizar e perder-se nos fatos concretos que devem ser descritos. As frases são pensadas para dar vida eterna aos acontecimentos. Os detalhes são partes mínimas, as quais formam o universo estudado, existente antes do autor perceber e começar a pensar sobre as questões que provocam a escrita e a procura por métodos que contemplem a amplitude do ser social.

Chegou o tempo de delimitar o que consigo detalhar, não devo abranger mais que o limite, o campo antropológico no qual estou inserida tem várias entradas e todas em forma de etnografia; esse método narrativo só tem qualidade caso as palavras sejam bem utilizadas, pois é o que dá sentido ao fazer etnográfico. É como fotografar para o leitor o que se viveu na investigação, a etnografia é como a audiodescrição, pensada para ser lida, percebida e sentida sem perder a sensibilidade do cotidiano e vivências do campo, as entrelinhas que formam o sentido da existência do problema evidenciado.

Apesar de pesquisar mundos de mulheres que nem sempre parecem com o meu, sim! Eu consegui finalmente decidir quem serão as entrevistadas, depois de muito pensar. As mulheres da lama lavadas pelo rio e mar para catar mariscos, atravessadas pela história de um quilombo lar, que se mistura com a ausência de oportunidades e luta para alcançar direitos.

É sempre a escrita, as leis tentando tornar nítido até óbvio o que problematizei. Mas me perguntam. Eu lembro. Eu sei. O que é ser quilombola? Ser quilombola é ter história e vida como a nossa? E os direitos escritos... como acessar? Essas questões se misturam a mim e já não consigo separar. Marisqueiras, estudantes universitárias, líderes de associações, trabalhadoras domésticas, artesãs, todas mulheres quilombolas com ritmos de vida diferentes entre o mar e as fábricas, juntas em um barco a remo tentando chegar em algum lugar, mas há tempos que o acesso não permite, saúde, educação, lazer e terra. Vão remando e tentando manter conexão com o território mangue/rio/berçário/vida que não se separam, garantindo a existência de seus corpos no espaço de resistência construído pelos ancestrais.

As minhas Griôs mandam lembrança no final desse texto para dizer que estão presentes em cada letra do que foi dito até aqui. No mar, água doce, vento que ajuda ou não a remar. E é mandando lembrança que encerro. Mando lembrança para quem leu até aqui e peço licença para continuar a escrever sobre as histórias de vida das mulheres que se relacionam com as questões que foram trazidas e analisadas até o momento nesse trabalho.

A trajetória de vida de uma mulher no quilombo de Povoação de São Lourenço começa sendo gerada no barulho das máquinas das indústrias, nas subidas e descidas de escadas das casas de pessoas ricas, que a mãe faxina, ou na exposição ao sol e mangue, consequências da agitação do trabalho, geralmente até os últimos meses que a mãe suportar. A menina nasce e tem a atenção da mãe dividida com todos os afazeres domésticos e muitas vezes outras crianças que são seus irmãos, além da preocupação de com quem ficará a criança quando a mãe precisar voltar a trabalhar.

Na volta ao trabalho, a mãe precisa deixar a criança com algum parente ou conhecido, se for trabalhar na maré, na indústria ou de faxineira e voltará para pegar a criança todos os dias; mas se for para ser empregada doméstica, passará no mínimo a semana inteira longe da nova menina quilombola. Essa ausência de mãe e pai pode ocorrer a vida toda ou diminuir com a maioria quando começam a trabalhar e seus pais se aposentam em caso de o trabalho possibilitar estar perto da família, como no caso das filhas de marisqueiras que tornaram-se professoras, mas geralmente as meninas herdam o mesmo trabalho que a mãe e não tem tempo nem dinheiro para cuidar de seus pais na velhice.

Caso a mãe trabalhe na maré, quando a menina tiver cinco anos já começa a ficar meio período nas águas com a mãe, que muitas vezes é mãe solo, e em outras tem um companheiro que trabalha no corte da cana ou nas mesmas atividades que elas, no mangue ou indústria.

Durante o tempo na casa dos cuidadores ou responsáveis, elas acordam, ajudam nas atividades domésticas, o que inclui cuidar dos irmãos e vão à escola pela manhã ou pela tarde nos horários de 7 às 12h ou de 13 às 17h. Ao voltar, se tem a opção de ficar em casa vendo televisão, ir brincar com outras crianças nas ruas, com adultos observando nas calçadas enquanto beneficiam os pescados e às 18h voltar para tomar banho, jantar e ir dormir, ou ir a uma das igrejas evangélicas ou a católica na comunidade. Além do lazer de ver televisão, brincar pelas ruas e ir à igreja, as meninas vão à praia e também para os rios acompanhadas dos responsáveis e seus irmãos nos fins de semana.

São meninas com muitos irmãos, podem ser três, podem ser dez. As meninas mais velhas olham os mais novos e até os meninos mais velhos, para ajudar o adulto responsável, aprendendo desde criança a cuidar dos irmãos e as práticas de cuidados para com elas e com o próximo, incluindo a natureza.

A responsabilidade de cuidar assumida desde pequena faz com que as meninas amadureçam antes do tempo e assumam fardos¹² maiores de forma naturalizada, e quando menos se espera a adolescência é interrompida e indo direto para a fase adulta, onde precisam prover o alimento para o primeiro filho. Não são mulheres adultas, são adolescentes/meninas com crianças nascidas através delas para elas sustentarem, serem responsáveis pelo novo ser humano, assumindo, assim, o papel de mulher e vida de mulher mesmo sendo uma menina. Essa é a vida das meninas em Povoação, até se tornarem mulheres.

As mulheres em Povoação têm como lazer o consumo de bebidas alcoólicas e as festas com músicas que fazem apologia a drogas e sexo. As drogas são um meio de se anestesiarem da realidade. Já o sexo, é a forma de prazer com poucos momentos que elas têm a oportunidade de receber algum tipo de atenção ao invés de ser elas se doando inteiramente em práticas de cuidado e afeto. Apesar da objetificação de seus corpos em danças sensuais, elas divertem-se dançando e se sentindo

¹² Filme “Mulheres de São Lourenço” publicado por Tayná Nunes (2019).

desejadas. Em contrapartida, esse tipo de música incentiva o assédio e a violência contra a mulher.

Outro tipo de músicas também muito tocadas nas festas é o brega, onde tem em suas letras histórias de traição, saudades, desilusão amorosa, solidão e humilhação ao implorar por alguém. Os shows nas ruas durante as festas de abertura de verão nas praias, festa das heroínas de Tejucupapo e tantas outras dos padroeiros das localidades próximas incluem gritos e levantar de mão ao artista perguntar no palco quem está solteira.

Muitas vezes, para ter acesso ao lazer das festas e bebidas, as mulheres, ao chegarem em casa cansadas do trabalho, optam por colocar as crianças em outra casa com outra pessoa cuidando que não seja a que cuida durante a semana. Pois, caso contrário, não é possível frequentar as festas e descansar dessa forma.

Outras mulheres buscam refúgio nas igrejas católica, evangélicas e terreiros por meio da fé em Deus, São Lourenço, Malunguinho e Xangô, todos representações de seres masculinos, para protegê-las e dar descanso, livrando-as das aflições e preocupações do cotidiano ao colocar todos os problemas nas mãos de alguma força maior que elas acreditam. Apesar de nas religiões afro as divindades femininas serem muito importantes, observa-se que em Povoação muitas mulheres buscam refúgio nas igrejas e nas figuras religiosas citadas anteriormente.

São problemas como preocupações com os filhos e filhas, com solidão e falta de dinheiro que pode ter como consequências a fome e a falta de oportunidade. Para encontrar soluções para todas essas preocupações, as mulheres organizam grupos e reuniões para reivindicar tudo, esperando que, ao menos, uma das reivindicações seja atendida. Sabe-se das limitações e falta de conhecimento dos direitos quilombolas, aumentado pela invisibilidade de não estar no mapa até 2023. Se fosse procurada a localização da comunidade no mapa de Goiana, não era possível encontrar, deixando a cultura e história do quilombo sem atenção, para serem destruídas, e edificações antigas demolidas. Assim, conseqüentemente, ficamos cada vez com menos registro do quilombo.

As dificuldades que as mulheres encontram para reivindicar melhorias se dão por estarem vivendo tais circunstâncias de violação de direitos e vulnerabilidade social no meio em que vivem. A instalação de fábricas pode aumentar as vulnerabilidades, como violência, prostituição e racismo ambiental.

O município de Goiana passou, nos últimos anos, por um processo de industrialização. Áreas de canaviais foram substituídas por fábricas de tintas (Oxinor), de vidro (Vivix) e por uma fábrica de veículos (Jeep), que inclui uma série de empresas terceirizadas que produzem componentes para os carros. Esse processo traz impactos para além da geração de empregos, antes não experienciados pelos moradores. Empregos nas indústrias são anunciados como grande avanço e oportunidade para os quilombolas de Povoação mudarem de vida, saírem das atividades da pesca e corte de cana.

Hoje, entretanto, são vistos como trabalhos exaustivos, devido ao nível de pressão psicológica e exploração como exigência de quantidades de peças a serem fabricadas, “metas da equipe”, ou exigência de disponibilidade de horário, podendo a trabalhadora ou trabalhador ser chamado a qualquer momento, em feriado e fim de semana, além de constantes mudanças de turnos de trabalho. É comum pessoas saturadas com esse modelo de trabalho serem demitidas e readmitidas depois de alguns meses. Constantemente, estão demitindo e contratando pessoas para alimentar esse ciclo descrito (NEVES, 2017).

No estudo de Isabelle Araújo (2018, p. 133), sobre as operárias quilombolas de Povoação de São Lourenço, uma delas falou em uma entrevista com a autora:

Estamos voltando à escravidão, trabalhamos de domingo a domingo, porque a empresa (FCA) só pensa no lucro! Mesmo os sábados sendo ‘hora-extra’, somos obrigadas a ir trabalhar pela rotina de cumprir as metas da empresa. Ganho salário quinzenal por hora de trabalho, tenho carteira assinada, plano de saúde para mim e meus 2 filhos e cesta básica. As mulheres têm 6 meses de licença maternidade e ganham 10 latas de leite por mês quando o bebê nasce (Operária da FCA e filha de pescador - Quilombo São Lourenço).

Dentre os impactos da chegada de indústrias, tem-se a poluição das águas e mangues e as mudanças na forma de viver e ver o território. Nascimento (2018) apresenta mudanças geográficas importantes na área, causadas pela chegada das indústrias, como erosão e novo uso das terras, visto que são ocupadas com indústrias e adensamento populacional, o que polui a terra, mangue e o Rio Goiana, que foi objeto desse estudo.

Essas mudanças nas dinâmicas sociais contrapõem-se ao modo de vida tradicional na comunidade quilombola de Povoação de São Lourenço, formada pelas atividades de pesca artesanal e agricultura familiar. Há mulheres dessa comunidade

que deixaram a mariscagem para trabalhar na confecção de bancos de automóveis (OLIVEIRA, 2017).

No trabalho de Isabelle Araújo (2018), as mulheres de Povoação falam sobre seus sentimentos quanto à chegada do polo automotivo e sobre a carcinicultura:

Essa empresa nunca me enganou, participei das audiências públicas e a empresa dizendo que não ia haver impactos ambientais, mas a CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco) falava sempre em compensação ambiental...então, claro que ia ter impactos, é um 'falso desenvolvimento' que o governo e a empresa tiram os deles, o que é rentável e nada pra população! (Marisqueira e conselheira Resex - São Lourenço) (ARAÚJO, 2018, p. 131).

[...] quando eu era criança sempre ia pegar frutos, mariscos e pescar, mas quando a empresa de camarão chegou, derrubou muitos mangues. Despejavam produtos químicos nos Rios Goiana e Megaó, nos mangues começaram a diminuir peixes, caranguejos, mariscos e o nosso camarão (ARAÚJO, 2018, p. 70).

Grande parte das quilombolas de São Lourenço conseguem sobreviver com a ajuda da natureza. Assim, dependendo da continuidade dos processos ecológicos do manguezal e do mar, mulheres e homens produzem suas vidas entre o manguezal e outras estratégias de vida e trabalho.

Os moradores e moradoras de Povoação de São Lourenço vivem à beira dos manguezais e rodeados por plantações de cana-de-açúcar de propriedade de usinas. Shiva (2002) fala sobre as paisagens de monocultura chamando-as de deserto verde, plantações de apenas uma espécie em uma grande porção de terra, que acaba tornando escassa a presença de diversos animais e empobrece o solo. Esse fenômeno pode ser pensado na comunidade pesquisada, onde se lida com uma extensa plantação de cana-de-açúcar, que circunda a comunidade.

Por meio de um processo colonial, o desenvolvimento chegou destruindo o considerado atrasado, transformando alguns em trabalhadores fabris, arraçoadores de camarão e perpetuando violentamente as gerações de cortadores de cana.

Outro trabalho que se ouvem vozes de mulheres quilombolas de Povoação é o de Simone Silva (2008, p. 183), nesse trecho, Gedália apresenta a realidade da comunidade em relação à expansão canavieira:

Nós estamos cada vez mais pressionados, isso tudo aqui é cana, cana, cana que não acaba mais, eles estão derrubando até mangue para pôr no lugar a cana, daqui dá para ver. Quase não tem lugar para roça, e daqui a pouco não

vai ter lugar para pegar a ostra, porque eles estão acabando com a maré (Dadá, moradora de Povoação de São Lourenço - julho de 2007).

Esses processos de degradação ambiental provocam a diminuição de frutas e peixes, mas os pescadores e agricultores não são os principais responsáveis por esse declínio. E sim as indústrias, a monocultura de cana-de-açúcar e a carcinicultura (fazendas de camarão existentes na região). Araújo (2018) destaca a vulnerabilidade da área, principalmente quanto à poluição hídrica.

Sendo assim, no quilombo de Povoação de São Lourenço, sente-se o impacto financeiro, simbólico e afetivo quando o mangue é degradado. As empresas contaminam e pagam compensação ambiental e ajuda social com distribuições de cestas básicas. Um dos episódios marcantes na história atual do quilombo foi o derramamento de petróleo no litoral pernambucano em 2019 que atingiu diretamente as famílias que vivem da pesca, provando que os que menos impactam são os mais impactados.

Outros crimes ambientais são vivenciados, a exemplo da mudança climática sentida com as enchentes em Goiana e Recife no mês de maio de 2022, pois traz lixo para os rios e fecha os buracos/casas dos caranguejos, causando sua mortalidade. Todos esses acontecimentos atingiram a RESEX¹³, unidade de conservação ambiental extrativista da qual São Lourenço é uma das comunidades beneficiárias.

Apesar e devido à existência de dissensos ambientais, como a presença de carcinicultura, indústrias poluidoras e a permanente presença da plantação de cana-de-açúcar, a implementação da RESEX e as leis ambientais têm sido a esperança dos pescadores e pescadoras em meio a crimes ambientais, no sentido de dificultar e impedir empreendimentos poluidores e que privatizam o território pesqueiro. Esperança também de que, por meio da RESEX, seja oferecido pelo estado o mínimo auxílio em situações de calamidades, o que aconteceu nos casos do derramamento de petróleo e da morte dos crustáceos após as enchentes.

A chegada de auxílios financeiros, no primeiro caso, e de cestas básicas, no segundo, faz os moradores de Povoação não se sentirem totalmente desamparados pelas leis. A proteção do território, mesmo que parcial, faz com que tenha valido a pena a luta das mulheres marisqueiras na preservação dos bancos de areia/croas, o

¹³ Reserva extrativista instituída pelo Decreto - s/n - 26/09/2007 - RESEX é uma das unidades de uso sustentável instituída no Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC) pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

que deu suporte à criação da RESEX. A participação dos pescadores e pescadoras na colônia de pescadores¹⁴ garante acesso a uma velhice menos preocupante, com a validação da aposentadoria e humanização da mulher, ao ter direito à licença maternidade, já que antes muitas mulheres não tinham condições financeiras de parar de pescar no início da vida da criança. Há também o seguro-defeso, que dá suporte financeiro aos pescadores no tempo de reprodução dos animais, garantindo a manutenção da fauna e segurança alimentar para os trabalhadores e trabalhadoras durante o período de defeso.

Há ainda o programa estadual, Chapéu de Palha, regulamentado pela lei estadual de Pernambuco, Lei nº 13.766, de 07 de maio de 2009, que tem também como objetivo dar auxílio financeiro aos trabalhadores rurais nas entressafras, como as de cana-de-açúcar, presentes em quilombos de Pernambuco. Povoação de São Lourenço é um dos quilombos onde a cana-de-açúcar cerca todo o local. O acesso a todas essas políticas públicas é mediado pela participação de pescadoras e pescadores nas organizações associativas e representativas, em que a atuação das mulheres se destaca.

Isabel Silva (2013) afirma que a articulação do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais junto à comunidade de Povoação tem contribuído para a disseminação das informações sobre a questão quilombola. Atualmente, em 2023, se observa que o movimento dos trabalhadores da pesca contribui para maior interesse dos quilombolas procurarem informações sobre quais são seus direitos e a aprenderem o que devem fazer como deveres para conquistar o que se tem nas leis.

Nos últimos anos, a questão quilombola se tornou uma das pautas importantes na comunidade, a discussão de direitos relativos à questão identitária e sua correlação com as outras dimensões de reivindicação citadas anteriormente fortaleceu a mobilização política interna e externa.

Pessoas da comunidade têm participado de atividades promovidas pelo Movimento Social Quilombola. Trago aqui o exemplo do Primeiro Encontro de Mulheres Quilombolas do Agreste e Mata Norte de Pernambuco, ocorrido no dia 13 de maio de 2023 na comunidade Onze Negras, Cabo de Santo Agostinho-PE, onde as mulheres expuseram dificuldades de suas comunidades para representantes das prefeituras e Governo do Estado. Gedália, Cecília e outras mulheres de Povoação de

¹⁴ A Colônia de Pescadores que representa Povoação de São Lourenço é a Z17, há mulheres na diretoria, principalmente na parte de secretariado.

São Lourenço apresentaram em cartolina alguns dos problemas e desafios enfrentados por elas, como a falta de uma estrutura de lazer para suas crianças na praça da comunidade, questões de atendimento à saúde da mulher e questões sobre segurança alimentar.

As questões de saúde da mulher específicas à pesca são uma antiga reivindicação da Articulação das Mulheres Pescadoras, devido aos problemas gerados pela longa exposição às águas e ao sol durante muito tempo na atividade da pesca. Sobre a segurança alimentar, as mesmas mulheres afirmaram existir uma ameaça devido à diminuição das roças e aumento da poluição pela monocultura de cana, pela carcinicultura e pelas indústrias. Sobre os riscos envolvendo as indústrias, deram destaque ao projeto de criação de um terminal portuário de combustíveis no município vizinho, Pitimbu-PB, Tabu Log (HIDROTOPO, 2022a, 2022b).

Como visto no material de divulgação apresentado na Figura 13, o tema do Primeiro Encontro¹⁵ Regional de Mulheres Quilombolas da mata Norte, Sul e metropolitanas foi “Resistir para Existir”.

Figura 13 - Card do encontro regional das mulheres quilombolas da Mata Norte e Metropolitanas de Pernambuco

encontro Regional das mulheres quilombolas da Mata norte e sul e metropolitanas

TEMA : RESISTIR PARA EXISTIR
SUB TEMA: DIREITOS QUILOMBOLAS : DESAFIO E CONQUISTA

LOCAL :COMUNIDADE QUILOMBOLA 11 NEGRAS
HORARIO: 8:00 AS 16:00HRS
DATA:06 DE MAIO DE 2023

REALIZAÇÃO
QUILOMBOS de Pernambuco

APOIO : PREFEITURA DA MATAS E METROPOLITANAS, E O ESTADO DE PERNAMBUCO

ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES QUILOMBOLA
PROGRAMAÇÃO

06 08h- Boa vindas Com Café da manhã
MAIO

06 09h-Abertura Da Mesa Com as secretarias das mulher do estado da mata norte e metropolitana, Ministério público.
MAIO

06 12h- Almoço
MAIO

06 13h- Apresentação Cultural
MAIO

06 13:30h- Mesa com a condenação estadual conaq e condenação executiva .
MAIO

06 3h-encerramento com lanche
MAIO **COMUNIDA QUILOMBOLA ONZE NEGRAS**

Fonte: Card recebido de Quilombos de Pernambuco para divulgação.

¹⁵ Esse evento estava programado para ser dia 6 mas devido ao falecimento de uma quilombola de Onze Negras, aconteceu dia 13.

Compartilho aqui algumas questões discutidas pelas quilombolas de São Lourenço no evento. Elas utilizam diferentes formas de resistências para permanecerem vivas, existindo na terra que os seus ancestrais ocuparam. Organizam-se politicamente e, ao terem conhecimentos de direitos, tentam acessá-los utilizando coletivos, como as associações e a Colônia de Pescadores, como intermediadores na luta de palavras escritas e ouvidas nas leis. Procuram entender quando as leis estão sendo violadas e quando podem recorrer a ações que reparem minimamente os danos, seja na terra ou na água. No entanto, tendem a evitar conflitos ou estar diretamente à frente dos coletivos por receio de sofrer violência física, causada pela conjuntura política do país com diversos exemplos de conflitos agrários extremos, tais como os assassinatos de lideranças em todo Brasil.

O subtema do encontro foi “direito quilombola como desafio e conquista”: Discutiu-se que a existência desses direitos é uma grande conquista, e que é um grande desafio ter direitos e não os conhecê-los, nem saber como reivindicar a sua efetivação e, apesar de terem solicitado o registro como comunidade quilombola, por meio da autoidentificação, as quilombolas de Povoação de São Lourenço não têm pleno conhecimento de seus direitos como pertencentes oficiais a tal categoria.

Assim como outras comunidades no Brasil, mesmo após requerer o registro como comunidade quilombola, por meio da autoidentificação, Povoação de São Lourenço não tem acesso até hoje a uma educação diferenciada na escola quilombola, e os moradores não percebem mudanças significativas desde o reconhecimento oficial pelo Governo Federal. Dessa forma, estão em constante descoberta de direitos e lutas políticas, caracterizadas pela constante presença das mulheres frente às ações de reivindicação coletiva, que, no período desta pesquisa, incluíram ação das associações, organização de protestos pedindo segurança, lombadas físicas e sinalização nas estradas, reforma e ampliação do prédio escolar, acesso à água, alguns tendo registro no YouTube, onde fecharam os acessos às praias próximas, e outro no desfile cívico da escola municipal¹⁶.

A falta de reconhecimento pelas conquistas das mulheres quilombolas no movimento e o estrelismo dos homens são aspectos que desmotivam as mulheres quilombolas. Por mais que se queira qualidade de vida para a comunidade e se

¹⁶ Protesto de 2012 das mulheres solicitando escola, publicado pelo canal Álvaro Mello PDP (2012a, 2012b). Protesto da comunidade solicitando lombada visita na entrada do quilombo, publicado pelo canal Álvaro Mello PDP (2015).

consigam pequenas mudanças, é visto depois, muitas vezes, negros do movimento e homens brancos, e até mulheres não quilombolas que se dizem aliadas, terem o crédito pelos feitos, apagando-se, assim, todo o processo de reivindicação feito pelas mulheres quilombolas (DEALDINA, 2020).

Essa situação causa certa insatisfação e desânimo para continuar a busca sem fim por uma sociedade minimamente equânime. Então, as mulheres lutam por reconhecimento em suas trajetórias políticas no movimento quilombola, pois seus feitos são apagados inclusive pelas próprias pessoas que elas apoiam, que são moradores da comunidade quilombola. Para mencionar uma situação concreta, em Povoação de São Lourenço: quando os próprios moradores do quilombo vincularam o calçamento do quilombo ao prefeito, e não à mulher quilombola que tanto se movimentou para o calçamento virar realidade, demonstrando essa falta de reconhecimento do trabalho das mulheres envolvidas.

As mulheres negras utilizam a força de trabalho como forma de resistência para, ao menos, conseguirem continuar com seus baixos salários e essa força de trabalho das mulheres negras também foi utilizada em guerras e rebeliões em busca de acesso aos direitos e é um erro pensarem as mulheres negras como passivas das opressões coloniais (CARBY, 1997, p. 127, tradução nossa).

Diante do exposto, pode-se afirmar, então, que as mulheres quilombolas sofrem com o apagamento de seus feitos na memória coletiva de forma naturalizada, desde o tempo do quilombo antigo até o atual, já que os grandes nomes registrados na história são de homens brancos tidos como heróis e transformados em nomes de estradas e avenidas. Com até estátuas erguidas e sempre com presenças confirmadas em livros de história das escolas.

Tem-se então uma hierarquia de importância baseada na interseccionalidade entre raça e gênero. Viu-se paulatinamente alguns poucos homens negros vistos como símbolo de bravura; mulheres brancas tidas como santas e caridosas ligadas à igreja e à imagem da Virgem Maria, ocupando o lugar de mãe intocada; as mulheres não-brancas são vistas com menor importância, ou são simplesmente apagadas, manifestando-se, desse modo, o racismo.

Quantas mulheres negras trabalharam para a Madre Teresa? Quantas mulheres quilombolas estiveram na linha de frente da luta contra a escravização e deram educação e princípios aos homens do quilombo ou foram responsáveis pelo

crescimento e riqueza dos homens brancos? E qual o nome de cada uma delas? O apagamento histórico é visivelmente perceptível para nós. As lutas das mulheres quilombolas de São Lourenço podem ser compreendidas a partir desse contexto de apagamento. Mesmo que o papel de lideranças seja exercido por mulheres, qualquer homem que exerça algum poder na comunidade, seja de vereador ou trabalhando na prefeitura, consegue ser melhor ouvido dentro e fora do quilombo que a mulher que esteja no papel de liderança, devido à estrutura patriarcal fortalecida através de processos de cristianização¹⁷.

As mulheres de Povoação geralmente trabalham na mariscagem e os homens pescando no mangue e no corte de cana. Muitas mulheres também saem para tratar camarão para a indústria da carcinicultura ou vão trabalhar como domésticas principalmente em Recife. Atualmente, há também operários(as), além de algumas pessoas com acesso aos estudos que buscam fazer cursos superiores e concursos públicos.

4.1 HISTÓRIAS DE VIDA, HISTÓRIAS DE LUTA: UM OLHAR SOBRE HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES QUILOMBOLAS DE POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO

É importante evidenciar como cheguei às mulheres entrevistadas. Só tenho a agradecer as mulheres que aceitaram o desafio de compartilhar suas histórias de vida, que apresento a seguir. Além das entrevistadas, houveram momentos de conversas e observações participantes com Maria Gedália que ajudou no processo de reconhecimento como quilombola de Povoação e fundou a AQPSL. Também conversei com Cecília Gouveia, outra mulher que é liderança e representa a comunidade com o grupo de artesanato Quilombolas de Povoação.

Visitei Maria Gedalia, Dadá, várias vezes para ouvir sobre sua vida e seus feitos e inquietações relacionadas à vida de seu povo, inclusive fui convidada por ela para participar de um evento na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Pernambuco, onde ela apresentou demandas da comunidade na inauguração da comissão da verdade sobre a escravidão. Dadá me falou que nunca trabalhou na maré, ficou de

¹⁷ Grande parte da comunidade quilombola de Povoação de São Lourenço é Católica ou evangélica, que são religiões cristãs, apesar de ainda haver um terreiro de Jurema. As religiões cristãs seguem um modelo patriarcal que não condiz com a realidade das mulheres em Povoação, visto que são famílias na maioria das vezes dirigidas por mulheres até quando são casadas elas são independentes financeiramente.

professora no lugar da mãe e era líder do grupo de jovens da Igreja Católica na comunidade. Quando foi convidada a participar do processo de reconhecimento da comunidade como quilombola, procurou saber de sua origem. O convite foi feito por Givania, do quilombo de Conceição das Crioulas, Frei Tito, que era professor da UFPE, e Alfredo, que era secretário de Ação Social de Goiana. Toda história que Dadá me apresentou foi escrita nos capítulos 2 e 3 desta dissertação.

Em outra ocasião, Cecília Gouveia me recebeu com muita atenção no ateliê de artesanato onde algumas mulheres trabalham fazendo objetos com conchas, em especial acessórios de moda. Cecília contou a história do grupo de artesanato Quilombolas de São Lourenço e de como se tornou líder dele e representante do quilombo, levando o nome e a marca de quilombola de Povoação de São Lourenço. Nesse dia, selecionei conchas e ouvi histórias sobre a vida de Cecília e Maria da Conceição, outra artesã e pescadora que estava entalhando, costurando com pontos de rede de pesca um colar.

Cecília contou-me também que a construção da marca de acessórios feitos pelas mulheres a partir das conchas se deu em 2009, com o apoio do Laboratório O Imaginário, do Departamento de Design da UFPE, com oficinas para as mulheres desenvolverem peças de artesanato com os resíduos da pesca. As mulheres contam ter escolhido trabalhar em especial com a confecção de joias, brincos, pulseiras e colares.

O grupo de artesanato Quilombolas de São Lourenço ocupa um ateliê na comunidade, o qual é aberto para visitação, onde vendem os artesanatos que produzem. Essas mulheres têm o trabalho no artesanato como renda complementar   pesca e   uma forma coletiva de conseguirem renda extra para sustentar a família.

O artesanato produzido pelas mulheres marisqueiras e quilombolas de Povoac o de São Lourenço, além de ter importância interna, d  grande visibilidade externa para a comunidade, pois os trabalhos são apresentados em feiras de artesanato do estado e até do país. Em 2023, por exemplo, o grupo participou do maior evento de moda do Brasil, o São Paulo Fashion Week.

Figura 14 - Cecilia e Conceição criando as peças



Fonte: Da autora (2022).

As mulheres da família (mãe, irmã e cunhada) de Edjane, mulher negra quilombola e líder da AMPPSL, também estão presentes na pesquisa, um dos momentos que estive com elas foi quando foram comigo catar marisco nas croas (banco de areais).

Dentre todas as mulheres que conheço em Povoação de São Lourenço, e dentre as mulheres que acompanhei durante a pesquisa, entrevistei três delas. Edjane, Josilene e Narely trazem histórias de vida que perpassam situações de racismos estruturais e ambientais, violências de gênero, e subjugação e invisibilização pelo Estado. São preconceitos enraizados no âmago do Brasil, feridas latentes do período colonial.

Mulher da Maré, Edjane sabe tirar seu sustento tanto do manguezal, coletando aratu, ostra e sururu, quanto nos bancos de areia, as croas, tirando marisco-pedra e pratica trabalho voluntário na AMPPSL. Suas práticas de trabalho e de atuação mostram seu vínculo e afeto territorial.

Já Josilene buscou com todas as forças, ao longo de sua vida, estudar e criar seus dois filhos. Vem de família que trabalha na pescaria, sua avó é rendeira e seu

pai pedreiro. Atualmente, Josilene é casada com meu tio. Conheço-a muito bem, fui criada em parte na casa dela. Ela é agente de saúde na comunidade desde 1999 e trabalha nessa atividade há 23 anos. Já trabalhou na AQPSL como fiscal e acompanha as atividades como associada, estando presente em reivindicações e lutas, principalmente as relacionadas à saúde coletiva.

Por fim, Narely faz graduação em História, tendo desistido de uma graduação em Arqueologia, em que já estava nos últimos períodos. Gosta de cozinhar, fazer crochê e entalhar. É lésbica, tia de dois meninos e mora em João Pessoa por conta dos estudos. Não acredita em um mundo melhor. É sincera, pragmática e prestativa. Já sofreu racismo na escola e em outros ambientes e não tem pudor em contar. Tem formação técnica em Informática e sente a misoginia no setor. Tem vínculo e afeto territorial com Povoação de São Lourenço.

Essas trajetórias de vida se ligam a minha e se interligam entre si, formando um ciclo que lembra a história de tantas outras mulheres quilombolas do quilombo de Povoação, por terem elementos em comum de vivência dentro do ambiente da comunidade (nosso território). Eu sou uma mulher negra, moradora do mesmo quilombo, estou na Universidade e na diretoria da AQPSL, igual a Narely e Edjane, e como Josilene já esteve. Buscamos melhorias na saúde e educação para nós e para os moradores da comunidade de Povoação de São Lourenço, portanto estamos no mesmo lugar e procuramos amenizar experiências de descaso sentidas na nossa vivência como mulheres que dependem de serviços públicos junto com a família e amigos. Além de termos vínculo e afeto territorial expressado por meio do contato com a terra água e mangue no ofício da pesca e roças, sendo Edjane a mais próxima a essa realidade, Josilene com sua mãe e familiares que tem essa proximidade com o território, e eu e Narely que vivemos e vemos nossos amigos e familiares sobrevivendo e às vezes vamos, não como fonte de renda, e nos alimentamos dos presentes dados pelas pessoas que trabalham nessa atividade e compramos também. Temos em comum, eu, Narely, Edjane e Josilene, a luta coletiva diária contra negligências e racismos para com o nosso povo.

Percorro agora a história dessas mulheres que vivem atualmente no quilombo, após fazer um panorama dos acontecimentos de luta das mulheres que estavam antes no movimento de mulheres negras, tanto as ancestrais da terra quanto as dos Estados Unidos, me ajudaram a refletir sobre como essas história falam muito sobre a luta das mulheres negras.

E, conseqüentemente, ao etnografar o cotidiano das mulheres em Povoação de São Lourenço ao escrever as histórias de vida contadas por três delas, a relação dessas histórias com tais lutas se tornou cada vez mais evidente. O cotidiano dessas mulheres é composto por seus fazeres políticos de mobilização e proteção de seus modos de vida, o que caracteriza um entrelaçamento entre a vida cotidiana e a participação política das mulheres da comunidade na luta pelo reconhecimento de direitos específicos.

Edjane luta contra possíveis degradações no território com a chegada de grandes empreendimentos, o que pode acarretar a escassez de recursos naturais que garantam a prática da pesca. Como membro da diretoria da AMPPSL, participa de reuniões de articulações da RESEX e do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

Acompanhei com Edjane duas reuniões da reserva. A primeira reunião foi online e foi sobre a retificação do Plano¹⁸ de Manejo da RESEX, dado que faltava especificar melhor com quais matérias podem tirar mariscos; a segunda foi uma reunião da CONAQ e do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Sobre Ação Coletiva e Cultura (LACC), onde tratou-se sobre protocolo de consulta prévia e o avanço de um mega projeto portuário (Figura 15).

Nessas reuniões, Edjane marcava sua presença e defendia a realidade de seu povo, que tem a vida diretamente vinculada à maré, demonstrando seus medos e inseguranças. Na reunião sobre o Plano de Manejo, defendeu a ideia de adicionar a ele novas práticas de cuidado, como especificar de forma direta quais materiais devem ser utilizados na extração dos marisco pedra, marisco redondo, Taioba, siri, ostra, unha de velho, sururu, peixes e aratu. Desde então, acompanho os esforços de Edjane para trazer informações para seu povo e principalmente para o povo de sua categoria profissional.

¹⁸ Plano de manejo é um documento feito coletivamente pelos pescadores e conselheiros da reserva extrativista para ser seguido a forma de manejar, manipular e utilizar a área protegida pela reserva ambiental.

Figura 15 - Reunião da CONAQ com participação do LACC, sobre protocolo de consulta



Fonte: Da autora (2022).

O acesso e a busca por informação são elementos latentes na vida de Narely, que vem desenvolvendo um trabalho voluntário de secretária da AQPSL e também fazendo cadastro e tirando carteiras de pescador para os pescadores e pescadoras que não sabem acessar o portal do governo. Narely ama pesquisar, principalmente sobre a história do lugar, para buscar informações e compartilhar conhecimentos como uma forma de devolver a sociedade. Devolver o conhecimento e a experiência que ela está adquirindo nos espaços que alcança, como a academia e a AQPSL.

Estou na AQPSL como coordenadora e sou vizinha de Narely, quando ela retorna das atividades acadêmicas em João Pessoa para passar temporadas em Povoação de São Lourenço, na casa dos pais dela. Ela é alguém que gosta muito de conversar e é bem prestativa nas informações que compartilha. Estive algumas tardes caminhando e conversando com ela e a mãe dela, Lucineide.

Além, também, de estar com ela distribuindo cestas básicas, em que as principais beneficiárias são mulheres mães negras. E participando de procedimentos de escrita de ofícios à prefeitura, solicitando água tratada e de qualidade para Povoação, e nas reuniões da AQPSL, participamos do curso de agente territorial e tentamos organizar a construção de protocolo de consulta prévia, livre e informada

juntas com os moradores da comunidade, processo que exige muito diálogo e ainda está em construção.

Também fazemos parte do LACC da Universidade de Pernambuco (UPE), Projeto Nova Cartografia Social (PNCS) e como membros colaboradoras da Comissão de Estudos sobre a Escravidão Negra no Brasil/OAB-PE. Nesses ambientes, Narely é alguém atenta como uma boa pesquisadora e defensora da disseminação de informações para o povo ter o máximo de mecanismo de defesa contra qualquer ameaça que coloque em risco os seus modos de vida.

4.1.1 Edjane Agostinho da Silva

Meu¹⁹ primeiro contato, como pesquisadora com Edjane se deu durante um módulo do curso²⁰ de agente territorial quilombola. O módulo em questão tratava, entre outros assuntos, do direito à consulta livre, prévia e informada no caso de implantação de empreendimentos que afetam comunidades tradicionais²¹. Esse momento me aproximou de Edjane, pois esse módulo tinha como proposta final a criação de um protocolo de consulta junto com a comunidade, envolvendo grupos pertencentes à comunidade, como a escolinha de futebol, a Colônia de Pescadores, AMPPSL, AQPSL, idosos e crianças.

Em meio a conversas em sua casa e por telefone, eu também apresentava minha proposta de pesquisa de mestrado e a convidava a participar, por ela ser uma liderança que se coloca à disposição para discutir e procurar soluções para problemas dentro da comunidade. Ela, por sua vez, vinha trazendo informações de sua participação no Conselho da RESEX sobre os riscos da construção do Terminal

¹⁹ Conheço Edjane desde criança e minha relação com ela antes do mestrado era de conhecida, via ela trabalhando no tratamento dos pescados quando passava na frente da casa dela e fui algumas vezes buscar cestas básicas vindas da RESEX para meu tio Eraldo que trabalha no mangue.

²⁰ Organizado pela CONAQ e pelo grupo de pesquisa LAAC-UPE - Laboratório de Estudos sobre ação coletiva e cultura da Universidade de Pernambuco, foi um curso online com lideranças de quilombos de todo Brasil e envolvia aulas remotas e tarefas chamadas tempo comunidade que deveriam ser feitas em grupo e uma das tarefas foi a elaboração e apresentação do início de um protocolo de consulta caso a comunidade não tivesse e caso a comunidade já tivesse seria apresentação do protocolo existente.

²¹ A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais foi convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho em 7 de junho de 1989. Um dos direitos que essa convenção estabelece é que os povos indígenas e tribais devem ser consultados em uma consulta prévia livre e informada sobre qualquer ação que possa impactar os modos de vida dessas populações seja de forma direta ou indireta. E cabe a cada comunidade e grupo estabelecer qual será a forma a ser consultados criando seus próprios protocolos de consulta prévia.

Portuário²² Tabulog, um empreendimento de transporte e estocagem de combustíveis, a ser instalado a poucos quilômetros de Povoação de São Lourenço, na margem paraibana do Rio Goiana. É pauta que se relaciona à proteção de todo território pesqueiro da região, dado que traz altos riscos de contaminação constante das águas. Foram feitas duas reuniões em outubro de 2021 para a construção do protocolo de consulta. Essa atividade ficou interrompida até que, em novembro de 2022, tivemos notícia do agendamento de uma audiência pública para apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do projeto do Porto Tabulog.

Edjane tem acompanhado e divulgado as notícias e lutado junto com a comunidade para dizer não ao empreendimento. Edjane é nascida e criada na comunidade quilombola de Povoação de São Lourenço e luta junto a ela até hoje. Em suas narrativas, fala das mudanças acompanhadas com o tempo. Conta que antigamente as pessoas eram mais unidas e havia menos violência. As condições de infraestrutura da comunidade eram mais precárias, não havendo energia elétrica. As condições econômicas também eram mais precárias, porém ainda hoje existe muita gente nas mesmas condições de antes. Apesar dos problemas apontados, diz que não consegue se imaginar vivendo em outro lugar. Tem três irmãos maternos e dois paternos. Conta que a infância foi boa, mas também sofrida. Ao ser perguntada o que seria esse sofrimento, ela responde assim:

A desigualdade, e eu acho que a desigualdade social, ela é um sofrimento eterno. porque se a gente for ver hoje a maioria dos pescadores que ainda continua na atividade, são analfabetos ou semianalfabetos, porquê? Porque antes eles tinham de trabalhar para sobreviver e ajudar os pais, por isso que a pesca está nesse sentido, aí é o sofrimento mais desigualdade tanto racial como econômica. Aí esse é o maior sofrimento, para mim, né? (Edjane, entrevista em 24 de agosto de 2022).

Edjane teve uma infância sempre na pesca por ser filha, neta e bisneta de pescadoras e marisqueiras. Quando criança, com 6 a 7 anos de idade, frequentava a maré com a mãe como uma brincadeira, uma dinâmica. Lembra-se dos materiais de

²² Um empreendimento portuário de iniciativa privada a ser implantado no município de Pitimbu/PB, no litoral sul da Paraíba, para movimentar, armazenar e distribuir cargas de grânéis líquidos combustíveis (gasolina e diesel), além de permitir o embarque de etanol para exportação ou cabotagem. O referido empreendimento pretende instalar 25 tanques subterrâneos que, de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental, ocasionaram a redução de abundância e biodiversidade (aquática e terrestre), perda de habitats marinhos, perturbação e/ou afugentamento de biota aquática, redução de recursos pesqueiros, entre outros impactos, que afetarão as famílias da comunidade, que tem seu modo de viver e reproduzir a vida a partir da maré.

pesca confeccionados em tamanhos menores para seu manuseio afirmando: “eu sempre costumo dizer que sou pescadora desde dentro da barriga da minha mãe, porque na minha infância eu não conhecia outra atividade”. Ensinou os quatro filhos a pescar, sendo duas meninas e dois meninos.

Edjane tem 44 anos. Trabalhou e trabalha na pesca praticamente a vida toda. Trabalhou também na carcinicultura por oito anos. Ao ser perguntada sobre o trabalho na maré, Edjane responde da seguinte forma:

Para mim é gratificante, um pouco sofrido por causa da desvalorização da atividade do pescador, mas é gratificante porque é uma empresa que ninguém coloca para fora. Nós como pescadores sempre vamos ter nossos alimentos garantidos, né? Porque temos onde buscar, e temos como sustentar nossos familiares, como sustentei meus filhos e até hoje vivo na atividade (Edjane, entrevista em 24 de agosto de 2022).

A narrativa de Edjane diz muito sobre a importância do ensinamento de práticas culturais e inovações com os saberes das mulheres, valorizando os afetos sentidos nas relações intersubjetivas, sociais e raciais, especialmente voltadas para a construção do coletivo (ALMEIDA, 2022).

Edjane se define como uma mulher preta, quilombola, evangélica e pescadora. Além de participar da diretoria da AMPPSL, é também associada à AQPSL. Por estar atualmente na direção da AMPPSL, tem uma rotina não fixa e corrida, cheia de reuniões e compromissos institucionais junto com o ofício da pesca e as atividades na igreja. Afirma que faz tudo o que estiver ao seu alcance na associação para ajudar o povo. Sobre seu cotidiano, diz:

O meu dia é corrido ou na pesca, ou mesmo nas atividades que desenvolvo. Por ser uma das diretoras da associação, a gente tem muitos compromissos, eu não tenho pelo menos uma rotina fixa, a minha rotina é variável dependendo da minha necessidade do dia (Edjane, entrevista em 24 de agosto de 2022).

4.1.2 Josilene Maria Bandeira Venceslau

Josilene é moradora e nascida em Povoação de São Lourenço, casada com Everaldo Venceslau Gomes²³, tem 57 anos, nunca se mudou de onde nasceu.

²³ Everaldo é irmão da minha mãe, apresentando ele para marcar o laço parental que tenho com Josilene, e também por, durante a entrevista, ela se apresentar como sendo esposa de Everaldo e apresentado o nome completo dele.

Participa da AQPSL e já foi a segunda conselheira no período de 2013 a 2015, fiscalizando tudo o que acontecia, desde as reuniões ordinárias até a emissão de algum documento de ata ou ofício. Também é associada à AMPPSL, mas no período da pesquisa não participava muito das atividades da AQPSL.

Gosto muito de morar aqui, hoje nós somos reconhecidos como remanescente de Quilombo, uma coisa que antes a gente não tinha esse conhecimento. Hoje a gente tem já esse conhecimento e hoje eu me aceito como negra. Antes também a gente tinha esse preconceito quando a gente ia para escola lá onde eu estudava. Como eu disse que fiz quinta, sexta sétima e me formei lá [em Ponta de Pedras] a gente tinha um pouco de preconceito, o pessoal chamava assim “os negros de São Lourenço”, mas a gente também não entendia porque eles diziam isso e também talvez até eles não entendesse por que falavam. Hoje a gente sabe que a gente somos remanescente de Quilombo e eu me aceito como quilombola. Eu amo morar nesse lugar. Isso aí foi muito gratificante, é? Isso é um marco né? A gente deve também isso aos conhecimentos de Gedalia Maria Bandeira Venceslau, é uma prima minha, a gente deve esse reconhecimento aqui como remanescente de quilombo a ela porque isso aí é um marco para a gente eu mesmo eu não tenho palavras para expressar isso aí porque eu só tenho gratidão, a minha palavra é gratidão, eu sou muito grata, porque hoje eu posso dizer eu sou negra, eu sou quilombola, sou mulher guerreira, sou tudo isso, sou gente, sou família (Josilene, entrevista em 24 de agosto de 2022).

Essa fala traz à nossa visão a questão sobre o se reconhecer como quilombola, e a aceitação dessa identidade. A identidade é incorporada por ela e associada a questão de a comunidade ser reconhecida como remanescente de quilombo. A identidade étnica também é acionada quando ela se refere à identificação feita pelos outros, ao identificar as pessoas da comunidade como “os negros de São Lourenço”. Aqui se evidencia a questão da etnicidade enquanto um fator de identificação estruturante para a comunidade.

Josilene conta que teve uma infância muito boa, brincava de boneca, de casinha, era uma pessoa estudiosa e não passou privações, dado que na época os pais trabalhavam. A mãe era pescadora e o pai pedreiro. Conheceu suas duas avós, tendo contato maior com a avó paterna, chamada Etelvina, com quem morava. Cresceu próxima ao pai, à mãe, a quatro irmãos e uma irmã, todos criados, segundo ela, “não com luxo, mas também nunca faltou nada para eles”. Diz ela:

Sempre tive o que comer, às vezes tardia assim era 11 horas, não uma alimentação certa, mas nunca passou e sempre comia 3 vezes ao dia. Fui uma criança também bastante enferma, aos 9 anos tive problema de nervos, até hoje tenho, mas fui tratada com médicos, com medicações também na época e até hoje (Josilene, entrevista em 24 de agosto de 2022).

A avó materna de Josilene morava na casa das filhas (Maria de Lourdes, conhecida como Dona Pequena), o que fez com que Josilene não tivesse com ela o mesmo contato do que com a avó paterna. Dona Etelvina fazia parte da rede de apoio que cuidava da casa enquanto a mãe e o pai de Josilene trabalhavam. O pouco que Josilene conta sobre sua avó materna é que ela era indígena, fazia renda, mas não lembra se ela vendia. Ao passar do tempo, ela foi ficando doente e ficou de cama, e os pais sempre iam visitar, sem nunca a abandonar.

Ao ser perguntada sobre como era Povoação na época de sua infância, ela responde:

Povoação mudou muito, onde eu moro hoje era o quintal da minha casa, onde eu moro hoje não. Onde a casa que deixei meu filho morar, eu moro de aluguel, mas onde é minha casa, que é atrás da casa do meu pai era o quintal da do meu pai, onde a gente brincava, onde a gente corria; corria barra bandeira; brincava de bola, ali tudo era livre. Da casa do meu pai que eu lembro até atrás da casa de Dona Zilda (**mãe de Dadá**) ali tudo era descampado, era assim, era tudo ao ar livre, muito pé de coco, muito pé de árvore, era mágico, a gente corria por ali, tudo bem. Aqui na praça, onde é hoje a praça ali era pé de bobó que a gente chama coração de negro, não era calçado, era terra, era barro mesmo a gente não tinha praça a nossa diverssao era essa mesmo, a noite correr barra bandeira, na porta de casa sentar brincar, brincar de passa anel, se esconder, era uma coisa sadia com meninos e meninas não tinha essa rescrição não, porque era menina não podia brincar com menino, tudo era junto mesmo, tinha isso não, tudo era junto mesmo, mas tudoera saudavel, a conversa, as brincadeiras, diferente de hoje né? Sim, na minha casa, do meu pai, quando eu morava que eu lembro que eu era adolescente. Logo no início não tinha energia, aqui em São Lourenço tinha poucas casas que tinha energia, depois quando eu comecei a estudar aí começaram botar em algumas casas a energia, na casa do meu pai também aconteceu, televisão lá não tinha, eu tinha que assistir novela na casa dos outros, tinha rádio, eu assistia a novela no rádio ou então ia para a casa dos outros. e era assim, hoje é diferente né? Hoje a gente somos ricos para o que era antes, como eu falo não passei necessidade, mas o que eu tenho hoje é o que eu não tinha antes. Também o tempo vai mudando né? O que eu tenho hoje só tenho que agradecer, muito também que por muito esforço dos meus pais porque eles lutaram muito para chegar onde eu estou eles lutaram para me dar estudo (Josilene, quilombola de Povoação de São Lourenço e agente de saúde, 24 de agosto de 2022).

Como apresentado, Josilene conta sobre sua infância e adolescência com menos violência do que se vê nos dias atuais, quando era possível brincar e estar com os meninos sem medo. Sentia estar em um lugar com espaço para correr e não um amontoado de casas em um lugar que só cresce para cima.

Depois que sua mãe faleceu, ela ficou cuidando dos seus irmãos, um deles, que hoje é casado e tem duas filhas, naquele período tinha 7 anos. Até hoje, Josilene se sente responsável por ele. Ela nunca precisou vender pescados, casou-se pela

primeira vez aos 27 anos, tem dois filhos do primeiro casamento, não trabalhava na época, mas depois que seu esposo a deixou, com 3 meses de gravidez do primeiro filho, e teve que voltar para casa de seus pais. Depois engravidou novamente do ex-marido. Precisou lavar roupa para se sustentar. Conta que “tinha época que tinha duas a quatro lavagem de roupa e vendia da revista Avon e Demillus” para ter sapatos e roupas para ela e para os filhos e, assim, ajudar o pai dela. Sabia que a responsabilidade de cuidar de seus filhos era dela, mas seu pai também nunca deixou faltar nada para seus filhos.

Ao ser perguntada se sabe trabalhar na maré, Josilene respondeu:

Um pouco, como eu falei, sou filha de pescadora, meu pai, era pedreiro na época., Não sou muito muito de ir para Maré, fui muito mais de estudar, mas nunca deixei também minha raiz esmorecer nem adormecer. Sempre fui de pescar siri, sei tirar marisco, tirar ostra, tirar unha de velho. Não como profissão, nem para me alimentar, mas eu ia por hobby. Agora sempre acompanhei minha mãe, minha mãe era pescadeira que sabe tirar marisco, sururu, unha de velho, tudo ela fazia isso para vender. Ela também fazia carvoeira, carvão, antes era tudo floresta e não havia plantação de cana em cima nas terras de São Lourenço, então os moradores pegavam árvores mortas para fazer carvão, que era para também dar substância a meus estudos até chegar ao ponto de me formar (Josilene, entrevista em 24 de agosto de 2022).

Ela conta das dificuldades que viveu para terminar seus estudos. Conta que até a Quarta Série estudou em Povoação de São Lourenço, e da Quinta Série até o fim do Ensino Médio precisou ir a Pontas de Pedra, tendo algumas dificuldades para pagamento do transporte até a comunidade vizinha. Em 1999, foi contratada como Agente Comunitária de Saúde, exercendo esse cargo até o presente momento de realização desta pesquisa.

[...] foi uma dificuldade que era assim: Porque a gente tinha que pagar carro. O carro era uma kombi, o pessoal dos Bandeira que levava a gente, pagava uma quantia, não uma quantia grande mas a gente pagava e esse pessoal levava a gente para a gente estudar, levava e trazia, aí depois a kombi não existia mais, era um caminhão, depois foi uma Rural e terminou no final foi quando entrou a prefeitura com ônibus escolar e eu terminei graças a Deus, terminei meus estudos em Pontas de Pedra no Manoel César de Albuquerque, depois eu fiz uma seleção para ACS. Onde ali eu passei em 99 que estou até hoje, hoje sou ACS minha profissão é agente comunitária de saúde com muito orgulho (Josilene, entrevista em 24 de agosto de 2022).

Antes de ser agente de saúde, Josilene trabalhou como professora de jovens e adultos no Programa²⁴ de Alfabetização do Instituto Josué de Castro. Era um programa do período em que Miguel Arraes foi governador de Pernambuco (1995 a 1999), voltado à alfabetização de trabalhadores da cana-de-açúcar no período da entressafra. Uma das pessoas alfabetizadas por Josilene neste período foi seu Agripino Augusto, curandeiro da comunidade e participante no processo de autorreconhecimento quilombola, que tinha mais ou menos 70 anos de idade naquela época.

Durante o período da pesquisa, Josilene tinha uma rotina que descreve dessa forma:

Olha, minha rotina é acordar às 5:30, 6 horas, às vezes faço as coisas de casa, moro só com meu esposo, meus filhos moram cada um na sua casa, tanto faz terminar de fazer serviço, almoçar como meu esposo ou comprar almoço. Tomo meu banho vou trabalhar, tenho que pegar de 8 horas, mas minha rotina eu não gosto de chegar atrasada, eu sempre, sempre chego antes, não é que eu queira ser melhor é porque eu tenho essa mania de chegar nos cantos, eu não gosto de ninguém fique esperando por mim. Aí eu chego lá no trabalho 7:20, 7 10. Aí assino o ponto, fico às vezes no posto fazendo algumas coisas que a gente precisa fazer no tablet; vou na minha área faço algumas visitas, depois volto para o posto, venho para casa de 11:40, 12 horas, almoço, não passo também uma hora de almoço, não tenho descanso, volto para lá, não porque eu sou obrigada, mas porque eu não gosto de estar em casa só, aí lá eu começo a conversar e depois vou fazer o que tem que fazer de novo do trabalho. Largo 14:30, 15 horas, às vezes até 16 horas, porque o horário da gente é de 8 às duas da tarde. Mas às vezes a gente larga de 15:30, 16 horas, depende muito do que a gente tem de fazer na área ou lá na unidade. E minha rotina é essa, cheguei em casa, tomo um banho, vou fazer algumas coisas as vezes em casa, faço janta, tomo café, quando eu não vou para igreja, que eu sou evangélica, durmo cedo, não sou de dormir tarde de onze horas da noite, só se eu estiver sem sono mesmo, como eu já disse tenho dificuldade de insônia, sou uma pessoa que dependo de remédio para dormir e a minha rotina é essa (Josilene, entrevista em 24 de agosto de 2022).

Josilene é uma mulher preocupada com a saúde e educação do seu povo e em suas palavras afirma a importância de ser professora e agente de saúde na comunidade e do quanto fica feliz ao ver as mulheres seguindo o caminho da educação e que faz o que puder para ajudar algum movimento que traga benefícios ao seu lugar.

²⁴ Programa de alfabetização do Instituto Josué de Castro foi fundado entre 1995 e 1999 e funciona parecido com o Programa Paulo Freire, dado que tem como principal objetivo alfabetizar a população de zonas rurais.

4.1.3 Narely Carmo dos Santos

Narely tem 26 anos, nasceu em Igarassu, o pai dela é nascido e criado em Povoação e a mãe em Carne de Vaca, praia próxima a Povoação. Seu irmão mais velho nasceu em Povoação também, na ocasião, os pais de Narely foram para Recife e passaram um tempo em Olinda. O irmão do meio nasceu nesse período, quando ele tinha dois anos de idade, mudaram-se para Igarassu. E toda essa mudança foi motivada por buscar emprego. Quando Narely nasceu, o pai dela estava empregado no corte de cana em Igarassu, voltaram para Povoação aos 4 anos de idade de Narely, porém todas as férias estavam revendo sua terra.

A volta definitiva ocorreu com a avó paterna que também tinha migrado para Igarassu, porque ela queria morrer em Povoação de São Lourenço, lugar onde ela nasceu. A avó de Narely morava em Povoação de São Lourenço e com o retorno da avó, aos poucos, parte da família também voltou, incluindo os pais de Narely que voltaram para morar todos na mesma casa até se organizarem e irem construindo casas separadas.

O pai de Narely, o senhor Isaldo, tentou alguns empregos, mas continuava difícil. Tentou trabalho na carcinicultura, mas não deu certo, pois adoeceu, o que atribui ao odor forte das rações; no corte de cana, mas também não deu muito certo, porque ele tinha problema na perna. Narely conta que ele não tinha jeito para trabalhar com a pesca, pois não sabia trabalhar no mangue. Vez em quando aparecia alguma instalação elétrica para fazer, mas ele não tinha se profissionalizado muito, não tinha terminado o Ensino Médio.

Conseguiu finalmente terminar o Ensino Médio matriculando-se na Educação de Jovens e Adultos em Ponta de Pedras. Nesse período, abriu um concurso da Prefeitura de Goiana, assim, ele começou a estudar bastante, fez e passou. Só que demorou muito para ser chamado e a situação financeira da família foi ficando complicada, só tinha a avó de Narely aposentada na época, e tinha que ajudar outros filhos além de Isaldo. Então, Isaldo chegou ao ponto de a família pensar em ir para o Rio de Janeiro tentar encontrar emprego, já que a irmã da mãe de Narely mora lá. Foi quando Isaldo foi convocado para trabalhar na prefeitura na manutenção predial da escola da comunidade quilombola de Povoação de São Lourenço, onde continua trabalhando.

Quando vieram morar em Povoação com a família, os familiares de Narely se surpreenderam com o sentimento de coletividade vivido pelos integrantes da comunidade que têm a prática de compartilhar comida e ajudar em mutirões de construção de casas. Narely admira essas ações, apesar de ser alguém retraída e estar aprendendo aos poucos a pedir ajuda. Não gosta das regras e nunca focou em religião, costumava ir para as festas nos terreiros também. Saiu da igreja com doze anos, quando uma senhora se ofereceu para exorcizá-la com orações e imposição de mãos para resolver sua sexualidade. Como uma mulher quilombola, negra e lésbica, sofreu e sofre racismo fora do quilombo e homofobia dentro.

Racismo, eu não diria sabe, dentro, aqui dentro, não estou me recordando de episódio de racismo, mas homofobia, meu Deus! Tão natural quanto almoçar todos os dias! E isso é desde quando eu me mudei de Igarassu criança [...] eu não lembro de um ano que eu passei estudando aqui na escola que não houberam comentários em relação à minha sexualidade, minha orientação sexual e desde quando eu me mudei de Igarassu criança que comecei a estudar aqui que para outras crianças já parece que já vinha com um roteiro de casa na cabeça para me chamar de sapatão, de mulher macho, quando eu nem entendia, o que significava. Aí foi constante até eu sair daqui para Goiana e em Goiana, não explicitamente, mas sempre tinha alguns comentários, algumas insinuações e depois que, pronto, na universidade esse tipo de coisa já não rolava, rolou racismo, mas já homofobia não, porque, não sei porque, mas enfim (Narely, entrevista em 20 de agosto de 2022).

Ao ser perguntada sobre em que seus pais trabalhavam em Igarassu, Narely responde:

Rapaz, cortar cana, eu lembro muito de painho chegando pintado da cabeça aos pés, do corte da cana, eu lembro. Ele toda vez que ia cortar cana em Igarassu ele trazia três canas no final do dia, era uma minha, uma de João, uma de Ivinho e assim, lá ele tentava de tudo, painho limpou fossa também, limpou fossa, foi um momento bem...enfim, é...a casa da gente em Igarassu não tinha nenhuma estrutura era uma casa bem humildezinha de dois quartos, de barro, quase caindo, que entrava água todo inverno. Mainha tentou também trabalhar, para ajudar ele mas eu acabei adoecendo, por sentir falta dela, aí fiquei adoecendo, fiquei sem comer, peguei desnutrição e depois tive pneumonia, fiquei um tempo no hospital, enfim um monte de coisa ruim... aí mainha não pôde se afastar né? (Narely, entrevista em 20 de agosto de 2022).

Narely mamou até os 5 anos de idade. Quando sua mãe, Lucineide, afastou-se para trabalhar como doméstica, com isso, ela adoeceu por não se alimentar de outras formas além do leite materno. Lucineide só foi tentar trabalhar fora de casa depois que sua filha Narely tinha 9 a 10 anos de idade, em Povoação de São Lourenço começou a trabalhar mais vezes em casas de veraneio, durante o verão. Às vezes, ela arranjava

um emprego em Recife como empregada doméstica e deixava sua sogra supervisionando a casa e a responsabilidade com os afazeres da casa ficava com Narely.

Ao ser indagada de como se sentia sobre a partir de 10 anos ter que ficar em casa, tomar conta de tudo e de todos sendo a menor entre os irmãos, Narely respondeu o seguinte:

Rapaz, eu me sinto hoje, às vezes falo algumas coisas, eu falo e depois volto atrás né? Porque eu sou meio grosseira e tal. Como se eu tivesse culpando os meus pais e não quisesse saber do lado deles, né? Aí é meio que tipo revoltada por causa da responsabilidade que foi jogada nas minhas costas tão nova, mas por outro lado entendo o lado deles.

Sendo que poderia ter sido um pouco diferente se as responsabilidades fossem divididas entre eu e meus irmãos, né essas de coisas porque meio que quando minha mãe ia trabalhar ficava todos os deveres domésticos comigo. Então eu fazia comida, cuidava da casa, esse tipo de coisa. A única responsabilidade dos meninos era botar água e o restante era comigo e painho trabalhava, aí painho começou a estudar, fazer cursos de elétrica aí painho trabalhava meio expediente dele na prefeitura e outro experiente ele ia trabalhar por aí fazendo serviço na área de elétrica e encanação . E os meninos iam brincar, os meninos iam brincar, ia andar... Ivison, que é meu irmão mais velho, é cinco anos mais velho que eu e João, quase 3 anos, 2 anos mais velho que eu (Narely, entrevista em 20 de agosto de 2022).

Narely também conta que fugia para brincar, principalmente passear com a bicicleta de seus primos, roubada por horas para transitar pelo engenho e tomar banho de rio. Sua diversão favorita era jogar futebol, mesmo só havendo ela de menina no time. Sua mãe a proibiu de jogar bola e fugir para o rio, e sua avó começou a colocá-la para aprender crochê, como fazia com todas as netas, por acreditar ser coisa de menina. Todavia, apesar de aprender crochê, Narely continuava fugindo das aulas para jogar bola com ajuda de um primo que emprestava a chuteira. Seu irmão mais velho, porém, passou a frequentar outro campo para não vê-la jogar com os meninos.

[...] me dividia muitas vezes entre fazer almoço e ficar brincando nessa rua de pega e vários tipos de coisa, queimava a comida, aí voltava para casa e tinha que fazer outra comida. Painho ele não fazia muita exigência, a exigência era maior parte da minha avó, que quando mãe não tava aqui, né? Painho não era esse cara de ficar cobrando, a tal hora vai ter que tá pronta a comida, isso e aquilo, não, ele era como ele é hoje, bem zen e tal, mas minha avó! Fazia questão de vim de lá da rua de trás para ver o que eu estava fazendo em casa, para ver se eu já tinha feito almoço, se tinha lavado os pratos, se eu tinha cuidado da casa (Narely, entrevista em 20 de agosto de 2022).

Não conheceu o avô paterno, porque o avô não cuidou do pai dela. Conheceu a avó paterna que trabalhava com o marisco, foi marisqueira a vida inteira e criou sozinha os quatro filhos, dois homens e duas mulheres. Ela ia para a feira de Ponta de Pedras, vendia marisco, moqueca de folha²⁵ também, sempre tinha coisas da maré para vender na feira.

Eu sei fazer, eu fiz inclusive esse mês, eu aprendi a fazer, na verdade quem me ensinou foi painho. As amarrações, o negócio das palhas, eu tinha curiosidade. Eu nunca comi, na verdade, uma moqueca de folha feita pela minha avó, porque na época que eu me lembro dela, né, ela já tava velhinha tinha ficado cega só tinha uma visão bem limitada em um olho só, justamente por conta da do bafo quente do fogão a lenha. Aí ela fez transplante de córnea e tudo mais, mas não deu certo. Eu não cheguei a comer, mas tinha muita curiosidade, porque ela sempre falava, sabe? E o pessoal sempre falavam que a moqueca de folha dela era muito boa, isso aquilo outro, eu tenho uma tia que na época que ela fazia, aí ela me deu para eu experimentar e eu acho muito gostoso, mas e eu amo cozinhar, mas eu nunca tinha tentado fazer, quando fol um dia desses eu acabei fazendo e realmente ficou bom, todo mundo gostou.

Eu não me achava apta para fazer não, eu achava que era uma comida muito sagrada. Então eu não me achava apta nesse sentido para fazer, preparada, tipo, eu sabia todas as técnicas, mas eu não me sentia espiritualmente bem para fazer ainda, quando eu me senti, eu fiz e deu certo (Narely, entrevista em 20 de agosto de 2022).

A entrevistada conta que: “os meninos iam brincar, os meninos iam brincar, ia andar...” e que crochê era coisa de menina. Nota-se a diferença de tratamento na criação dos filhos e filhas, as meninas são ensinadas desde cedo a serem cuidadoras e conformarem-se com o tratamento destinado às mulheres, ter obrigação de cumprir as atividades domésticas e aprender coisas consideradas de menina. Já os meninos eram criados livres, mesmo sendo vulneráveis a violências físicas e mentais, mais que adultos, por serem uma criança, e toda criança precisa ser protegida.

Também é comum em Povoação de São Lourenço não se conhecer alguma figura masculina na família. Narely não conheceu o avô paterno por ele não ter cuidado do pai dela. A avó paterna é um exemplo de mulher quilombola, mãe solo que precisou criar quatro filhos, se sustentando com catação de mariscos, o que resultou em perda de visão durante a velhice. Percebemos, assim, que a solidão da mulher negra é fruto do sexismo que enfrenta desde criança.

A luta da mulher quilombola em cuidar, ensinar e educar não se refere só aos modos de vida, danças e outros costumes considerados tradicionais e positivos,

²⁵ Moqueca de folha é uma comida típica do quilombo, feita com marisco temperado, colocado na palha do coqueiro e assado na brasa.

também passa por lidar, e algumas vezes reproduzir com a cultura patriarcal e colonial, homofóbica e até racista que está enraizada, alegando estar preparando o filho e a filha para o mundo, para que saibam desde cedo como o mundo funciona. Mesmo havendo nessas gerações o contra colonialismo e tantas mulheres lutando contra o sistema e essa forma do mundo funcionar, ainda existe em todo lugar os chamados conservadores, situação que exige um debate amplo, o qual não cabe neste trabalho.

Narely fala com muito carinho do avô materno. Conta que era protetor dos animais e da natureza e que dizia que quem maltrata os inocentes, incluindo a natureza, sofre e paga tudo na velhice. Era um homem que gostava de terreiro e não era alguém cristianizado, e não gostava de igreja, pois dizia que o barulho irritava a Deus. Trabalhava descascando coco, pescava às vezes também, dependia do tempo e da necessidade.

Já Narely, atualmente, tem vários trabalhos, como o da AQPSL, grupo de pesquisa na Universidade e assistente de informática. Recebe bolsa permanência para concluir sua Licenciatura em História e pretende exercer a profissão dentro do quilombo por ter conhecimento das violências locais. Com seus conhecimentos adquiridos na sua trajetória acadêmica, sente vontade de ensinar na escola onde começou seus estudos.

Ela tem também uma grande experiência em representações políticas. Já participou do Conselho de Agricultura Sustentável de Goiana, Conselho de Educação de Goiana, e participa atualmente do Conselho da Bacia Hidrográfica de Goiana e Comitê Metropolitano Norte²⁶. Trabalha na AQPSL desde 2016, como secretária, fazendo os mais diversos tipos de trabalho, não só os que a compete, que é a elaboração de documentos e atas de reuniões; faz de tudo um pouco e através desse trabalho na associação. Ademais, faz alguns trabalhos voluntários também na comunidade, prestando serviço gratuito para muitas pessoas, a exemplo de cadastramentos que envolvem tecnologias que as pessoas não conseguem usar ou não tem acesso.

Também trabalha com pesquisas. Estava no grupo de pesquisa de Extensão Universitária e Educação Antirracista: Relações Étnico-raciais e Africanidades - Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Agora está no grupo de pesquisa da

²⁶ O Comitê Metropolitano Norte foi formado em 26 de setembro de 2013, sendo homologado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos em 13 de abril de 2015, através da Resolução nº 01/2015.

Comissão da Verdade sobre a Escravidão - OAB-PE, e nunca deixa de pesquisar sobre as questões do quilombo, mesmo não tendo mais vontade de escrever. Também, faz alguns artesanatos, inclusive de crochê, além de estar trabalhando com manutenção e formatação de computadores, o único trabalho remunerado, pois mesmo trabalhando em tantas atividades, não costuma ser remunerada pelos seus serviços. Isso porque a produção de conhecimento através de pesquisas na academia e em outros espaços continua sendo desvalorizada a ponto de não ser considerada emprego e os pesquisadores ficam como voluntários ou recebem um valor de bolsa que não aumenta há muitos anos.

Narely anda buscando uma rotina saudável para manter o equilíbrio mental e concluir a graduação. Tirando um tempo só pra ficar em silêncio meditando, cuidando da saúde, ouvindo muita música e tentando colocar as leituras em dia também e as leituras por prazer, pois nunca mais tinha lido por lazer, tentando, com isso, levar uma vida mais prazerosa, mais leve.

Narely tem uma trajetória na academia, a qual o relato não deve ser contado em terceira pessoa, não nesta dissertação, que foi pensada em contar as histórias dando o máximo de voz aos donos delas, por isso, segue parte da entrevista:

Pronto, então, eu vou contar do começo, começo, vamos lá! No ano de 2014/2013, na verdade terminei o ensino médio, né? fiz vestibular, ainda era daquele jeito tradicional, calça e Enem essas coisas, passei na UFPE para arqueologia. Não era bem o que os meus pais queriam que eu fizesse, mas isso daí não importava. Então eu fui para o UFPE e conheci um mundo acadêmico, estranho, bem estranho e apesar de estar em um curso, em uma universidade pública e ser um curso de humanas que eu ouvi falar, não sei exatamente sobre os dados, mas eu falo que é um dos cursos que mais tem uma equidade sabe? De pessoas vindas de escola pública, pessoas negras, etc. e tal, mas eu não via muita essa coisa não, eu estava com umas pessoas a maioria delas vinha de escola particulares, pessoas brancas. Era na verdade difícil ver uma pessoa negra por lá, então eu descobri que eu era negra nesse ambiente, porque até então eu não tinha parado para pensar sobre isso, sabe sobre essa questão de raça, esse tipo de pensamento não existia. Apesar de eu já ter passado algumas situações dentro de Goiana mesmo aqui que lá na minha escola por algumas vezes quando eu falava que era daqui o pessoal falava ah é lugar de índio, esse tipo de coisa como se fosse um insulto sabe?., eu não entendia muito bem e não me concentrava muito nisso. E aí eu fui estudar lá e como aqui também não tinha essa questão, a gente não discutia essas questões, para mim eu era só uma pessoa normal, a minha avó dizia que eu era branca porque eu era das netas mais claras, então para mim eu era branca. Sou branca, sou branca. Na escola do quilombo eu não via nesse sentido não, eu sentia por outras coisas, mas enfim, é.. lá na UFPE que eu me recorde, eu não estudava com nenhuma outra pessoa negra. E mas também, não reparava muito bem isso ,até que teve um dia que eu tava na beira da praia de Boa Viagem com uma amiga que estuda comigo também. E a gente tava conversando e ela falou assim, tu já reparou que é a única pessoa negra que estuda na sala da gente? Eu

fiquei tipo, eu sou negra? Veio aquele pensamento tá ligada? Aquele em loop infinito na minha cabeça,, eu sou negra? Repetindo direto, aí eu. É! Daí a partir dali eu comecei a estudar, pesquisar, estudar e entender a minha Negritude dentro daquele espaço, isso foi logo nos meses iniciais, né do curso e aí depois ao passar do tempo, etc. e tal, foi quando chegou as eleições de 2014. Tava aquela briga Aécio, Lula e Dilma, quando eu falei na sala de aula, que tava tendo uma discussão, eu falei não, né, que eu tenho um posicionamento à esquerda e etc. e tal. foi quando um dos meus colegas de sala olhou assim para mim, e falou, mas também tu pobre e preta vai votar em quem? E aquilo dali foi muito chocante pra mim. Tipo, pesado, saca? Porque, apesar de outras pessoas que também se diziam ter um posicionamento à esquerda, que eram meus amigos e tal, ninguém se pronunciou, entendeu? Era como se aquilo dali fosse certo de boa, tranquilo ele falar nesse tipo de falas, situações que foram acontecendo que foram fazendo com que eu comesse a ter uma vontade ter mais uma curiosidade, né de pesquisar sobre esses assuntos foi ficando mais criando uma casca, né para me defender, obviamente. E depois que eu saí da Universidade, eu acho que esse meu contato Inicial não foi muito saudável na verdade com a universidade. Porque me fizeram despertar em várias coisas ruins e foi como se eu tivesse que me desconstruir de quem eu era, sabe? Tipo, deixar de ser quilombola, por exemplo para poder estar naquele ambiente para poder ser aceitável estar naquele ambiente. E eu tive que me distanciar de mim mesma para poder a academia achar que eu tinha determinada importância lá dentro, então foi um contato com a universidade muito ruim que eu acabei desencadeando ansiedade, várias coisas e eu não queria voltar nunca mais para ali, para aquele ambiente. Aí eu acabei trancando o curso por uma série de outras coisas também. E eu não queria voltar mais para aquele ambiente da UFPE, quando me lembrava UFPE, era sinônimo de coisa ruim, me dava logo alguma coisa ruim, uma ansiedade, enfim, sensações ruins. Aí eu disse, mas eu quero continuar estudando, aí eu disse, então...aí eu dei um tempo né da universidade, tá? Voltei para casa, meus pais não curtiram muito a ideia porque eu já estava no sexto período e eram 8 períodos, mas eu não conseguia mais voltar. Eu disse não, mas eu vou, vou fazer história porque nesse meus estudos e pesquisas eu fui me aproximando muito dos estudos históricos, tal, e fui gostando muito sabe? Paguei algumas cadeiras também no curso de história lá na UFPE e fui curtindo vendo que era realmente aquilo que eu queria e que eu queria ir para a sala de aula. eu disse não, eu vou fazer vestibular novamente para fazer história, mas eu não faço na UFPE nem que me paguem. Minhas duas opções eram eu UFPB e UFAL, eu iria para Alagoas, mas eu não iria mais para a UFPE. eu peguei e fiz e acabei passando na Paraíba. Que bom, né? Porque tá mais perto de casa. Mas se eu passasse na UFAL eu ia igual. Mesmo se mainha e painho não quisessem, eu passei na UFPB, aí meu contato na UFPB, já foi uma chegada diferente, quando eu cheguei na UFPE eu tinha 17 anos, né? Na UFPB eu já tinha uma idade é mais, eu não tô me lembrando bem quantos anos eu tinha, mas pra lá de 20. Então eu já tinha um amadurecimento maior, já tinha tido contato com várias outras coisas, já estava mais familiarizada com o ambiente, o espaço da UFPB eu me senti de certa forma mais acolhida do que lá na UFPE, eu não sei explicar o porquê, mas talvez tenha sido eu mesmo que tenha me acolhido e também eu entrei na UFPB com muito essa coisa de, ah, eu não estou entrando aqui para fazer amizade, eu estou entrando aqui para estudar e eu estou no topo da minha pirâmide, então eu sou a minha prioridade e o que tiver que fazer que não seja ilegal para que eu me ajude, eu vou me ajudar, eu estou em primeiro lugar em segundo em terceiro e porque eu tinha isso é muito solitária, na UFPE, sabe as outras pessoas sendo que não era um caminho de mão dupla, sabe? Eu me doava muito para muitas pessoas e não recebia nem metade em troca então, quando eu entrei na UFPB, eu já entrei já meio que sabendo como funcionava naquele ambiente e que eu sou a minha prioridade sempre. Então já entrei com um pouco mais de maturidade. Então para mim é um ambiente universitário

qualquer e normal que eu tô lá para estudar e consumido o que ele tem de bom para me ofertar e depois devolver a sociedade fora daqueles muros, não reter meus conhecimentos apenas a universidade e é por isso que eu tenho muita vontade de ensinar nas bases, não que eu queira ficar para sempre, mas eu tenho muita vontade de me qualificar o máximo que eu posso para depois devolver a sociedade. Às bases (Narely, entrevista em 20 de agosto de 2022).

Para Narely, ser quilombola é ser livre de um sistema eurocêntrico, visto que, segundo ela, destoar de padrões é caminhar para a liberdade. Gosta de pesquisar sobre quilombos para ajudar na construção de uma historiografia em que inclua os nossos. Entre tantos sonhos expostos, diz ter os seguintes três desejos:

a) ver nas escolas além das histórias dos outros e que seus futuros alunos conheçam suas próprias histórias;

E questiona o que conhecemos sobre a história latino-americana, por exemplo, e afirma que precisamos de uma historiografia feita por nós, que ganhemos cada vez mais espaço nas ciências, falemos sobre tudo e principalmente sobre nós, pois estávamos aqui primeiro.

b) que as cotas nos deem acesso para além da presença dos nossos corpos nos espaços de poder, e sim realmente estejamos em posições de poder;

E a posição de poder que ela quer continuar ocupando é a de produção e disseminação de conhecimento.

c) que suas produções sejam lidas pelos nossos e pelos brancos também, tal qual hoje na escola lemos livros escritos por homens brancos, que os brancos futuros leiam o que estamos escrevendo.

Narely, ao buscar se compreender como quilombola por meio de sua trajetória como estudante, traz também para a luta quilombola, em São Lourenço, as reflexões que as mulheres negras têm feito ao ocupar o espaço acadêmico.

4.2 REFETINDO SOBRE AS HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES QUILOMBOLAS DE POVOAÇÃO DE SÃO LOURENÇO

É com esses pensamentos e desejos que apresento um pouco das histórias de vida de quilombolas de povoação de São Lourenço, incluindo a minha. São histórias que perpassam mangue, indústrias, serviço público de saúde e universidade, que, apesar das diferenças de rotinas, estão interligadas a um território, onde experienciam vários níveis de racismos, sexismo e desigualdade social. Identificamos essas

vivências na fala de Edjane, mulher negra marisqueira e representante de sua categoria profissional; ou nas vivências de Narely na universidade e no quilombo como mulher negra, lésbica, quilombola e pesquisadora universitária, que além de várias opressões também sente de perto a homofobia e tem presenciado o sexismo desde criança; e também na história de Josilene, no cuidado e dedicação para com seu trabalho de agente de saúde na comunidade e envolvimento em movimentos políticos associativos.

A participação em associações comunitárias é um elemento em comum nas histórias dessas mulheres, e também na minha. São histórias marcadas pela diversidade de modos de existir e resistir dentro de um sistema capitalista e segregador que seleciona inclusive quem terá uma educação com pais presentes ou não.

Tais trajetórias apresentam na prática a solidão da mulher negra. Josilene, mãe solo, lavando roupa e vendendo produtos em revistas de porta em porta para sustentar seus dois filhos. Edjane, mãe solo que precisou dividir os filhos na separação e criou os que ficaram com ela, trabalhando na pesca e na carcinicultura. Narely e eu, Edjane e Josilene crescemos sem a efetiva presença dos nossos pais. São circunstâncias que corremos o risco de repetirmos com os nossos filhos e é a realidade de tantas outras mulheres negras.

As histórias de vida apresentadas falam também das mudanças no território, o que inclui destruição do mangue e rios e supressão dos lugares utilizados para roça. Falam do aumento populacional em uma comunidade rodeada por fazendas de cana-de-açúcar, verticalizando-se e perdendo seus quintais, falam do significado de ter uma ligação com o lugar onde vive, elemento comum na vida de mulheres quilombolas, como foi visto no capítulo 2 desta dissertação. O envolvimento com o território e as ações de política comunitária são traços encontrados nas três histórias apresentadas.

A vida das mulheres em Povoação não pode ser dissociada de sua luta política na procura por melhorias na comunidade. Essa luta está relacionada à situação da mulher quilombola no Brasil, vítima de todo o tipo de desigualdade, econômica, racial e de gênero. Dessa maneira, a mulher negra quilombola tem as conquistas de melhoria da comunidade como metas de vida, pois estão na base das desigualdades. Se o lugar que ela mora melhora, já melhora sua forma de viver e diminui em alguma forma a opressão e o racismo enfrentado.

Através das histórias de vida de três quilombolas de Povoação, foi possível observar a forma como desde crianças são instruídas pelos mais velhos a aprenderem a sobreviver e a saber lutar para ter o mínimo. Edjane e Josilene relatam esse tipo de situação nas suas idas à maré, no aprendizado com suas mães. Depois, quando adultas, essas mulheres se envolveram em movimentos institucionais para reivindicar do poder público direitos que até hoje aprendem a ter.

Narely, que é de uma geração mais nova, também teve acesso aos meios de vida da comunidade e ama pescar com seu pai, estudou e busca, junto às outras mulheres, meios de tirar a comunidade da invisibilidade por meio do levantamento histórico, conhecimento da história do quilombo e na busca por conservação dos monumentos que restam como vestígios da história do quilombo.

As mulheres em Povoação estão desde 2005 em fase de aprendizado dos seus direitos e busca deles, em tantas reuniões, debates, assinaturas de documentos. A cada dia, mostram querer representar o lugar em que vivem nos espaços de decisão, indo para outros quilombos em encontros com outras mulheres quilombolas, ou ainda compondo secretarias de educação e saúde da cidade e não mais ficando caladas, sentindo a disparidade da qualidade dos serviços de saúde e educação oferecidos a elas.

Gedalia, Narely, Cecília, eu e outras mulheres temos discutido sobre como a escola tem o dever de ensinar a ler e escrever, tanto quanto de promover também educação diferenciada, respeitando a lei de ensino da história e cultura afro-brasileira, que ainda não chegou em Povoação; e da necessidade de se ter escolinhas de reforço com professoras da comunidade.

Atualmente, se faltar médico ou equipamentos no dentista, mulheres quilombolas procuram reivindicar. Aprenderam que têm direito ao acesso à água e conseguiram ampliar a distribuição na comunidade com a construção de um poço artesiano da prefeitura. Erika Patrícia, uma mulher que se casou com um quilombola e hoje também faz parte da diretoria da associação, muito lutou junto com Edjane no momento em que reivindicava, junto à Prefeitura Municipal de Goiana, melhor abastecimento de água, para que os pescadores pudessem tratar os crustáceos.

Edjane, em depoimento, apresenta a dificuldade de Povoação quanto à falta de acesso à água, enquanto as empresas que estavam chegando a Goiana tinham acesso à água rapidamente. “Chega água pra Fiat, chega água pra Hemobrás, mas não chega pra gente”. Fala também do desgaste e o não fortalecimento das lideranças

locais ao não terem as demandas da comunidade atendidas e os moradores começarem a não acreditar nas lideranças, algo que acontece até hoje.

As mulheres aqui buscam melhorias para seus problemas e dificuldades e tudo isso é pura ação política. Em 2021, Dona Filomena, 71 anos, participou de um vídeo solicitando para a prefeitura que concluísse o calçamento da rua dela, pois estava alagando e ela havia escutado que não era justo ela adoecer de Chikungunya por conta da água empoçada, e que terminar o calçamento também é direito à saúde. Dona Filomena também aprendeu no início do autoconhecimento, em 2002, que é quilombola e deixou registrado contando sua história à Targino (2012).

A senhora criou os meninos tudo com a maré? Tudo na maré. Criei tudo nessa casinha e hoje tá cada um na sua casinha e eu tô sozinha. É um trabalho difícil, porque eu já tive ocasião de até gás entregar quando eu fiquei com meus dois filhos. Eu achava difícil criar [...] Só era mesmo minha força de vontade e Jesus pra me ajudar. Criei tudinho com pobrezinha, mas criei tudinho, e tudinho deu pra trabalhador. Meu caçula tira coco, meu caçula tá com 20 anos e as outras na maré (Filomena, marisqueira da Povoação de São Lourenço, 2011) (TARGINO, 2012, p. 92).

A senhora considera a pesca uma tradição? É, porque foi a única condição. Porque quando eu tava com oito anos de idade chegou uma senhora pedindo a minha mãe pra eu tomar conta de uma criança no Espinheiro (Recife-PE), então foi a fase mais difícil da minha vida. Trabalhar, cuidar de casa, chegou um tempo... era como escrava, porque minha mãe botou lá, me levou...Onde te levou? Espinheiro. Espinheiro é em Recife? Pra tomar conta de um menino. [...] E eu comia um pão, não tinha hora de almoçar, dormia pelo quintal, dormia lá no fundo do quintal acho chegasse um ladrão acabava com minha vida. Denunciaram foi quando pediram pra eu voltar pro meu lugar na casa de vó. De lá pra cá meu pai dizia: minhas filhas come farinha seca com peixe seco, talher de coco, mas pra cozinha dos outros não vai mais. Vá pescar!!! Conta pra mim como é o trabalho na maré? O trabalho na maré é o seguinte: é uma vida cansada, é uma vida cansada. Mas é uma vida, que oferece a gente, pelo menos isso que a gente tem né. (Filomena, marisqueira de Povoação de São Lourenço, 2011) (TARGINO, 2012, p. 141).

Muitas outras mulheres em Povoação contam histórias parecidas com a de Dona Filomena. Muitas tiveram de criar sozinhas os filhos na maré, muitas também contam a história de que foram trabalhar em outra cidade, quando crianças, para alguém que as levou com permissão dos pais.

As mulheres aqui objetivam viver, cuidar dos filhos e dos netos, cuidar da natureza e de si mesmas. A condição de viver dessa maneira é, em si, pura mobilização política. Essas mulheres precisam estar o tempo todo em enfrentamento, defesa, já que são atacadas pelo fato desafiador de ser mulher preta e quilombola. Para elas, o simples ato de conseguir amamentar seu filho por um período maior já é

uma ação de cuidado, e um enfrentamento da condição de ser obrigada a não estar presente com seu filho por muito tempo para poder trabalhar e cuidar do filho dos outros.

Desse modo, como o trabalho como empregada doméstica, os trabalhos na indústria também deixam pouco tempo para as mulheres estarem com os filhos e na vida em comunidade. Elas passam 8 horas todos os dias na indústria e o resto do tempo dormindo, se recuperando para poder ser produtiva, cumprir a meta de produtividade e continuar trabalhando.

As mulheres que pescam, ao contrário, estão com as crianças delas e das outras no convívio e ensinamento dos valores e cuidados do viver e fazer quilombola. Ser a mulher que pesca é, portanto, dar essa oportunidade de amamentar e ver os filhos crescendo. O cuidar e educar as gerações de quilombolas também são papéis das mulheres que ficam na comunidade, no trabalho da pesca.

Temos mulheres contadoras de histórias e o recontar histórias é uma tradição da oralidade que fortalece as práticas das mulheres quilombolas em Povoação. Fortalece sua cultura no trabalho e proteção da comunidade. Ao contar a batalha das heroínas de Tejucupapo, a história do quilombo de Catucá e tantas outras com mulheres lutando para existir, faz com que as mulheres da atualidade entendam seu legado e suas ações na busca de um presente e futuro melhor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres em Povoação tem suas vidas cotidianas baseadas em adquirir sustento e muitas são as únicas provedoras de alimento para elas e a família, trabalhando na captação de frutos do mar, onde aprendem desde criança, ou onde encontram uma oportunidade. Muitas vão para Recife ser domésticas e algumas para as fábricas na cidade, mas todas querem cuidar de suas famílias.

O dia a dia das mulheres em Povoação de São Lourenço é repleto de incentivo para serem fortes, primeiro nas histórias de conseguir resolver dificuldades e ser heroína da família seja provendo alimento ou entrando em conflitos em defesa do modo de existir sendo contra mega empreendimentos poluidores dos rios onde pescam. Esse comportamento nas ações de mobilização política são motivadas pelas histórias de vida e cotidiano dessas mulheres na busca por mínima mudança nas desigualdades e racismos.

O cotidiano delas engloba ações de cuidado com a biodiversidade marinha e na defesa de seus modos de vida contra indústrias poluidoras. Um dos maiores atos de cuidado é a catação de mariscos e manejo de outros moluscos crustáceos e peixes, pois pensam na conservação das espécies para a eficácia na preservação, utilizando como instrumento de aprendizado as experiências de suas vidas e histórias que costumam se repetir como sobreviventes do colonialismo, capitalismo, racismo e sexismo na busca por alternativas a essa condição de quem resiste e vive do serviço e força do seu braço e trabalho em organização comunitária.

Ser mulher em Povoação de São Lourenço também é ter capacidade de se reinventar na busca por soluções aos problemas e dificuldades, mas saber que por ser quilombola o melhor caminho continua sendo a coletividade e a busca por reivindicar os direitos como pertencentes à categoria de quilombolas, direitos esses entendidos aos poucos pela população local. O processo de entendimento dessa categoria foi iniciado pelas mulheres professoras de Povoação de São Lourenço, o que levou ao autoconhecimento. Inicialmente a maioria da população não via benefícios em ser descendente de negros que o passado remete a escravização; ao contrário, tais pré-requisitos são fatores determinantes de sofrimento e opressão, esquecimento e desigualdade, realidade sentida até os dias atuais no quilombo, Diante dessa associação, ser quilombola não seria necessariamente uma escolha, mas devido à luta pelo reconhecimento étnico das comunidades com ancestralidade

negra, nos declaramos quilombolas e lutamos pela reparação histórica das injustiças geradas pelos anos de exploração dos nossos antepassados, injustiças estas que são responsáveis pela situação de desigualdade social e racial que vivemos.

A categoria quilombola começou a ser compreendida como o único meio de alcançar essa reparação e assim viver sem o peso da discriminação e da desigualdade. Retomo aqui a fala de Edjane: “A desigualdade social dói”. As lutas de cada grupo de mulheres em Povoação de São Lourenço costumam a ser a procura de efetivar seus direitos básicos.

Mobilizar a categoria jurídica remanescente de quilombo é um caminho encontrado pelas mulheres para, a passos curtos, conquistar o objetivo principal que motiva a mobilização, que é melhorar as condições de vida das mulheres e de todos na comunidade.

As condições de vida formam as histórias de vida e assim as formas de existir como mulheres quilombolas em Povoação de São Lourenço resultam em mobilização política. Para poder mobilizar a categoria é preciso ter formas de existir específicas. Então a forma de existir motiva a mobilização por melhorias.

A questão quilombola se configura com o fato da vida concreta das mulheres da comunidade ao passar por dificuldades de acesso a políticas públicas de qualidade devido a séculos de exclusão da população negra no Brasil .

Ter esse histórico de opressão e ancestralidade é um pré-requisito para a assimilação da comunidade na categoria legal de reconhecimento de direitos evidencia a necessidade de comunidades quilombolas se autodeclararem em busca de direitos inscritos nas leis.

As marisqueiras que também são quilombolas se posicionam como quilombolas quando sentem problemas ambientais, mobilizando as duas categorias sempre que necessário. Na construção de regras do plano de manejo da RESEX as mulheres estão sempre presentes e ativas, costumam se engajar em assuntos que afetam suas vidas e avisar as outras mulheres para ter um maior apoio em número, pois buscam manter sociabilidade harmônica com a biodiversidade e com os outros seres humanos que possam apoiar e orientar suas decisões.

Em Povoação se aprendeu a acionar a categoria aos poucos a partir da vida cotidiana de necessidades básicas observadas melhor ao ouvir histórias de vida das moradoras em suas dinâmicas primeiro familiar, apresentando práticas de cuidado com as mais velhas desde acordar cedo e saber os movimentos das marés e o tempo

de cada espécie familiar ao território ambiente que vivem e continuando as práticas no trabalho e sociabilidade seja com seres humanos ou com a natureza.

Nesse íterim descreveu-se o processo histórico da mobilização em torno do reconhecimento da comunidade como quilombola, incluindo o papel das mulheres nesse processo que se deu desde o autorreconhecimento até a conscientização da emergência de acesso à identidade étnica e a criação de associação e grupos para efetivação dos direitos adquiridos e por fim como aprenderam a se mobilizar e reivindicar fazer parte da categoria em todas as dimensões de sua vida.

Após ser compreendida como forma de reivindicar o bem estar e não apagamento da história de suas e de seus antepassados, acionam o orgulho de si mesmas, aprendido inicialmente pelas mulheres ao entenderem que são quilombolas e ter interesse de encontrar homens para estar na busca de reconhecimento com elas e assim alcançar todos da comunidade independente de gênero, esse foi papel de liderança dessas mulheres no processo de reconhecimento.

A pesquisa resultou no mapeamento de grupos de mulheres em Povoação de São Lourenço. Essas mulheres criam suas próprias mobilizações políticas em torno do que acreditam e querem melhorar, através da formação de grupos para desenvolver atividades como reivindicações de estruturas básicas para melhor qualidade de vida dos moradores do quilombo; Mutirão de construção de casas; Organização de eventos que fortalecem a identidade preta e histórica local como a semana da consciência negra e o grupo cultural quilombola para a preservação do coco de roda, ciranda e maculelê.

Foram identificados alguns grupos que desenvolvem ações na comunidade: o grupo das marisqueiras quilombolas que também atuam na colônia de pesca na busca por garantir os direitos das pessoas que pescam; o grupo de caridade, chamado “grupo de missões”, que busca pelo direito à vida sem fome, para diminuir o sofrimento de alguns que encontram-se em situações precárias e apresentam demandas relativas à necessidade alimentar; o grupo do artesanato que age muito no intuito de superar os apagamentos históricos sociais que invisibiliza a comunidade quilombola de Povoação de São Lourenço, então não medem esforços para mostrar que a comunidade existe e daqui que elas vêm. E o grupo de mulheres que precisam sair para encontrar emprego, muitas vezes de doméstica, mas quando precisam delas elas apoiam as ações das que ficam na comunidade nem que seja com assinaturas e participação nas associações.

A divisão de grupos não impede a formação de uma grande equipe quando necessário. Como foi no caso da construção da sede da AMPPSL com sorteios e mutirões para arrecadar dinheiro, pois o que tem motivado as mobilizações políticas das mulheres é a história de vida de cada uma, o que gera motivação para se engajar nos grupos.

A observação participante e as leituras da bibliografia utilizada nesta pesquisa fizeram-me perceber que cada uma luta principalmente pelas causas que mais a atingem ou atingem as pessoas amadas de suas famílias e para serem atendidas em suas reivindicações acionam as identidades que possuem como mecanismo para serem respondidas.

A coletividade e união é apresentada como solução para os problemas enfrentados. A situação social em que vivem também é a causa das mobilizações e atos políticos, que tem como fator impulsionador o cuidado com o próximo e com a natureza, e essas são especificidades do ser mulher na comunidade quilombola e pesqueira de Povoação de São Lourenço. A criação de grupos para superar adversidades se tornou uma das estratégias de mobilização em prol de melhorias para a comunidade.

Com esse estudo conseguiu-se apresentar parte da diversidade das mulheres de Povoação de São Lourenço, seus modos de vida e a história de vida de 4 das representantes das mulheres de Povoação de São Lourenço incluindo a minha. Ao apresentar uma etnografia da vida concreta observa-se que elas estão utilizando a categoria jurídica quilombola como argumento para fortalecer as reivindicações, e com isso conseguir o atendimento de suas demandas.

Acredito que a descrição dos modos de vida e histórias de vida das quilombolas de Povoação de São Lourenço é uma contribuição para melhor compreensão conceitual sobre as mulheres quilombolas. Espero que ao disponibilizar essa pesquisa, consiga contribuir para uma maior articulação política das mulheres em Povoação de São Lourenço ao conhecerem-se mais, pois o texto aqui apresentado buscou analisar as relações que as mulheres vivenciam em seu espaço familiar, comunitário e de atuação política.

A experiência de parar e ouvi-las por horas e ter a oportunidade de fazer perguntas que eu sentisse necessidade de fazer e as que estavam previamente escritas para poder ouvir e responder os objetivos da pesquisa, fez se considerar que as histórias de vida dessas mulheres é instrumento de ensino e incentivo, inspiração

para as que estão começando na trajetória de luta e reivindicações na busca de direitos que atendam às suas especificidades. Só se pode combater o que se conhece e as mulheres ensinam umas às outras e outros o que é opressão, desigualdade, racismo e segregação com propriedade apresentando a própria vida para que as outras fiquem atentas e evitem que aconteçam dores parecidas com elas.

Ouvir a história de Narely com sua experiência nos espaços me fez não permitir que eu seja afetada da mesma forma. Conteí com o apoio de Narely na pesquisa documental, pois ela disponibilizou conteúdos que havia encontrado e tinha guardado, os documentos que Narely compartilhou comigo auxiliaram a localizar a história de povoação de São Lourenço no tempo.

Ouvir Josilene contar como foi forte e determinada para estudar e criar os dois filhos, me incentivou a ter força e fé de que um dia alcançarei meus sonhos. Ver, acompanhar e ouvir Edjane acionando categorias para requerer um ambiente ecologicamente equilibrado para todas as gerações, ao apresentar sua própria intimidade e sociabilidade com o ambiente do território que ela deseja proteger junto com tantas outras que sobrevive ou sobreviveu por existir a biodiversidade da mata, mangue e rio perto de casa, me fez compreender a importância de se compreender enquanto sujeito dentro do espaço territorial que abrange São Lourenço. É nesse espaço que as mulheres articulam suas múltiplas identidades de forma interseccional.

Com isso, concluo neste trabalho que não é possível compreender como as formas de existir como mulher quilombola em Povoação de São Lourenço resultam em mobilização política sem descrever as especificidades das relações com o território e do modo de existir das mulheres nessa comunidade. Foi a partir da escuta e descrição da vida das mulheres que foi possível chegar ao resultado dessa pesquisa ao conhecer melhor as mulheres de Povoação.

Sendo assim, as formas de existir das mulheres quilombolas em Povoação de São Lourenço com suas histórias e modos de vida demandam um processo de mobilização e perspectivas plurais localizadas quanto a opressões definidas pelas condições vivenciadas por ser mulher negra quilombola e pobre.

Incorporei elementos autobiográficos nessa pesquisa por eu também ser uma mulher quilombola de Povoação de São Lourenço, porém as realidades das outras mulheres é diferente da minha, continuo estudando o outro e conseqüentemente a parte do estudo do outro me estudando também, o que reposiciona meu ponto de vista inicial por ser afetada por forças e circunstâncias que afetam as pessoas da

comunidade em que moro. Ao ouvir a histórias de vida delas me deu ainda mais motivações para estar na mobilização política que é uma das características que marca a comunidade e que vem se fortalecendo com o processo de organização política em torno das questões identitárias e conseqüentemente a busca pela implementação das políticas públicas voltadas para as especificidades da comunidade.

O material disponibilizado com essa pesquisa deixa para pesquisas futuras um panorama de como é ser mulher quilombola em Povoação de São Lourenço em 2023, que apresenta a compreensão das diversidades e especificidades dessas mulheres. E para as mulheres atuais o incentivo de continuarem suas lutas e realizações dentro da comunidade.

Os trabalhos já produzidos sobre Povoação apresentam a territorialidade da comunidade nas formas de entender as dinâmicas da natureza na terra e na água e também deixam registrados denúncias quanto a chegada de indústrias e o cultivo irregular de cana-de-açúcar próximo aos rios diminuindo os goiamuns e as roças. Nesses trabalhos também observo a presença das mulheres em todos os setores da comunidade, educação, saúde, pesca/economia. As mulheres quilombolas de Povoação de São Lourenço são representantes comunitárias além de professoras dos saberes e fazeres dentro e fora da comunidade.

A partir das questões sobre as mulheres quilombolas de Povoação, e outros casos mencionados, observo que as mulheres quilombolas tem muito a contribuir com o feminismo negro, sobre pensar e viver suas questões de luta a partir de um modo de vida de relação com o território e a comunidade, da qual os homens também fazem parte; e isso é um ponto em comum entre as mulheres quilombolas e as mulheres indígenas, que tem também suas especificidades em relação às mulheres quilombolas; e que é possível uma confluência nas lutas das mulheres negras quilombolas, mulheres negras em geral, mulheres indígenas e mulheres brancas, desde que haja um entendimento de que há uma pluralidade de questões em jogo, e nesta pluralidade todas precisam ter voz.

REFERÊNCIAS

- A MAIS QUERIDA!. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (21 min 11 s). Publicado pelo canal Águia de Goyanna. Disponível em: <https://youtu.be/8YfE7QQJuMM>. Acesso em: 25 set. 2022.
- ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004.
- ALMEIDA, M. **Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas**. São Paulo: Elefante, 2022.
- ANDRADE, M. C. O. **Itamaracá, uma capitania frustrada**. Recife: Centro de Estudos de História e Cultura Municipal, 1999.
- ANTENOR, E. M. **O encontro das etnias indígenas e quilombolas: do período pré-histórico ao colonial em Carmo do Rio Claro, MG**. 2011. 85f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2011.
- ANZALDUA, G. **Borderlands/La Frontera: the new mestiza**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- ARAÚJO, I. M. M. **Vulnerabilização em saúde ambiental: o caso da instalação do complexo automotivo no território de Goiana, Pernambuco, Brasil**. 2018. 164f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- ARRUTI, J. M. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.
- ARRUTI, J. M. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. *In*: DE PAULA, M.; Heringer, R. (Orgs.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll; ActionAid, 2009. p. 75-110.
- BARACHO, R. L. **Mariscagem, conhecimento ecológico local e cogestão: o caso da Reserva Extrativista Acaú-Goiana**. 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

BARRETTO FILHO, H. T. Bolsonaro, meio ambiente, povos e terras indígenas e de comunidades tradicionais: uma visada a partir da Amazônia. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 1-9, 2020.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: BARTH, F. (Org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 25-67.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 4, 21 nov. 2003.

BULLARD, R. Ética e racismo ambiental. **Revista Eco 21**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 98, jan. 2005. Disponível em: http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_e_racismo_ambiental.html. Acesso em: 31 jul. 2022.

CARBY, H. V. White women listen! Black feminism and the boundaries of sisterhood. *In*: MIRZA, H. S. (Ed.). **Black British Feminism, a reader**. London: Routledge, 1997. p. 110-128. Disponível em: <https://jan.ucc.nau.edu/~sj6/carby%20white%20woman%20listen.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2021.

CARNEIRO, E. S. **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

CARNEIRO, S. **Escritos de um vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

CARVALHO, G. N. **O protagonismo sociopolítico das mulheres quilombolas da Comunidade de Coqueiros na Bahia**: uma análise a partir da interseccionalidade feminista. 2021. 138 f. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

CARVALHO, M. J. M. O Quilombo do Catucá em Pernambuco. **Caderno CRH**, Salvador, n. 15, p. 5-28, jul./dez. 1991.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE. **Coordenação Estadual de Articulação Comunidades Quilombolas de Pernambuco assina nota sobre o Covid-19**. Rio de Janeiro, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://cebes.org.br/coordenacao-estadual-de-articulacao-comunidades-quilombolas-de-pernambuco-assina-nota-sobre-o-covid-19/21706/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, K. Why intersectionality can't wait. **The Washington Post**, Washington, 24 set. 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2015/09/24/why-intersectionality-cant-wait/>. Acesso em: 15 set. 2022.

CUNHA, L. **Coco em cordel**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010. Disponível em: https://issuu.com/projetococoemcordel/docs/coco_em_cordel_web. Acesso em: 22 out. 2022.

CUNHA, M. C. Três peças de circunstância sobre direitos dos índios. *In*: CUNHA, M. C. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009. p. 245-258.

DEALDINA, S. S. (Org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ano 46, n. 1, jan. 1870. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_05&pesq=%22mega%C3%B3%20de%20baixo%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=8565&pagfis=1. Acesso em: 16 out. 2022.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, ano 155, n. 1, jan. 1980. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22cultivador%20de%20del%C3%ADrios%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=32007&pagfis=1. Acesso em: 16 out. 2022.

FAGUNDES, G. M. Retomando o *quilombismo* no fim das conciliações. **Revista Coletiva**, Campinas, n. 12, p. 1-6, mar. 2020.

FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: Ed. da UFBA, 2008.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. Tradução: Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quilombos ainda existem no Brasil**. Brasília, 17 nov. 2008. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=3041>. Acesso em: 12 out. 2022.

GASPAR, L. Goiana, PE: patrimônio histórico e cultural. **Pesquisa Escolar**, Recife, 31 ago. 2011. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/goiana-pe-patrimonio-historico-e-cultural/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

GOLDMAN, M. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. *Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia*. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 445-476, 2003.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

GUZMÁN, N.; TRIANA, D. Julieta Paredes: hilando el feminismo comunitario. **Ciencia Política**, Bogotá, v. 14, n. 28, p. 23-49, 2019.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HIDROTOPO. **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)**. Itajaí: Hidrotopo Consultoria e Projetos Ltda, 2022a. v. 1-4.

HIDROTOPO. **Relatório de Impacto Ambiental**. Itajaí: Hidrotopo Consultoria e Projetos LTDA, 2022b.

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

JORNAL DO RECIFE. Recife, ano 1, v. 1, jan./dez. 1859. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&pagfis=1>. Acesso em: 16 out. 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. (Série Antropologia, n. 322).

LOPES, V. M. **Etnogeomorfologia costeira e estuarina em comunidades de pescadores artesanais no litoral de Goiana, Pernambuco**. 2017. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

LORDE, A. **Mulheres negras**: as ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a casa do mestre. New York, 1979. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. São Paulo: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, 2016.

MELO, B. A. **Perspectivas socioambientais de empreendimentos industriais do polo de desenvolvimento da região da zona da Mata Norte de Pernambuco**. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

MELLO, H. C. P. **Pernambucanas illustres**. Recife: Typ. Mercantil, 1879.

MERCADORES DE LIBERDADE #01. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (10 min 56 s). Publicado pelo canal Coletivo Gambiarra Imagens. Disponível em: <https://youtu.be/wTPRDM1SCcM>. Acesso em: 25 set. 2022.

MORADORES de Povoação de São Lourenço bloqueiam a PE-49 parte II Blog do Álvaro Mello. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1 min 23 s). Publicado pelo canal Álvaro Mello PDP. Disponível em: <https://youtu.be/BK0xAOj60Uo>. Acesso em: 25 set. 2022.

MORADORES protestam por uma escola de qualidade em Povoação de São Lourenço. [S. l.: s. n.], 2012a. 1 vídeo (47 s). Publicado pelo canal Álvaro Mello PDP. Disponível em: <https://youtu.be/BKhvf-Au9zc>. Acesso em: 25 set. 2022.

MORADORES protestam por uma escola de qualidade em Povoação de São Lourenço 2. [S. l.: s. n.], 2012b. 1 vídeo (1 min 45 s). Publicado pelo canal Álvaro Mello PDP. Disponível em: <https://youtu.be/vCnUmZ1XjJl>. Acesso em: 25 set. 2022.

MORAES, L. Ganhe o Mundo: governo decide que Pernambuco ficará mais um ano sem intercâmbio para alunos da rede pública. **Jornal do Commercio**, Recife, 13 jul. 2023. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/enem-e-educacao/2023/07/15545100-ganhe-o-mundo-governo-decide-que-pernambuco-ficara-mais-um-ano-sem-intercambio-para-alunos-da-rede-publica.html>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MULHERES DE SÃO LOURENÇO. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (13 min 08 s). Publicado pelo canal Tayná Nunes. Disponível em: <https://youtu.be/Jl7xSStcHys>. Acesso em: 25 set. 2022.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, B. Mulher negra no mercado de trabalho. In: RATTIS, A. **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007.

NASCIMENTO, D. A. **Análise ambiental do baixo curso da bacia hidrográfica do Rio Goiana – Pernambuco, a partir de atributos geomorfológicos**. 2018. 78 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

NEVES, T. C. **Novas e velhas relações de trabalho na fábrica mais moderna do Brasil**: o caso do polo automotivo Jeep em Goiana-PE (2015-2016). 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Pesquisas**. Manaus, 2023. <http://novacartografiasocial.com.br/pesquisas/>. Acesso em: 16 out. 2022.

O'DWYER, E. C. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. **Antropolítica**, Niterói, n. 19, p. 91-111, 2005.

OLIVEIRA, J. P. G. Do Quilombo de Catucá à comunidade remanescente quilombola de São Lourenço: a trajetória de resistência do povo negro em Goiana (PE). **Revista Mutirão**, Recife, v. 4, n. 1, p. 73-94, 2023.

OLIVEIRA, V. C. A. D. **De marisqueiras a operárias**: experiências de trabalho e gênero nos territórios pesqueiros de Goiana/PE. 2017. 215 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PEQUENO JORNAL. Recife, n. 1, jul. 1898. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&pesq=%22quilombo%20de%20Goiana%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=83551&pagfis=52>. Acesso em: 16 out. 2022.

PEREIRA, A. Reforma: Governo de Pernambuco entrega Igreja de São Lourenço de Tejucupapo neste sábado (30). **Blog do Anderson Pereira**, Recife, 29 nov. 2013. Disponível em: <https://www.blogdoandersonpereira.com/2013/11/reforma-governo-de-pernambuco-entrega.html>. Acesso em: 13 set. 2022.

PERNAMBUCO. Lei nº 13.766, de 7 de maio de 2009. Institui o Programa Chapéu de Palha – FRUTICULTURA IRRIGADA, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**: seção 1, Recife, PE, 07 maio 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANA. Secretaria de Planejamento, Obras e Meio Ambiente. **Plano diretor de desenvolvimento urbano de Goiana**. Goiana: Prefeitura Municipal de Goiana, 2020. v. 1.

SACRAMENTO, E. C. **Da diáspora negra ao território das águas**: ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA. 2019. 187 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos, modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biologia. São Paulo: Gaia, 2002.

SILVA, A. C. M. **Uma escrita contra-colonialista do Quilombo Mumbuca Jalapão-TO**. 2019. 107f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, G. M. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. *In*: DEALDINA, S. S. (Org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 51-58.

SILVA, I. C. R. **“Marisqueira e quilombola é tudo a mesma coisa”**: um estudo sobre as formas de mobilização política – o caso de povoação de São Lourenço - Goiana - Pernambuco. 2013. 116f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, M. S. O banzo, um conceito existencial: um afroperspectivismo filosófico do existir-negro. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa, v. 17, n. 1, p. 48-60, jun. 2018.

SILVA, S. M. **Território pesqueiro de uso comum**: conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB-PE. 2017. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, S. R. **Negros da Mata Atlântica, territórios quilombolas e conservação da natureza**. 2008. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, W. O conto das quatro mil almas: quilombolas e indígenas em confronto com a Central Nuclear do Nordeste em Itacuruba. **Coletiva - Diversidade Socioambiental**, Campinas, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://www.coletiva.org/diversidade-socioambiental-n16>. Acesso em: 21 jun. 2023.

SILVEIRA, P. C. B. Caminhando pelos manguezais do fim do mundo. **ClimaCom – Florestas**, Campinas, ano 7, n. 17, p. 1-11, jun. 2020. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/caminhando-pelos-manguezais-do-fim-do-mundo-pedro-castelo-branco-silveira/>. Acesso em: 21 out. 2022.

SOUZA, D. O Decreto 4887/2003 como ferramenta para a cidadania quilombola. **Fundação Cultural Palmares**, Brasília, 11 abr. 2012. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/?p=19073>. Acesso em: 16 set. 2022.

SPYER, T.; MALHEIROS, M.; ORTIZ, M. C. Julieta Paredes: mulheres indígenas, descolonização do feminismo e políticas do nomear. Tradução: Mariana Malheiros. **Epistemologias do Sul**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 22-42, 2019.

TARGINO, G. D. **Sobre as águas**: a tradição e a pesca artesanal em três comunidades da Reserva Extrativista Acaú-PB/Goiana-PB. 2012. 254 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

TSING, A. L. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

ÚLTIMA HORA. Recife, 1962. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765147&pesq=olavo%20maranh%C3%A3o&hf=memoria.bn.br&pagfis=3197&pagfis=1>. Acesso em: 16 out. 2022.

WANDERLEY, L. J. **Indícios de racismo ambiental na tragédia de Mariana**: resultados preliminares e nota técnica. Rio de Janeiro: Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade; Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Wanderley-2015-Ind%C3%ADcios-de-Racismo-Ambiental-na-Trag%C3%A9dia-de-Mariana.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

ZAGATTO, B. P.; SOUZA, L. E. V. A necropolítica ambiental nos quilombos de Ilha de Maré, Bahia, Brasil. **Amazônica - Revista de Antropologia**, Belém, v. 12, n. 1, p. 253-276, 2020.

ANEXO A - ANÚNCIO DE JORNAIS

FEITOR

Precisa-se de um homem para feitor do engenho Megaó de Baixo, preferindo-se portu-
guez: a tratar na rua do Bom-Jesus, outr'ora
da Cruz, n. 80.

LUIZ.

Em 9 do corrente mez desapareceu do engenho Megaó de Baixo, freguezia de S. Lourenço de Teju-
cupapo, o mulato Luiz, que representa 25 annos,
mais ou menos, natural da provincia da Parahyba,
tem pés grandes, uma costura de talho n um braço
e o signal bem visivel do dedo pollegar da mão es-
querda cortado quasi ao meio, proveniente de um
golpe de foice descascando um côco. Quem o ap-
prehender e levar ao referido engenho ou nesta
praça rua do Bom Jesus n. 30, será recompen-
sado.

Um escritor também visual.
Por isto, Casa Grande &
Senzala, de Gilberto Freyre,
será transformado em filme pelo
produtor mineiro Marcelo França,
que se encontra no Recife ulti-
mando a realização orçada em Cr\$
100 milhões.

Inicialmente, foram escolhidas
locações no engenho Megaó de
Baixo, em Goiana, mas enquanto
preparava-se o roteiro os proprie-
tários destruíram os interiores da
casa grande.

Optou-se então pelo engenho
Poço Comprido, em Vicência.

Município de Goiana

Engenho Megaó de Baixo: sôbre o envenenamento de animais nesse Engenho, de propriedade do sr. Hercílio de Souza Canto, nenhum registro consta na Secretária de Segurança Pública. Se foi prestada queixa na Delegacia de Goiana, e a autoridade local deixou de levar em consideração, também nenhuma reclamação foi dirigida à SSP, em consideração à informação constante do memorial, serão procedidas sindicâncias junto àquela Delegacia, a fim de apurar se houve omissão da autoridade, ou retraimento do proprietário prejudicado. Iguais providências serão adotadas com relação aos incêndios de coqueiros, canaviais e de um galpão do mesmo engenho.